

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**A Pesca do Bacalhau durante o Período do Estado Novo (1933-1974):  
Contributo para as Relações Interculturais**

António Augusto Reis Freire Bolé

Mestrado em Relações Interculturais

2015



**UNIVERSIDADE ABERTA**



**A Pesca do Bacalhau durante o Período do Estado Novo (1933-1974):  
Contributo para as Relações Interculturais**

António Augusto Reis Freire Bolé

Mestrado em Relações Interculturais

*Dissertação orientada pela*  
*Professora Doutora Teresa Maria Conceição Joaquim*

2015



## **Resumo**

A presente dissertação tem como objeto de estudo a pesca do bacalhau feita por portugueses sob a bandeira de Portugal durante o período do Estado Novo (1933-1974). Investigou-se as razões para um investimento e um protecionismo tão forte à indústria da pesca do bacalhau. É indissociável do estudo da demanda portuguesa por este peixe, à época muito abundante no noroeste atlântico, as políticas autárquicas e de subsistência pilares da economia do Estado Novo, assim como a implantação e robustecimento da Instituição Corporativa.

Subjacente a estas linhas de matriz económica mas paradigmáticas do novo regime, estava também a reconstrução da identidade portuguesa, a sacralização do trabalho e a heroicidade do pescador português do bacalhau. A existência da tentativa de revivificação da glória dos descobrimentos na pesca do bacalhau.

A criação de um ambiente social, político e religioso que levaram à persecução destas políticas e conseqüentemente do engrandecimento da estrutura do Estado Novo, resultando até na sedimentação de apoio popular. O desenvolvimento da frota de pesca longínqua foi quase uma única janela de oportunidades para o conhecimento de novos mundos. A montante e a jusante da atividade piscatória também se desenvolveram indústrias e comércio internacional. A participação em organizações internacionais de regulação das pescas proporcionou contatos Institucionais com outras nações, não raro utilizados para quebrar isolamentos e propagandar o Estado Novo e as suas manifestações culturais e identitárias que suscitaram relacionamentos interculturais.

Para além destes contatos mais formais, também se desenvolveram contatos informais, que se repercutiram na criação e manifestação de conhecimento mútuo e claro de condições para a gestação da interculturalidade.

Estes desenvolvimentos de relações informais, de contatos profissionais também geraram relações culturais que se manifestaram em projetos individuais de vida associados às migrações.

Palavras chave: Estado Novo; Identidade; Pesca; Bacalhau; Migração; Intercultural.

## **Abstract**

This dissertation has a main goal on the cod fishing made by the Portuguese under the banner of Portugal during the New State period (1933-1974). The reasons for such a strong investment and protectionism to the cod fishing industry was thus investigated. It is inseparable from this study the Portuguese demand for this fish, at that time abundant in the Northwest Atlantic, the autarchic policies and subsistence pillars of the new state's economy, as well as the implementation and reinforcement of the Corporate Institution.

Underlying these economic but paradigmatic lines of the new regime was also the reconstruction of the Portuguese identity, the sacredness of the work and the heroism of the Portuguese cod fisherman. The existence of the attempt to revival the glory of the discoveries in the cod fishery.

The creation of a social, political and religious environment that led to the pursuit of these policies and hence to growth of the new state structure, even resulting in the sedimentation of popular support. The development of distant-water fleet was almost a unique window of opportunity for knowledge of new worlds. The upstream and downstream of the fishing activity also developed industries and international trade. The participation in international organizations of regulation of fisheries provided Institutional contacts with other nations, often used to break isolation and propagandize the new state and its cultural and identity, events leading to intercultural relationships.

In addition to these more formal contacts it also developed informal contacts, which affected the creation and manifestation of mutual understanding and, of course, the conditions for the shaping of interculturality.

These developments of informal relationships and professional contacts also brought forth cultural relations that were expressed in individual life projects related to migration.

**Keywords:** New State; Identity; fishing; Codfish; Migration; Intercultural

À Memória dos meus Avós e Pai

## **Agradecimentos**

A construção deste trabalho de investigação não foi simples, existiram muitos obstáculos a ultrapassar. Aconteceram alguns períodos de desânimo, houve mesmo ocasiões em que desacreditei da concretização deste estudo.

Felizmente que nesses momentos mais difíceis encontrei palavras de conforto que não me deixaram desistir. A minha gratidão só pode ser enorme para com quem sempre teve palavras que foram determinantes no revigorar do ânimo e indutoras de energia nos momentos mais difíceis.

Em primeiro lugar tenho que agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Teresa Conceição Joaquim, pela sua orientação científica, mas também pelo apoio, houve momentos chave, em que não falámos muito, mas sentimos que as palavras chegaram mesmo na hora certa, pareceu adivinhação.

Depois existiram pessoas sempre presentes com o seu apoio, sem as quais, esta investigação se tornaria uma tarefa mais penosa. Os meus sinceros agradecimentos à Ana Paula Matos, ao Luís Rodrigo, à Paula Pinho Martins, à Isabel Marques, à Sofia Tiago, à Ana Cláudia, ao Hélder Jorge, ao Luís Castro, ao Zé Filipe e ao Tó Diogo.

Não posso deixar de agradecer também o apoio dos colegas, e de alguns em particular, a Margarida, a Carolina, a Isabel Teresa, foram sempre presentes ao longo do trabalho.

Um obrigado especial à Sylvia Ryan e sua família na Terra Nova. Um devido agradecimento ao César Lourenço. Uma enorme gratidão aos “Homens dos Dóris”, que apesar do seu desejo expresso de anonimato, tiveram a paciência de me transmitirem as suas vivências e conhecimentos, bem hajam.

Por fim, os últimos às vezes são os primeiros, à minha Mãe.

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	1
Apresentação do tema .....	4
Pergunta de partida .....	6
CAPÍTULO I - METODOLOGIA.....	9
1-1 Opção de Método .....	10
1-2 Tipo de Pesquisa.....	11
1-3 Observação .....	12
1-4 Entrevista .....	13
1-5 A Investigação .....	14
1-6 Resultados pretendidos da Investigação .....	15
CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO E AS BASES POLÍTICAS DO ESTADO NOVO .....	17
2-1 Contexto Político em que Ocorreu A Revolução de 1926 .....	18
2-2 Nova Ordem Política e Social .....	29
2-3 A Cultura no Estado Novo.....	38
2-4 A Religiosidade .....	49
CAPÍTULO III - A RENOVAÇÃO DA FROTA.....	55
3-1 A Importância da Gronelândia na Renovação .....	56
3-2 Gronelândia; Encontros de Culturas- Os Inuits .....	56
3-3 Inovação Tecnológica .....	57
CAPÍTULO IV - A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - A “WHITE FLEET”.....	65
4-1 A Neutralidade: Acordos e o porquê do nome “ <i>White Fleet</i> ” .....	66
4-2 Frota Portuguesa na Geoestratégia da IIGM .....	69
4-3 O Velho <i>Gil Eanes</i> no Conflito mundial.....	71
CAPÍTULO V - A PESCA DO BACALHAU NO CINEMA.....	75
5-1 Cinema de ficção .....	76
5-2 Cinema Documental .....	83
CAPÍTULO VI - O APÓS II GUERRA MUNDIAL.....	87
CAPÍTULO VII - A TERRA NOVA – <i>ST. JOHN’S</i> ; PORTO DE ABRIGO.....	93
CAPÍTULO VIII - A EMIGRAÇÃO NO BACALHAU .....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	121
BIBLIOGRAFIA .....	129

Webgrafia.....	135
Filmografia.....	137
LEGISLAÇÃO.....	139
ANEXOS .....	141
Anexo 1 .....	143
Anexo 2 .....	145
Anexo 3 .....	147
Anexo 4 .....	149
Anexo 5 .....	151

## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 2.1 .....	21
Tabela 8.1.....	120

## **SIGLAS UTILIZADAS**

IGM - Primeira Guerra Mundial

IIGM - Segunda Guerra Mundial

CRCB - Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau

ENVC - Estaleiros Navais Viana do Castelo

ENSJ - Estaleiros Navais de S. Jacinto

ENM - Estaleiros Navais do Mondego

EUA - Estados Unidos da América

GNAPB - Grémio Nacional dos Armadores dos Navios de Pesca do Bacalhau

ICNAF - Comissão Internacional das Pescarias do Noroeste Atlântico

INTP Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

NFLL - Newfoundland and Labrador

OECE - Organização Europeia de Cooperação Económica

PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado

PR - Presidente da República

SPN - Secretariado de Propaganda Nacional

SNI - Secretariado Nacional da Informação

ZEE - Zona Económica Exclusiva



## INTRODUÇÃO

O relacionamento com povos da latitude 57° Norte, mais especificamente com o reino da Dinamarca, acontece logo no ano de 1214, quando o então Rei Valdemar II da Dinamarca desposa a Infanta de Portugal, D. Berengária, filha do nosso Rei D. Sancho I. Os casamentos entre as duas casas reais prolongaram-se, em 1229, quando D. Leonor, filha de D. Afonso II de Portugal é coroada Rainha da Dinamarca ao casar com o Rei Valdemar III da Dinamarca. Há ainda o registo de um outro casamento entre uma prima do Infante D. Henrique e o Rei Erik da Dinamarca. Estas uniões resultaram de interesses comerciais que potenciaram também relações interculturais e profícuas permutas de conhecimentos náuticos. Existem indícios de que o bacalhau já seria um fator importante destes relacionamentos. São várias as referências à vinda de povos nórdicos a Portugal, mais concretamente à zona de Aveiro, com o intuito de carregar sal, matéria-prima não existente naquelas latitudes e essencial à conservação dos alimentos e claro, do bacalhau.

A memória da pesca do bacalhau feita por portugueses no Atlântico não se esgota neste relacionamento entre casas reais, nem com o comércio de sal. Existiam outros acordos e destinos de pesca, em 1353 por exemplo, em pleno século XIV, o Rei de Portugal, D. Pedro, I, e D. Eduardo II, Rei de Inglaterra estabeleceram acordos que permitiam aos portugueses pescar bacalhau nas costas inglesas. Também é relevante que no mesmo século XIV, tivesse sido criada em Ílhavo a Confraria de St<sup>a</sup>. Maria de Sá, uma corporação de pescadores. Em 1470 o navegador João Corte Real a mando dos Reis de Portugal e da Dinamarca faz uma expedição para explorar os mares da Gronelândia, zona que fica conhecida como “Terra dos bacalhaus”. Existem documentos que referem a existência, nesta época, de colónias de pescadores portugueses na Terra Nova. Estima-se que só de Aveiro existissem perto de cem navios a pescar nestas águas.

Mas não era só de Portugal a busca pelo bacalhau, a generalidade dos povos do sul da Europa tinham na sua dieta o bacalhau como um elemento importante. Assim também Espanha, Itália e Grécia eram grandes consumidores de bacalhau, escusado será dizer salgado e seco, dado que nesta época e praticamente até ao início do século XX, era quase a única forma de conservar este alimento. Reportando-nos especificamente à pesca do bacalhau feita por Portugal e pelos portugueses que é o objeto de estudo deste trabalho, a

continuação do consumo do bacalhau seco prolongou-se no tempo, até aos dias de hoje, podendo-se afirmar até de uma forma quase exclusiva.

A origem desta preferência pelo bacalhau seco tem razões bem sustentadas; uma delas prende-se com a religiosidade, com a tradição religiosa da obrigatoriedade dos jejuns; Portugal, onde o cristianismo se confunde com o catolicismo, tinha uma severa dieta, na qual era generalizada a prática do jejum. As celebrações religiosas onde o consumo de peixe era obrigatório são várias, como é referido por Marília e Carlos Consiglieri: “o Ano Novo, os Reis Magos, o Carnaval, a Quaresma e Semana Santa, as Maias, o Corpo de Deus, o Dia de Todos os Santos e o dos Fiéis Defuntos e, por fim o Natal” (Consiglieri, 1998: 94).

No início do século XIX, quando os jejuns estavam ainda bem presentes, a maioria do peixe consumido era a abundante sardinha da costa portuguesa e o bacalhau seco. Todos os outros tipos de peixe eram de difícil acesso à maioria da população, para além da sua maior escassez e carestia, existia ainda um grave problema logístico de distribuição. O excessivo jejum imposto pelas celebrações religiosas levou a que, em 1802, se levantasse a hipótese, pelo menos correu esse boato, conforme descreve o pastor luterano, Carlos Israel Ruders no seu livro “Viagem a Portugal/1798-1802”, traduzido por António Feijó, embaixador de Portugal em Estocolmo e publicado no Diário de Notícias entre 1906 e 1912. Estes artigos foram reunidos e publicados em livro já em 1980 por Castelo Branco Chaves (Consiglieri, Consiglieri, 1998). É assim descrito no livro organizado por Castelo Branco Chaves: “No decurso desta Quaresma espalhou-se o boato de que o Governo português tenciona solicitar de Sua Santidade dispensa para a Nação de muitos jejuns a mais obrigatórios.” (Consiglieri, Consiglieri, 1998: 18). Esta hipotética notícia da redução de dias de abstinência foi muito mal recebida pelos comerciantes ingleses instalados em Portugal, pois eram os principais responsáveis pelo fornecimento de bacalhau. O país estava portanto refém desta rede de fornecimento, com os elevados custos inerentes. Recorde-se que após a perda de soberania em 1580, a nossa frota comercial e pesqueira ficou afeta a Espanha, com as consequências daí resultantes, basta recordar a luta pela supremacia nos mares entre Espanha e Inglaterra, a tentativa de ataque da famosa “Armada Invencível” espanhola a Inglaterra que se saldou numa copiosa derrota. A recuperação da frota e da indústria portuguesa das pescas não ocorreu aquando da recuperação da independência, no caso da

frota bacalhoeira só nos meados do século XIX existem dados de uma preocupação efetiva e com alguma sustentação de regresso à pesca do bacalhau.

Outra forma de observar o quanto o bacalhau está presente no quotidiano e é parte integrante da cultura portuguesa é a verificação de que vários expoentes da literatura portuguesa, como Camilo Castelo Branco, Aquilino Ribeiro, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, fazem amiúde referências a este peixe. A título de exemplo citamos o seguinte trecho de um texto de Eça de Queiroz:

Os meus romances, no fundo, são franceses, como eu sou, em quase tudo, um francês – excepto num certo fundo sincero de tristeza lírica que é uma característica portuguesa, num gosto depravado pelo fadinho, e no justo amor do bacalhau de cebolada!

(Queiroz, Apud Consiglieri, 1998: 125).

Na linha da escrita de Eça de Queiroz, a referência às receitas de bacalhau, evidenciam o seu peso na gastronomia portuguesa. Tanto que é comum afirmar-se que durante um ano civil é possível não repetir receitas de bacalhau, ou que existem 1001 maneiras de confeccionar bacalhau. A projeção da gastronomia associada ao bacalhau revela características próprias da identidade portuguesa que perduraram no tempo e que contribuíram para um maior conhecimento dos “Outros” de “Nós”, da nossa cultura.

Este traço identitário verifica-se por exemplo na diáspora portuguesa, o denominado mercado da saudade tem uma expressão assinalável. Também nos países da língua portuguesa, a nossa maior herança cultural, a maior promotora de relações interculturais, se verifica um consumo assinalável de bacalhau seco, como é referido por Marília e Carlos Consiglieri:

As saudades da antiga África portuguesa, pujante, portentosa, explosiva de cores, vibrante de sons, ardente de sóis e de luas de afectos e de solidariedades, passavam, sempre, pela omnipresença do bacalhau, saga que se continua onde quer que se encontre um português. Dá para pensar como o bacalhau tomou, desde há muito o seu lugar na vida nacional

(Consiglieri & Consiglieri, 1998: 15)

Sendo mesmo o Brasil, um dos principais consumidores mundiais de bacalhau seco. No entanto há que realçar que este nosso apetite pelo bacalhau não se fundamentou somente no apreço pelo seu paladar, existem razões de ordem logística, especialmente a partir do início do século XX. Efetivamente existia um significativo atraso no domínio das, à época, novas tecnologias de conservação de pescado, bem como no processamento do peixe após

a sua captura. O desenvolvimento do sistema de congelação e das redes de distribuição, com refrigeração adequada, chegaram tardiamente à nossa indústria das pescas, continuando nós, a utilizar o ancestral método de secagem do bacalhau, para a sua conservação e distribuição. Este método prolongou-se no tempo, o que deu consistência ao gosto pelo paladar do bacalhau seco. Até porque, não se pense, que não existiram tentativas para a substituição do bacalhau por um qualquer outro tipo de peixe.

### **Apresentação do tema**

O projeto a desenvolver e que levou à idealização deste trabalho, é um estudo que se pretende rigoroso da pesca do bacalhau e da sua importância identitária no regime do Estado Novo sob a égide de António Oliveira Salazar (1933-1974). Foi neste espaço temporal que esta pesca atingiu uma centralidade cultural, social e política relevante. Embora não haja a veleidade de se afirmar como no título do livro de Mark Kurlansky: “O Bacalhau – biografia do peixe que mudou o mundo”, podemos concluir que no caso português a política autárquica do Estado Novo e subjacente política de subsistência atingiu a sua quase plenitude no bacalhau, basta analisar a evolução da percentagem de auto aprovisionamento que se situava nos 15% no ano de 1934, chegou a atingir os 88% em 1956 e manteve-se sempre acima dos 70 % até ao ano de 1967 (Garrido, 2010:143). Por esta ordem de razão a pesca do bacalhau foi paradigmática da política corporativa da governação no Estado Novo, como diz Álvaro Garrido:

A dimensão empresarial e financeira da Organização das Pescas cresce muito e muito mais depressa que as suas estruturas administrativas. A Delegação do Governo junto dos organismos das pescas passa a exercer uma influência muito forte nas opções do fomento, nos fluxos de crédito e na própria mudança tecnológica do subsector das pescas. Funciona cada vez mais como uma agência política do regime.

(Garrido, 2009: 240)

Existiu a procura de outras soluções que pudessem minorar ou substituir o bacalhau: encontram-se registos de opinião de entidades corporativas, com responsabilidades no modelo de distribuição do Estado Novo, como o Grémio de Armazenistas de Mercarias de Lisboa, que argumentam que o importante era o peixe ser salgado e seco, independentemente da espécie. A presunção deste considerando ser a condição essencial para a satisfação das necessidades e gostos da população portuguesa, levou mesmo a corporação do grémio das mercarias, em 1936, a realizar uma viagem de estudo e

prospecção por mares de Angola no sentido de tentar buscar uma qualquer alternativa de peixe, que existisse em abundância, e passível de após secagem, poder com êxito substituir o bacalhau. Os esforços para encontrar um substituto do bacalhau na dieta alimentar portuguesa não obtiveram o êxito almejado, o gosto pelo bacalhau seco estava enraizado na população portuguesa. Mas não foi só o paladar a frustrar esta substituição, a estrutura da frota portuguesa do bacalhau, o aparelhamento e o modelo das artes de pesca tinha que sofrer profunda alteração. Outro problema era a capacidade logística, a implantação dos meios logísticos era dispendiosa, acresce que o percurso náutico entre Portugal e Angola era bastante superior à distância que separava Portugal à época Continental dos mares da Terra Nova. No entanto esta tentativa fazia todo sentido, o bacalhau já há muito que não era barato, como é referido em Moutinho: “O problema existente é o de um peixe seco, é indispensável à alimentação da classe média e da classe pobre, paupérrima” (A Voz da Justiça, 8-12-1936; Apud Moutinho, 1985:209)

É efetivamente longa a relação dos portugueses com a pesca do bacalhau, e que esta motivou o conhecimento mútuo de identidades e culturas. Quando acontecem esses encontros criam-se naturalmente condições ao desenvolvimento de relações interculturais.

Para uma larga franja da população portuguesa, a procura da única fronteira que estava disponível, o oceano, era um propósito de vida, um objetivo. O caminho para alcançar essa barreira era muitas das vezes o embarque na frota bacalhoeira, navegar como sempre fizeram os portugueses. Como refere Jorge Dias: “A Cultura portuguesa tem caracter essencialmente expansivo, determinado, em parte, por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar os laços entre os continentes e os homens” (Dias, Apud Cunha. 1994:47). Não é despiciente considerar-se a pesca do bacalhau como uma extensão da identidade cultural portuguesa, o apelo do mar e o desafio de conhecer novos povos e culturas está bem presente na demanda para o noroeste atlântico. A nossa presença na América do Norte, mais concretamente a com origem nas comunidades piscatórias, tem alguma expressão. A manutenção dos laços identitários e afetivos com Portugal suscitou o conhecimento mútuo, a base para a criação de vínculos interculturais e de redes de apoio a novos projetos migratórios. A construção cultural de uma nação é um processo contínuo, é uma soma das várias épocas históricas vivenciadas, existindo sempre motivos

condicionadores e influenciadores em determinado período histórico. A definição de cultura proposta por Edward Burnett Taylor (1832-1917) é paradigmática desta situação:

Cultura e Civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade

(Taylor Apud Cuche, 1999).

Assim, com a referência a períodos históricos anteriores, pretende-se reforçar o propósito deste trabalho contextualizando a pesca do bacalhau durante o Estado-Novo (1926-1974), com o fortalecimento do relacionamento intercultural.

### **Pergunta de partida**

Para a realização deste trabalho determinou-se a seguinte pergunta de partida:

- Como pôde a pesca do bacalhau, durante o período do Estado Novo, um regime fechado, corporativo, e com elevado proteccionismo económico, ser promotora e suscitar o relacionamento intercultural?

Iniciamos o trabalho com o preconizar de toda a estrutura metodológica utilizada na conceção do estudo.

Na continuidade do trabalho, o roteiro desenvolve-se sequencialmente e ao longo de oito dos capítulos que compõem este estudo. Iremos descrever de uma forma que pretendemos, com alguma ordem em tempo cronológico, as condições que contribuíram para o desenvolvimento de relações interculturais.

Está intrínseco a esta investigação, e marcam de forma indelével a influência na pesca do bacalhau, as políticas do Estado Novo para a reconstrução da identidade portuguesa, desenvolvendo nós este tema no capítulo dois do trabalho. Nesta temática, envolve-se a revivificação na pesca do bacalhau à linha da época dos descobrimentos. Nesta continuidade, importa salientar a sacralização da atividade piscatória nos mares da Terra Nova, o qual era um objetivo da propaganda do Estado Novo. Para compreender o êxito destas políticas é absolutamente necessário entender o contexto em que surgiu a revolução de 1926 e subsequentemente o Estado Novo. A importância da religiosidade, isto é, a religião como fator de identidade e potenciadora de interculturalidade também é explorada neste capítulo.

Outros temas que vão ser alvo de desenvolvimento em diferentes capítulos que sequencialmente são: a abertura e os novos relacionamentos comerciais e culturais proporcionados pela renovação da frota bacalhoeira; a relevância da Gronelândia com as

suas condições naturais extremamente agrestes nesta transformação e a evolução tecnológica.

Segue-se a implosão da Segunda Guerra Mundial (IIGM): os acordos internacionais estabelecidos, que permitiram que a frota bacalhoeira portuguesa fosse a única frota estrangeira a conseguir pescar nos mares do bacalhau, um terreno propício ao estabelecimento e consolidação da interculturalidade.

Abordamos também no capítulo seguinte a importância do cinema na divulgação, reconhecimento e exaltação da cultura e identidade portuguesa. Será ainda referido o após II Guerra Mundial, a importância do Plano *Marshall* na solidificação da propaganda cultural, identitária e veículo de assunção de potência das pescas no Atlântico Noroeste. A centralidade de *St. John's* em todas as manifestações de interculturalidade, os relacionamentos institucionais e informais assim como as migrações, projetos migratórios e redes informais de apoio e engajamento.

Nas considerações finais, para além das referências à existência de símbolos de ambos os lados do Atlântico, potenciadores da preservação da epopeia dos bacalhaus; A monumentalização da identidade e da cultura portuguesa, da interculturalidade, no tempo presente nas províncias atlânticas do Canadá implicou uma aturada pesquisa.

A procura de bibliografia com origem nas províncias atlânticas do Canadá foi uma nossa preocupação bem presente. Para além desta pesquisa, foi possível a concretização de contactos com habitantes da Terra Nova que vivenciaram o período áureo da presença da frota portuguesa em *St. John's*, transmitindo-nos preciosas informações.

Do mesmo modo as ligações estabelecidas com antigos pescadores de bacalhau, da época da pesca à linha, foram de enorme valor para a construção deste trabalho, as entrevistas por eles concedidas foram essenciais a esta investigação. Refira-se que a grande maioria dos entrevistados tiveram ao longo das suas vidas profissionais envolvidos em projetos migratórios, o que para nós, foi um valor acrescentado no desenvolvimento da investigação.

Esperamos que este estudo consiga uma resposta inequívoca aos objetivos estabelecidos, que a sua fiabilidade e validade consigam ser sustentadas e que possa vir a ser um pequeno contributo para o estudo deste fenómeno social.



## **CAPÍTULO I - METODOLOGIA**

Qualquer investigação que pretenda ter qualidade e rigor, tem que obedecer a uma metodologia previamente formulada. É uma etapa iniciática da investigação a escolha dos métodos a aplicar para um melhor desenvolvimento da investigação.

### **1-1 Opção de Método**

No caso da investigação a que nos propomos existem algumas condicionantes que nos levaram a privilegiar a metodologia qualitativa. Desde logo o nosso objecto de estudo tem por cenário temporal um período histórico que ocorreu há 40 anos, e se nos reportarmos ao seu auge que aconteceu até ao início dos anos 60, já passaram mais de cinquenta anos. O recurso à análise de dados estatísticos seria tarefa quase impossível de realizar com os meios que tínhamos disponíveis. Felizmente que a criação de uma base de dados está a ser trabalhada e digitalizada pelos investigadores do Museu Marítimo de Ílhavo (MMI), mas é um processo complexo e moroso, ainda não concluído, não sendo passível de consulta dentro dos prazos de execução deste trabalho. A impossibilidade de encontrar respondentes em número suficiente a inquéritos que permitissem uma análise quantitativa sustentada levou-nos a optar definitivamente pela metodologia qualitativa.

Este estudo pretende identificar as causas de nas zonas do litoral português com forte índice de recrutamento para a pesca do bacalhau, a emigração para a América do Norte (essencialmente), Alemanha e Bélgica serem um fenómeno social comum, os contatos e as relações culturais estabelecidas, as pontes que a pesca do bacalhau proporcionou. Pretende-se também investigar as especificidades culturais destas comunidades, as causas e efeitos do seu fechamento à sociedade envolvente. Os relacionamentos quase exclusivamente endógenos (não raro intrafamiliares), a criação de estereótipos e idiosincrasias. Outro aspeto a estudar e inerente aos anteriores tópicos de análise referidos é relativo ao ambiente político, social e cultural construído pelo Estado Novo. E ainda identificar e analisar o braço coercivo do antigo regime nestas comunidades, as “Casas dos Pescadores”. O seu papel também na divulgação cultural e na educação dos jovens da comunidade; o papel diferenciado da mulher na comunidade com alguns laivos de matriarcado. Estas questões ocorrem pela vivência do investigador, do acompanhamento da evolução social (e regressão) ao longo dos anos. Considera-se que no presente continuam a perdurar muitos destes traços culturais, as memórias estão vivas, basta recordar que nas entrevistas feitas para a execução, para a sua validação. Efetivamente para triangulação de dados, todos os

intervenientes entrevistados têm, ou tiveram, histórias de vida ligadas à emigração e mantêm contatos e relacionamentos culturais, perdurando traços identitários da cultura portuguesa, bem como sinais evidentes de aprendizagem cultural.

Para a execução deste estudo considerámos, como já foi referido, a metodologia qualitativa. Analisando as questões propostas para o desenvolvimento do trabalho, ponderando os objetivos da pesquisa, e de acordo quanto aos objetos, segundo a classificação de Seltiz, Jahoda, Deutch e Cook (Carmo & Ferreira, 1998) fizemos a opção pelo tipo: Estudos sociográficos ou descritivos, onde o estudo exploratório também terá relevância. O pesquisador e a sua análise dos procedimentos e interpretação dos fenómenos estudados são primordiais. Por isso é essencial que o investigador não se deixe envolver emocionalmente com o objeto de estudo que tente manter o devido distanciamento. Por este conjunto de razões, a manutenção da objetividade na descrição é obrigatória, aquela que é real e concreta dos fenómenos analisados que vão dar validade ao trabalho. Não se infira que o pesquisador tem que manter uma atitude inflexível, muito pelo contrário, a flexibilidade no desenvolvimento do processo de pesquisa é uma das vantagens da metodologia qualitativa, assim como o desenvolvimento da capacidade indutiva.

Achou-se mais próprio, também, que a apresentação dos resultados da investigação, até devido ao seu carácter descritivo, obedecesse a um tempo cronológico enunciando o discurso sob a forma de texto, como um roteiro.

## **1-2 Tipo de Pesquisa**

Devido ao distanciamento temporal, a opção pela pesquisa documental foi uma condição fundamental para o desenvolvimento do estudo, tendo esta sido exaustiva. Tomando como ponto de partida o catálogo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, sobre o tema em estudo, fez-se uma seleção criteriosa dos documentos escritos. A consulta de documentos estendeu-se às Bibliotecas e Arquivos Municipais da Figueira da Foz e Aveiro, do Museu Marítimo de Ílhavo (nestes casos houve acesso à imprensa regional da época) e Núcleos Museológicos da Praia de Mira, Buarcos e Costa de Lavos. A centralidade histórica da zona geográfica onde o autor reside na pesca do bacalhau tornou esta investigação mais acessível e menos onerosa. Outro alvo de pesquisa foram os documentos oficiais, como o Diário da República e publicações da Administração Central,

Regional e Local. Existiu ainda a possibilidade devido à rede de contatos estabelecidos, de aceder a documentação particular, sobre o assunto em estudo.

Recursos importantes para a exploração e estudo do tema foram os registos cinematográficos e videográficos existentes, a grande maioria registos vídeo sonoros documentais, alguns com origem e produção portuguesa, mas também outros com origem exterior. Importante para um conhecimento geral desta documentação foi o acesso ao catálogo do “Inventário de filmografia sobre a pesca do bacalhau” do acervo local da Biblioteca Municipal de Aveiro. Os documentários e obras de ficção analisados estão disponíveis em algumas (diversas) plataformas digitais on-line. A título de exemplo reporto o documentário “Os Solitários Homens dos Dóris” sobre a viagem do Lugre José Alberto aos Grandes Bancos da Terra Nova<sup>1</sup>. Esta conjugação de variadas fontes de pesquisa documental permitiu-nos a construção de fundamentos que pretendemos sólidos quanto à descrição, localização no espaço e no tempo e funcionalidade dos agregados sociais e comunidades objetos de estudo.

### **1-3 Observação**

Em qualquer trabalho a técnica da observação não é negligenciável. Esta técnica permite a recolha de um vasto leque de informações, isto é, de dados que são fundamentais. Dependendo dos momentos do trabalho, utilizámos a observação como veículo exploratório, no início, para na parte final a utilizarmos como técnica principal, muito útil na validação e triangulação de dados. Existem diversos tipos de observação, no caso deste estudo optámos pela denominada “Observação participante”.

Esta técnica é particularmente utilizada, como diz Hermano Carmo e Manuela M. Ferreira: “[...] cada vez mais usada em trabalhos de natureza sociológica, interdisciplinar ou em antropologia das sociedades complexas [...]” (Carmo & Ferreira, 1998: 108). A observância do ambiente social onde se desenrola o estudo, as pesquisas e entrevistas onde são evidentes as manifestações de controlo da ordem social vigente pelas forças coercivas do regime; Os fatores impeditivos da existência de uma mobilidade social ascendente, a perduração de vidas com dificuldades económicas devido à diminuta remuneração do trabalho impeliavam, muitas vezes, as pessoas destas comunidades à assunção de projetos de vida com o recurso

---

<sup>1</sup> Exemplo endereço de plataforma digital utilizado para visualização:  
<https://www.youtube.com/watch?v=e8TYEx6db5g>

à emigração. Este fenómeno não era muito diferenciado das longas viagens efetuadas nas “campanhas do bacalhau” em navios portugueses. Daqui surgiam a centralidade do papel da mulher nas representações sociais destas comunidades, pois são elas que faziam a gestão administrativa do lar, assim como assumiam a responsabilidade da educação dos filhos. Estas especificidades das comunidades da beira-mar merecem uma investigação aprofundada, sendo efetivamente distintas as referências culturais nestas áreas geográficas, pelo que, também era observável a preocupação e objetivo do aparelho do Estado Novo numa nova construção identitária.

Ainda é possível de uma forma indutiva perscrutar através destes indicadores a importância que teve a pesca do bacalhau em certas localidades, continuam a existir dentro destes agregados fortes traços culturais que ainda nos dias de hoje são marcos diferenciadores da comunidade em relação à ambiência geográfica e social envolvente. Estes fatos foram constatados através do tipo de observação participante. Foram respeitados pelo pesquisador todas as questões de foro deontológico, com cuidados redobrados pois a sua zona de residência coincide com o tipo de estudo e agregado a observar. Nesses cuidados superlativos, foi essencial o afastamento emocional e a manutenção de uma postura isenta de excesso de afetos na efetivação e descrição do estudo objetivado, como é referido em Hermano Carmo & Manuela M. Ferreira:

[...] Outras duas características importantes no treino de observação: a capacidade para o observador se distanciar do objeto de observação, ainda que este pertença à sua própria cultura, de modo a ganhar uma conveniente perspetiva, e a capacidade para interpretar um dado comportamento à luz da diversidade cultural

(Carmo & Ferreira, 1998: 97)

#### **1-4 Entrevista**

O recurso à entrevista foi essencial para o desenvolvimento do trabalho. Pretendeu-se que estas dissipassem dúvidas surgidas no investigador, pois normalmente as questões acumulavam-se com a evolução da pesquisa documental e com o crescimento do conhecimento do objeto de estudo. A entrevista como excelente instrumento para a elucidação de questões dúbias, sendo também relevante para a “triangulação de dados”, torna-se uma forma eficaz de validar informações. No entanto, a virtude da entrevista está muitas das vezes na possibilidade de a concretizar com alguém que seja de facto um especialista na matéria e que tenha uma fiabilidade insuspeita, sendo estas condições

essenciais para considerar a validade do trabalho recolhido. A dificuldade de conseguir a entrevista começa por aí, mas no caso da matéria em estudo agrava-se pelo campo de recrutamento de entrevistados ser relativamente pequeno. Não esqueçamos que os homens que andaram, no período em análise, na pesca do bacalhau, nos nossos dias, já atingiram uma idade significativa, sendo que a população mais nova já ultrapassou os setenta anos. Não falam do tema facilmente, contam alguma coisa de forma superficial, mas de uma forma mais exaustiva, mais íntima, é muito difícil conseguir a sua anuência para uma entrevista formal.

Existem memórias que não pretendem lembrar, ainda se nota alguma relutância ou até algum medo em reportar algumas situações por que passaram. Inicialmente propusemo-nos a efetuar entrevistas do tipo estruturada com perguntas abertas (segundo a tipologia de Grawitz), no entanto, apesar de todos os cuidados postos na preparação da entrevista, isto é: de efetuarmos a nossa apresentação, o nosso motivo de interesse, de relevarmos a importância do entrevistado, quando acontecia a exposição à pergunta era notória a retração existente. E foi possível observar que até à colocação direta das questões a conversa fluía, e por isso optámos então pelo tipo de entrevista clínica que se caracteriza, como refere Hermano Carmo e Manuela M. Malheiro: “[...] por uma liberdade quase total dada ao entrevistado na sua resposta e na grande abundância e profundidade de informações que são partilhadas.” (Carmo & Ferreira, 1998: 130).

Sem pressão, o entrevistado adquiria confiança, sentia-se seguro e acabava por nos transmitir a informação pretendida. Reforçamos que as preocupações deontológicas estiveram sempre presentes, bem como a assunção dos compromissos de manutenção do anonimato e do sigilo sobre nomes e algumas instituições ou navios referidos nessas entrevistas.

### **1-5 A Investigação**

A prática de investigação que se achou mais adequada e a mais própria foi o Estudo etnográfico, vejamos com se refere a este estudo Hermano Carmo e Manuela M. Malheiro:

A ideia de cultura é central para os estudos etnográficos. Qualquer grupo humano que viva em conjunto durante um certo período de tempo, desenvolve uma cultura própria, entendida como um conjunto de padrões de comportamento e crenças que permitem compreender o modo de agir dos elementos do grupo em questão

(Carmo & Ferreira, 1998: 219)

Concluimos que é comum a sua utilização quando o objeto de estudo se prende com a descrição e identificação da cultura de uma comunidade, onde o foco da investigação esteja no ambiente cultural e a sua influência no comportamento das pessoas individuais e coletivas.

Esta investigação desenvolve-se de uma forma cronológica no tempo. A apresentação de resultados ocorre ao longo de todo o trabalho, a descrição dos ambientes físicos, sociais e humanos está sempre presente.

### **1-6 Resultados pretendidos da Investigação**

Apesar da existência de alguma bibliografia sobre a temática da pesca do bacalhau, ela tem maioritariamente incidido sobre os aspectos da pesca em si no seu sentido restrito. A descrição das dificuldades e a exaltação da heroicidade dos pescadores portugueses a bordo dos lugres bacalhoeiros é o cenário predileto de muitas obras editadas sobre o tema. São também alguns os estudos sobre as épocas áureas dos portugueses na pesca do bacalhau, não é raro o apelo à observância dos “direitos históricos” dos portugueses nas “terras do bacalhau”.

Alguns destes trabalhos, embora de elevada fiabilidade e qualidade, acabam por transmitir uma visão um pouco romanceada da pesca do bacalhau, até porque muita da bibliografia existente é obra de autores que vivenciaram a pesca em si, em muitos casos (apesar da importância da análise, do relato e do estudo empírico), não existe um distanciamento que lhes permita uma imparcialidade da obra, a promoção da heroicidade da atividade da pesca e dos seus atores também acontece nestas obras. Muitas são relatos pessoais, algumas constituem-se mesmo como diários particulares.

A atividade da pesca, a sua vivência, no que concerne à efetiva descrição da dureza do trabalho, não tem nada de romance, as condições de vida eram extremas, o acesso a água potável era racionado. A higiene íntima não era uma preocupação presente, os banhos só aconteciam aquando das paragens em *St. John's* ou num outro porto de abrigo qualquer. A sujidade acumulada na indumentária era tanta que após ser despida a roupa se mantinha hirta, na forma que tinha quando vestida. As vidas que se perderam, as doenças que se trouxeram, foram muitas.

O trabalho a apresentar tem uma focalização algo diferente, não é seu propósito fazer uma análise da pesca em si, no seu fundamento essencial de pescar. O foco vai para a pesca do bacalhau como promotora de relações interculturais que perduram nos anos e na memória dos portugueses e das comunidades próximas de onde eram efectuadas as pescas.

Pretende-se também relevar a importância da pesca do bacalhau em muitos dos projetos migratórios de membros de agregados e comunidades piscatórias onde era forte o recrutamento para a referida pesca. É também preocupação do trabalho descrever o ambiente físico, social, político e humano que rodeia a pesca do bacalhau no período analisado.

Se nos focarmos no consumo do bacalhau, verificamos o maior alcance do produto bacalhau como potenciador da interculturalidade. Este peixe além de ser uma marca da identidade portuguesa também deixa as suas marcas na promoção do relacionamento intercultural, na globalidade do mundo lusófono.

No período entre as duas Guerras Mundiais é relevante a posição de Portugal, mas essencialmente a do Brasil para o fundamentação do bacalhau ser reflexo de uma extensão da identidade portuguesa. Entre o ano de 1920 e 1939, o Brasil era o quarto maior importador de bacalhau salgado seco a nível mundial, com média anual de importação de 25 000 toneladas que significavam 10,8% do total mundial (Moutinho, 1998: 153).

Mas se nos reportarmos a dados de hoje, ainda é bem visível o apego ao consumo do bacalhau na lusofonia, pois a herança cultural manteve um elevado consumo de bacalhau no mundo lusófono: “os países para onde Portugal mais exporta bacalhau salgado seco são o Brasil (que absorve 40% das exportações), França, Angola e Itália”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Pescado Controlado – Fileira do Pescado. Acedido setembro, 23, 2015.  
<http://www.fileiradopescado.com/noticias/127-industria-de-bacalhau-ainda-tem-peso-em-portugal.html>

## **CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO E AS BASES POLÍTICAS DO ESTADO NOVO**

## **2-1 Contexto Político em que Ocorreu A Revolução de 1926**

Nos 16 anos de duração da 1ª República (1910-1926) existiram 7 parlamentos, 8 Presidentes da República, 46 Governos, 2 períodos de ditadura 1915; 1917/1918 (esta acabou com o assassinato de Sidónio Pais) (Fonte José Lúcio; Filomena Marques – e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – Pobreza em Lisboa). Como é evidente uma instabilidade política tão grande só podia consubstanciar-se num caos político, onde as políticas governativas eram praticamente inaplicáveis, originando situações de ruptura e caos económico e social.

Acresce que no período de vigência da 1ª República aconteceu a 1ª Guerra Mundial (IGM) entre 1914 e 1918, na qual Portugal entrou como país beligerante, sendo mesmo o primeiro a juntar-se a Inglaterra, França e Bélgica na luta contra a Alemanha. As razões para esta entrada no teatro de guerra não eram despicientes. Acreditava-se que o final da guerra mundial iria acontecer por negociação entre as partes beligerantes, existiam evidências de convenções secretas entre a Alemanha e a Inglaterra, com planos para dividirem entre eles as possessões portuguesas em África. Assim sendo, o nosso apoio inequívoco à Inglaterra prejudicaria esse hipotético cenário.

Outra razão prendia-se com o velho medo do perigo espanhol, aproveitando a neutralidade espanhola, apesar de continuar a ser uma monarquia e nós uma república, era Portugal que se solidarizava com a Inglaterra, pretendendo a afirmação como potência regional. Outro motivo ainda era a tentativa de Afonso Costa e o seu Partido Democrático criarem uma onda de unidade nacional que viesse atenuar as lutas e diferenças que vinham assaltando a sociedade portuguesa. Afonso Costa ter-se-á recordado da unidade e do desígnio nacional provocado pelo “Ultimato Inglês” em 1890. Mas o que efectivamente aconteceu foi um verdadeiro desastre militar do corpo expedicionário português, assistiu-se a um agudizar das tensões internas, a dívida externa do País aumentou exponencialmente, os preços dos bens essenciais aumentaram trinta vezes entre 1914 e 1925 (Fonte Anuário Estatístico), os rendimentos do trabalho assalariado eram gastos quase exclusivamente na alimentação, 90%, restando os remanescentes 10% para as despesas com habitação e algum, pouco, vestuário.

Efetivamente durante o período da denominada 1ª República as finanças públicas sempre estiveram desequilibradas, com elevados défices orçamentais e um crescendo da dívida pública. Aliando à situação económica do país, a instabilidade política, a agitação social e a bastante relevante luta entre o Estado e a igreja católica, com o encerramento das escolas católicas, a estatização de bens pertencentes à igreja católica, a promulgação de legislação que instituía a separação entre a Igreja e o Estado.

A este propósito, da relação entre Igreja e Estado, acha-se relevante transcrever um excerto do artigo de Miguel Bombarda na revista “Alma Nacional”, onde é bem evidente a radicalização de posições, Miguel Bombarda escreve:

[...] As lições de história são porém bastante eloquentes para que, já hoje, se possa afirmar que estamos assistindo aos últimos arrancos do catholicismo. A recrudescência clerical de que somos agora victimas é o canto do cysne. A religião catholica há de seguir o caminho de outras religiões que, victoriosas por centenas e milhares de anos, acabaram por se afundar no abismo do esquecimento. O círculo do catholicismo aperta-se mais e mais. Em vez de se alargar, a extensão territorial que Roma domina século a século se vae reduzindo. Fugiu-lhe o norte da Europa, fugiu-lhe o extremo oriente como o oriente vizinho, fugiu-lhe o septentrião africano. Agora mesmo a França recalcou o clericalismo, que é a guarda avançada do vigário de Cristo, para estas plagas occidentaes, e d’isso estamos padecendo. Que nos diz a história para o dia de amanhã? Será n’um seculo, será em dez seculos, Roma terá de succumbir aos golpes da sciencia e da vulgarização da sciencia. Apenas:- Qual é a outra forma religiosa que a esta hora se está gerando no seio da humanidade?...

(Alma Nacional, n.º 3, Bombarda, 1910)

Pode-se assegurar que o trecho transcrito é dos mais suaves no contexto do artigo. Estavam reunidas as condições ideais para acontecer uma mudança radical, o golpe de Estado que veio a acontecer em 28 de Maio de 1926.

Esse golpe de Estado teve inicialmente uma condução bicéfala, havendo duas cabeças com perspectivas políticas diferentes, o oficial da marinha Mendes Cabeçadas e o General Gomes da Costa. Inicialmente tomou posse como Presidente da Republica (PR) Mendes Cabeçadas, que convida António Oliveira Salazar a assumir a pasta das finanças, mas poucos dias depois, em 17 Julho de 1926, demite-se do cargo aquando o General Gomes da Costa veio a ocupar o cargo de PR, situação que também não perdurou no tempo, já que foi deportado para os Açores e substituído pelo General Óscar Carmona a 8 de Julho de 1926. Foi após esta assunção do poder por parte de Óscar Carmona que se iniciou a fase denominada de “Ditadura Nacional” que se prolongou até à criação do Estado-Novo e à

nova constituição, no ano de 1933. Estava concretizado finalmente o acesso ao poder da ala direita mais radical das forças que efetuaram o golpe de estado.

Foi após esta tomada de posse do Governo de Óscar Carmona em julho de 1926, que se concretizou a estabilização política, embora tivessem existido algumas tentativas de insubordinação contra a ditadura instalada, tal como a revolta de 1927, quando os revoltosos se insurgiam contra a suspensão da Constituição portuguesa de 1911 e o consequente encerramento do parlamento. Apesar dos movimentos contestatários à Nova Ordem estabelecida permanecerem activos (comumente conhecido como o “revirinho”), alguma estabilidade política foi concretizada com a eleição de Óscar Carmona para PR em 25 Maio de 1928. O convite a António Oliveira Salazar para assumir novamente a Pasta Ministerial das Finanças em 1928 também foi importante no estabelecimento desta paz política e social.

Desta feita, António Oliveira Salazar impôs algumas condições para aceitar o cargo de Ministro das Finanças: exigiu poderes para supervisionar os orçamentos de todos os ministérios e, ao mesmo tempo, o poder de exercer o direito de veto sobre qualquer despesa por ele considerada excessiva ou não estritamente necessária. Como resultado destas medidas de forte controlo orçamental, aumento de cargas tributárias, alteração das pautas aduaneiras e consequentemente de uma severa austeridade, António Oliveira Salazar conseguiu controlar o défice orçamental e, paralelamente, diminuir a dívida pública. Este processo classificado como milagre económico, granjeou-lhe um enorme prestígio e abriu-lhe perspectivas de poder cada vez mais amplas; É entre 1928 e 1932, com especial ênfase neste último ano, que António Oliveira Salazar cria condições para plebiscitar a futura constituição de 1933.

António Oliveira Salazar tem plena consciência das condições que potenciaram o fim da 1.ª República, sabe perfeitamente que a sustentação das necessidades básicas da população é essencial a uma estabilidade social e política, que permita governar com algum conforto. Talvez a maior dessas necessidades seja a alimentação, a fome é um rastilho que incendeia qualquer projecto de governação, o fornecimento de bens alimentares a preços exequíveis com o poder de compra da população é uma condição essencial para a manutenção da paz social.

A importância do bacalhau salgado seco na alimentação do povo português é reconhecida, existem razões de foro religioso e de logística e capacidade de distribuição, que relevam a importância do bacalhau salgado seco na dieta alimentar do povo português. A produção nacional era manifestamente insuficiente para o consumo anual da população portuguesa, havendo que recorrer a uma importação significativa quer na quantidade, quer no valor despendido, que afetava a nossa balança de pagamentos e suscitava o aparecimento de especuladores. Os dados referentes ao período entre o ano de 1900 e o ano de 1933 são bem eloquentes, veja-se a seguinte tabela:

**Tabela 2.1 - Evolução do grau de auto provisionamento do bacalhau (1900 – 1933)**

Anos (média)	Produção Tons	Importação Tons	Autoaprovisionamento %
1900 – 1904	2330	33 303	6,5
1905 – 1909	3781	27 497	12
1910 – 1914	3826	31 663	10,7
1915 – 1919	2488	23 689	9,5
1920 – 1924	4201	34 767	10,7
1925 – 1929	5857	42 048	12,2
1930 – 1933	4871	43 362	10

Fonte: Garrido, Álvaro (2010). "O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau" pp.47. Circulo dos Leitores: Lisboa.

Os custos com a importação do bacalhau seco eram de enorme relevância, senão vejamos, em 1916 o valor do bacalhau importado foi de 4 789 129\$00, importância significativa. Mas em 1923 esse valor aumentou para 123 775 924\$00 (Moutinho M. 1985:69), o que representa um aumento de 25,8 vezes o valor de 1916, isto apesar da quantidade importada ter aumentado aproximadamente apenas 30%.

Existem outras fontes que confirmam a estabilidade na quantidade de bacalhau salgado seco importado, bem como os elevados custos com a importação de bacalhau. O bacalhau importado era essencialmente inglês, ou então mediado por companhias inglesas. Existem registos de que no início do século XX em média 75% do bacalhau salgado seco importado

tinha esta origem, embora também houvesse relações comerciais e se recorresse à importação de bacalhau de outras origens, tais como Noruega, Suécia, Islândia, Rússia, França, Canadá, Terra Nova, Espanha e Alemanha. Efectivamente entre o ano de 1920 e o ano de 1973, em maior, ou menor quantidade, em algumas épocas com a predominância de uma ou de outra procedência, todos os países referenciados exportaram bacalhau seco para Portugal.

Desde o século XIX que existiram tentativas para relançar a atividade da pesca do bacalhau. Este propósito de regresso à pesca na Terra Nova era mais ou menos estimulado e, conseqüentemente, tinha maior ou menor adesão, consoante as políticas governamentais. Reportando-nos ao longínquo ano de 1830, foi promulgado um Decreto abolindo os direitos sobre as pescarias em 6 de dezembro, o qual mencionava no seu Art.º1:

Ficam de hoje em diante abolidos os direitos, contribuições, gabelas ou imposições, debaixo de qualquer nome, título ou pretexto, com que até agora se cobravam ou exigiam do peixe pescado em barcos ou navios portugueses, por companhias ou tripulações portuguesas. A disposição deste artigo compreende todo o peixe pescado nos mares das costas dos domínios portugueses, como o que for pescado no mar largo ou em parcerias longínquas ou nas costas pertencentes a qualquer outro Estado. A mesma disposição tem lugar ou o peixe seja fresco, ou salpreso, ou salgado, ou empilhado, ou seco

(Moutinho, 1985:24).

Neste cenário a Companhia de Pescarias Lisbonense interessou-se pela pesca do bacalhau nos mares da Terra-nova. Esta empreitada não se afigurava fácil, dado o abandono a que a pesca do bacalhau tinha sido votada, não existiam em Portugal conhecimentos técnicos, nem meios para levar a bom porto este desígnio. O processo foi resolvido com o recurso à compra de barcos apropriados a estaleiros ingleses, os recursos humanos, desde o capitão do navio a uma parte da tripulação também eram de nacionalidade inglesa. Era objetivo primordial que a formação dos pescadores portugueses acontecesse de uma forma rápida e consistente para evitar no futuro o recurso à mão de obra inglesa.

Recorda-se aqui este momento da história da pesca do bacalhau para assinalar, que as políticas de estímulo e de protecção à frota bacalhoeira portuguesa foram várias vezes legisladas e executadas. Não se podem deixar de referir também os contactos interculturais que todo este desenvolvimento da pesca promoveu. Aliás, suscitou alguma polémica a aproximação e subsequente contratação dos serviços aos ingleses, quando era do conhecimento geral, que quer os franceses, quer os norte-americanos possuíam técnicas

e conhecimentos mais desenvolvidos, supõe-se que a posição de relevo que a Inglaterra possuía na importação de bacalhau por Portugal e o seu peso na balança de pagamentos tenha sido considerada nesta opção.

O domínio das técnicas de pesca pelos norte-americanos e também pelos franceses, era de tal forma reconhecido, que na mesma época (1835), o cônsul de Portugal nos Estados Unidos, Jacob Torlade Pereira de Azambuja escreve um livro sobre o tema pesca do bacalhau “Memória sobre a Pesca do Bacalhau”. Nesta obra são retratados os processos de pesca, a evolução das várias técnicas de pesca e as diferenças nas artes da pesca entre os principais países nesta actividade

(Garrido,2010:38).

Uma das novas técnicas, já com algum tempo de utilização, mas em franca expansão, era a utilização do dóri, um pequeno barco de 4 a 5 metros, bastante simples e de fácil construção. Existem dados de que Portugal importou dos Estados Unidos da América (EUA) entre 1908 e 1917 uma quantidade significativa deste tipo de embarcação (Moutinho, 1985:45). A importação deste “produto” não deixa de ser significativa como sinalização de relação comercial e da procura e atenção que as novas técnicas de pesca suscitavam entre nós, e a sua subsequente utilização.

Mas se reportámos políticas de fomento da frota bacalhoeira, também é premente referir que estas políticas não se prolongavam no tempo, não eram políticas sustentadas numa organização forte. Fazendo uma análise cronológica verifica-se, como diz Marília e Abel Consiglieri:

Mas a vida da Companhia de Pescarias Lisbonense, que nascera estimulada por legislação fiscal favorável, acabou por não ser muito longa e, em parte, terá acabado por contribuir para a sua falência em 1857, um regulamento de 1852 e a Carta de Lei de 10 de Julho de 1843, que voltaram a tributar os armadores com um imposto proporcional à quantidade de peixe capturado – o imposto do Pescado

(Consiglieri & Consiglieri, 1998: 40).

Esta instabilidade e até incoerência nas políticas legislativas, com estes ciclos de políticas ora fomentadoras, ora castradoras da “Grande Pesca”, prolongaram-se até ao advento do Estado Novo. As razões para o acontecimento destes ciclos são essencialmente de três ordens: alguma desconfiança, incapacidade organizativa e escassez de capital por parte do empresariado português era uma delas. Uma outra razão, prendia-se com os grupos de pressão, essencialmente dos comerciantes ingleses instalados no nosso país que dominavam o comércio por grosso do bacalhau seco, obtendo elevados lucros e fortunas

fabulosas. Por último, a importância destas receitas no “Tesouro Nacional”. Não se infira no entanto que não existiram tentativas de regularização do mercado no que respeita a políticas proteccionistas e de fomento ao setor das pescas longínquas, essencialmente na pesca do bacalhau. São disto evidências as iniciativas de Alberto Souto e Moisés Amzalak para obstar ao monopólio inglês do comércio do bacalhau.

O projeto de Alberto Souto, com funções na Comissão das Pescarias da Câmara dos Deputados, para o fomento e desenvolvimento da pesca do bacalhau alerta para, diz Souto:

As companhias não seguravam os seus barcos senão com elevadíssimos prémios, ao passo que outros nem sequer o faziam [...] A absoluta desprotecção do Estado, se comparada com os prémios de exportação, isenções fiscais, subsídios oficiais aos serviços de assistência nos «Bancos»<sup>3</sup> e outras medidas proteccionistas dispensadas por diversos países às respectivas frotas

(Souto, 1914, Apud Garrido, 2010:40).

Neste projeto é amplamente referido e defendido que é forçoso para desenvolver uma política de pesca organizada e sustentada a alteração da pauta aduaneira no referente à pesca do bacalhau, continua a referir Alberto Souto

A diminuição dos direitos alfandegários é, segundo creio, a única forma prática e eficaz de fomentar esta indústria, atraindo para ela os capitalistas [...] A pauta é e deve ser na prática, principalmente, um instrumento proteccionista, se bem que seja quase sempre entre nós, não um meio de proteger a produção nacional, mas apenas uma fonte de receita do tesouro

(Souto, 1914. Apud Garrido, 2010:40,41).

Este projeto foi apresentado por duas vezes: a primeira, ainda em 1911, não foi considerada em virtude das consequências que podia arrastar para a receita do Tesouro e das dificuldades pelas quais passava esse mesmo Tesouro. A segunda vez que aconteceu em 1914 no ministério de Afonso Costa, esteve prestes a ser considerado, e legislado, mas com a queda do ministro Afonso Costa, a sua legislatura nunca avançou, ficando no entanto como um estudo a considerar num futuro mais ou menos próximo.

Ainda durante a 1ª República a problemática da pesca do bacalhau foi novamente motivo de estudo, apesar da frota bacalhoeira ter crescido em número de unidades, continuava a ser manifestamente insuficiente para as necessidades do país, como se pode verificar na tabela 2.1 inserida neste trabalho. Foi criada então uma comissão de trabalho, em 1921,

---

<sup>3</sup> Nome dado aos fundos pesqueiros ao largo da Terra Nova

presidida por Moisés Amzalak, um eminente académico, economista conceituado, com pensamentos e estudos apresentados sobre a pesca do bacalhau. Aliás em 1923 reuniu as suas anotações e projectos e fez editar o livro “O mutualismo e o cooperativismo na indústria da pesca do bacalhau” (Amzalak, 1923). Algumas das medidas já tinham sido preconizadas no projeto elaborado por Alberto Souto, mas outras novas diretrizes se estabeleceram para uma organização rigorosa das pescas no sector bacalhoeiro.

No que concerne à iniciativa privada procurava-se que houvesse investimento na aquisição de navios e que as atividades a montante e a jusante das pescas fossem providas pela criação de empresas comerciais e industriais de capital português. Para que esse desiderato fosse atingido ficava estabelecido que o Estado tomaria medidas de estímulo e incentivo a esse desenvolvimento. Tais medidas englobavam, como refere Amzalak:

- “1.º Facilitar pela Caixa Geral de Depósitos e por outros estabelecimentos bancários, o crédito industrial a longo prazo às empresas de pesca de bacalhau e também aquelas que se destinassem à construção de barcos bacalhoeiros e outros artigos indispensáveis a estas pescas;
- 2.º Isentar de serviço militar os mancebos que durante três campanhas sucessivas forem à pesca do bacalhau;
- 3.º Facilitar o processo de matrícula do pessoal marítimo;
- 4.º Reduzir os direitos de embandeiramento aos navios destinados à pesca do bacalhau;
- 5.º Facilitar a aquisição de madeiras das matas nacionais para a construção de navios bacalhoeiros;
- 6.º Ceder a preço reduzido terrenos do Estado e públicos para o estabelecimento de lavagens e secas de bacalhau;
- 7.º Isentar o bacalhau nacional de todos os direitos alfandegários e bem assim como os impostos municipais;
- 8.º Auxiliar e proteger o desenvolvimento das indústrias produtoras de artigos necessários à pesca do bacalhau;
- 9.º Estabelecer prémios pecuniários para as tripulações dos barcos que maiores quantidades de bacalhau tenham pescado”

(Amzalak, 1921, Apud Moutinho, 1985:70)

Estas medidas foram em grande parte interiorizadas por António Oliveira Salazar, tornando-se efetivas no seu futuro projeto político. Moisés Amzalak era, como já foi referido, uma eminência académica, são famosas as tertúlias de economistas por si organizadas e dinamizadas logo após o fim da IGM, a essas tertúlias semanais assistia com

frequência António Oliveira Salazar, na época Regente da cadeira de Finanças na Universidade de Coimbra. A sua amizade com Salazar e a admiração que este lhe devotava levou a que Moisés Amzalak tivesse ocupado vários cargos na estrutura do Estado – Novo, um dos quais foi o de Procurador da Câmara Corporativa.

É também neste período pré Estado Novo, mas já na denominada Ditadura Nacional, em 1927, que é promulgado o Decreto n.º 13 441 de 8 de Abril de 1927, no qual são levadas em muita conta as recomendações da comissão presidida por Moisés Amzalak. Existem algumas diferenças, nomeadamente no que concerne ao ponto 2.º do Relatório da Comissão, que no Decreto passam a ser mais rigorosas. A obrigatoriedade da presença em três campanhas sucessivas para isentar à prestação do serviço militar, passa pelo Decreto a ser de seis temporadas sucessivas. Para além deste aspeto, são impostas penalizações graves para pescadores que não se disponibilizassem para embarcar: são considerados desertores, imediatamente referenciados e procurados pelas entidades marítimas e de uma forma coerciva obrigados ao embarque. Dá-se aqui algum relevo a esta situação porque já em pleno período do Estado Novo, e com a estrutura das pescas já em pleno desenvolvimento, irá acontecer uma luta laboral que quase impede a campanha anual do bacalhau, e que tem na sua génese, a implementação de algumas destas medidas coercivas.

Um ponto importante deste Decreto, explicitado no seu Art.º 27, “Determinava-se que o Ministério da Marinha organizaria o serviço de assistência aos pescadores nos bancos da Terra Nova e promoveria estudos técnicos e científicos relativos à pesca do bacalhau” (Moutinho, 1985: 75).

Anteriormente, excetuando uma insípida e inconsequente viagem em 1923, do navio da Marinha Portuguesa, o cruzador *Carvalho Araújo*, que não reunia as condições adequadas para ser um navio de assistência, os pescadores e os barcos portugueses não tinham qualquer tipo de apoio logístico prestado por uma entidade nacional nos mares da Terra Nova. A assistência aos pescadores portugueses na pesca do bacalhau, fruto de relações comerciais, profissionais e interculturais, era fornecida pelos navios de assistência francesa.

A “*Société des Oeuvres de Mer*” há muito que tinha nos mares da Terra Nova navios de assistência à sua frota bacalhoeira; Desde os finais do século XIX que sequencialmente

navios como o *Saint Pierre I*; *Saint Pierre II*; *Saint Paul*; *Saint François D'Assise*, prestavam apoio à frota francesa. Neste último navio, *Saint François D'Assise* já existem crónicas de assistência médica prestada a pescadores portugueses. Este apoio foi mantido no tempo pelos navios mais recentes: *La Notre Dame de la Mer* e o *Saint Joanne D'Arc*.

No caso deste último navio, existia um protocolo entre a “*Société des Oeuvres de Mer*” e os armadores portugueses, que foi quebrado por falta de cumprimento das obrigações monetárias por parte destes últimos<sup>4</sup>. A assistência aos pescadores portugueses nos mares da Terra Nova, por um navio de bandeira portuguesa, foi concretizada com a reconversão de um navio alemão. No decorrer da IGM as autoridades portuguesas, a pedido do Governo Inglês, confiscaram todos os navios alemães que se encontravam em portos portugueses.

O navio que se achou mais apropriado para essa função de assistência à frota bacalhoeira, foi o navio vapor *Lahnec*. Para melhorar a sua equipagem foi enviado para estaleiros na Holanda, onde foram feitas adaptações e criadas algumas estruturas no seu interior para o tornar eficiente nas suas novas funções. Fez a sua primeira viagem de assistência em 1927, voltou à Terra Nova em 1929 e 1930, ocorrendo depois um hiato de tempo, até 1937, ano em que regressou aos mares do Atlântico Noroeste.

A partir desse ano de 1937, foi sucessivamente, até ao ano de 1954, o Navio Capitania da frota bacalhoeira portuguesa. O seu capitão de bandeira mais emblemático, foi a partir de 1943, o à altura capitão-tenente Américo Ângelo Tavares de Almeida, fez dezassete viagens à Terra Nova. Companheiro de armas na esquadrilha de submarinos, de Henrique Tenreiro, e homem de sua inteira confiança pessoal e política, no navio capitania executava as funções de capitão de porto. Era este homem a extensão do Estado Novo nos mares do bacalhau.

Regressando ao Decreto 13441 de 8 abril de 1927 e ao seu Artigo 27, a efectivação deste artigo concretizou-se de imediato, no mesmo ano de 1927, a bordo do navio de assistência Gil Eanes, embarcou o Almirante Oliver, membro da Comissão Central de Pescarias. O Almirante propunha-se a fazer in loco um estudo profundo das condições e técnicas de

---

<sup>4</sup> Société des Oeuvres de Mer. Acedido setembro, 4, 2015. <http://ecole.nav.traditions.free.fr/pdf/societedesoeuvresdemer.pdf>

pesca, comparando os nossos procedimentos técnicos com o de outras frotas pesqueiras, nomeadamente a francesa e a norte-americana, que eram as frotas com maior avanço tecnológico.

O seu relatório foi bastante exaustivo, comparava as condições estruturais dos navios, as condições de conservação do peixe, relevava as condições sanitárias como condição essencial ao bom armazenamento e estivagem do peixe. Referia a importância do aproveitamento de outras espécies piscícolas, que não só o bacalhau, para uma maior rentabilização do navio e dos recursos humanos. Investigou e descreveu com acentuado rigor as mais modernas técnicas de pesca, o trole por exemplo. A importância da temperatura das águas na pesca das várias espécies, os iscos ideais e as melhores formas de os conservar.

O Almirante Oliver também se interessou neste estudo pela arquitectura naval, referenciando os mais modernos navios, revelou também preocupação pelas dórís, pequenos barcos de extrema simplicidade, mas que ainda recorriamos à sua importação para satisfazer as nossas necessidades. Este estudo, mais tarde denominado de Relatório Oliver, foi talvez o primeiro estudo feito com qualidade de observação e rigor científico, e só foi possível devido aos conhecimentos técnicos e argúcia do Almirante Oliver, bem como à sua capacidade de relacionamento e aos seus conhecimentos linguísticos. Apesar de nem todas as suas recomendações terem sido acatadas no imediato, algumas por manifestas dificuldades de capital disponível para investimento, outras por diferentes visões políticas das pescas, o relatório foi considerado um acervo importante para a indústria das pescas.

Estava-se nas vésperas da construção e assunção plena do Estado Novo. A cada vez maior importância de António Oliveira Salazar, o apregoado autor do “milagre económico”, o celebrado “Salvador da Pátria” delineava o seu programa político para o país. A sua célebre frase “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, reporta a 1929 (Nogueira, 1977: 122), dando indícios claros, de que a sua influência política já extravasava em larga escala o restrito âmbito do seu Ministério das Finanças, tornando evidente através de várias medidas, com maior ênfase no ano de 1932, ano em que foi empossado como chefe do governo, que estava a preparar um novo Estado, uma nova Lei fundamental, que fundasse

um novo Regime Político. Estava em preparação a Constituição da República Portuguesa de 1933.

## **2-2 Nova Ordem Política e Social**

A Constituição da República Portuguesa de 1933 com influências notórias dos ideais da Itália de Mussolini e da legislação promulgada por este, especialmente a do ano de 1926, defendia o Corporativismo, consagrava as Corporações como organismos essenciais ao funcionamento do Estado, foi plebiscitada por sufrágio directo e universal, embora essa universalidade fosse bastante restritiva, somente os indivíduos do sexo masculino, com mais de 21 anos, casados ou emancipados e que tivessem capacidade de ler e escrever podiam aceder ao voto.

Ao género feminino estava-lhe vedada na generalidade a participação eleitoral, eram excepção as mulheres “Com cursos superiores ou secundários (Decreto com força de lei nº 19694 de 5 de Maio de 1931)”. Este plebiscito também teve a particularidade de os votos que assinalassem como sentido do voto a abstenção, contassem como votos expressos de apoio à constituição, os resultados finais oficiais foram favoráveis ao estabelecimento da nova constituição, 719 364 a favor; 487 364 abstenções e 5 995 contra. É justo referir que para além de António Oliveira Salazar, contribuíram para a elaboração desta constituição nomes como Quirino Alves de Jesus, Marcelo Caetano, Manuel Rodrigues, Fezas Vital e Pedro Theotónio Pereira, este último tem um papel determinante na construção do Projeto Corporativo da pesca do bacalhau.

Apesar do texto constitucional garantir algumas liberdades, elas na prática não se concretizaram, até porque não existe liberdade plena quando existem organizações do Estado que promovem e pugnam pela censura, quando existem forças coercivas como uma polícia política, quando não existe liberdade de expressão, quando existe a proibição de partidos políticos, quando acontece de uma forma mais ou menos subtil a supremacia de um presidente do conselho em todo o aparelho de Estado. É bem revelador o escrito de Fernando Pessoa para definir o grau de liberdade existente:

Mais valia publicar um decreto-lei que rezasse assim: Art.º1. António de Oliveira Salazar é Deus. Art.º2. Fica revogado tudo em contrário e nomeadamente a Bíblia. Ficava assim

legalmente instituído o sistema que deveras nos governa, o autêntico Estado Novo- A Teocracia pessoal<sup>5</sup>

(Pessoa, 1933)

Também é bem revelador do pensamento político de António Oliveira Salazar a entrevista concedida pelo próprio ao “Il Tempo” de Roma, à pergunta do jornalista:

V. Ex.<sup>a</sup> na sua juventude pertenceu, em Coimbra, a um «Centro Académico de Democracia Cristã». As doutrinas políticas que inspiram o actual regime português ligam-se em alguma medida àquelas longínquas experiências? (Salazar, 1967: 103)

António Oliveira Salazar responde:

Sim, quando estudante em Coimbra, pertenci a uma organização denominada Centro Académico de Democracia Cristã, à qual de certo modo me encontro ainda ligado. Mas no decurso dos anos aconteceu que a denominação mudou de sentido e o que então se chamava «democracia cristã» não era o que hoje se chama assim nos muitos países que têm partidos com esse nome.

Nós acabávamos de fazer em Portugal a passagem revolucionária da monarquia para a república. Esta república não era mais liberal que a monarquia – cada nação tem a liberdade que pode usufruir – mas apresentava-se como visceralmente anticatólica. Através de um ou outro factor chamaria também a atenção para as questões sociais. Subvertidas as instituições tradicionais – oito séculos de regime monárquico – e em condições que não se pode prever o seu retorno, havia nos elementos católicos que salvaguardar duas coisas: a independência política em face do regime e a influência dos princípios cristãos na vida social. Era isso a nossa «democracia cristã»: a denominação não era muito feliz mas o acento tónico encontrava-se no cristianismo [em Portugal praticamente igual a catolicismo] e não na democracia, de que uns seriam adeptos e outros não [...]

(Salazar, 1967: 103)

Embora se reconheça que o excerto da entrevista transcrito é um pouco longo, e o espaço temporal ser posterior à época da Constituição de 1933, reputa-se do maior interesse esta transcrição, para uma melhor análise do pensamento e conceito de democracia de António Oliveira Salazar.

No que concerne aos objetivos deste trabalho, até pela importância que terá na organização das pescas, é elementar relevar a importância do nacionalismo e do corporativismo na constituição de 1933, onde aliás está mencionado República Corporativa, assente no que se concebeu como elementos estruturantes da nação: Família; Autarquias locais e Organismos Corporativos.

---

<sup>5</sup> Pessoa, F. (1933). A Teocracia Pessoal. Acedido setembro, 7, 2015. <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/1933-plebiscito-a-constituicao/>

Antes de incidir no foco da questão da pesca do bacalhau, considera-se premente uma análise ao corporativismo português. Assim, não se podem ignorar as considerações de Hipólito Raposo sobre o Corporativismo da Constituição de 1933. Recorde-se que Hipólito Cardoso, era também membro da Junta Central do Integralismo Lusitano, foi coautor do programa de governo, e do projeto de Constituição de Gomes da Costa em 1926, logo após a sua investidura como chefe do governo. Hipólito Cardoso critica veementemente o Projeto Corporativo de 1933 mas, por coerência neste trabalho, por ser verdade e respeitando a cronologia, há também que recordar os louvores dos Integralistas ao regime saído do golpe de Estado e à pessoa de António Oliveira Salazar, diz Hipólito Raposo:

Mussolini em Itália e Primo de Rivera em Espanha são o triunfo estrondoso daquelas verdades e daqueles métodos que desde 1914 o Integralismo Lusitano aconselha a todos os bons portugueses. Hora alta de triunfo esta hora em que na Europa Ocidental a reacção nacionalista levanta a sua bandeira de resgate! Possuímos também nós uma doutrina de salvação. Arranquemos das mãos dos plutocratas e dos vendilhões a Pátria que nos é tão querida! Façamos a unidade moral do nosso país contra as quadrilhas rapaces do regime e contra o ignóbil peso morto das 'direitas'. É se não houver Rei, que haja um Ditador, porque será chefe o que primeiro devolver Portugal ao rumo suspenso dos seus destinos eternos!

(A Monarquia de 26 Outubro de 1923, Raposo, Apud Cruz, 1982:147)

Depois desta reposição histórica e do respeito pela cronologia, regressemos às críticas negativas de Hipólito Raposo ao Corporativismo português:

Mas em Portugal não há corporações do Trabalho, há pequenas assembleias partidárias, dentro de algumas profissões. Não é possível mesmo com a força de uma ditadura, organizar a representação do que não existe. Depois, a Câmara Corporativa não é componente da Assembleia Nacional. As Corporações da Inteligência e da Produção, nos seus diversos graus e grupos, não fazem parte do tecido vivo das actividades nacionais, não são orgânicas, nem mesmo teoricamente se consagram na Constituição

(Raposo, 1932 Apud Quintas, 2002)

Hipólito Raposo continuou com as críticas a Salazar:

Pelo condicionamento de todos os poderes e plena disposição de todos os dinheiros públicos, a nova república constitucional ficaria a depender de um só homem e com ele havia de identificar-se nos anos futuros. Assim à falta de melhor designação adoptava para a denominar, o neologismo político – Salazarquia [...]

(Raposo, 1932 Apud Quintas, 2002)

Se na sua génese o corporativismo era uma terceira via política, onde era afastado o cenário capitalista da acumulação de riqueza, bem como o projecto marxista da luta de classes, tentando conseguir ser uma via de consenso entre estes dois modelos, um conceito

de individualidade portuguesa, também se imaginava que o corporativismo na sua essência se libertaria da mão tutelar do estado, adoptando as corporações uma economia de mercado. No entanto, no caso português aconteceu um *sui generis* Corporativismo de Estado, fazendo todo o sentido que assim acontecesse. Observe-se a crítica de Hipólito Raposo, no que se refere ao condicionamento dos poderes e ao controlo dos dinheiros públicos, era impossível o mercado funcionar, teria que ser o Estado a alavancar e monitorizar o mercado. O Estado cumpriu esse papel, é mesmo uma condição *sine qua non* para cumprir com êxito o programa político de Salazar, é essencial à sua política de subsistência e ao seu programa económico, a sua visão autárquica da economia. A seguinte frase de António Oliveira Salazar é bem relevadora desta ordem política: "Não discutimos Deus e a Virtude. Não discutimos a Pátria e a sua História. Não discutimos a Autoridade e o seu Prestígio. Não discutimos a Família e a sua Moral. Não discutimos a Glória do Trabalho e o seu Dever." (Salazar, 1936: 130).

É neste contexto que emerge com enorme importância o corporativismo na pesca do bacalhau, talvez o maior e mais conseguido exemplo da política corporativa. A edificação da estrutura das pescas era essencial, Salazar sabia dos riscos da instabilidade política e social que a fome provocava, tinha exemplos bem recentes, por isso os cuidados com a política de subsistência. Uma outra razão prendia-se com a preocupação pelo equilíbrio das finanças públicas. Era necessário uma política onde a autarcia fosse implantada, esta política económica fomentava a produção nacional. Também o indisfarçável desconforto de António Oliveira Salazar perante a dependência do "bacalhau inglês"<sup>6</sup>, a sua contribuição para o desequilíbrio da balança de pagamentos, o enriquecimento e acumulação de fortuna dos comerciantes ingleses, eram tudo parcelas de um problema que se pretendia no mínimo atenuar.

Não é então surpresa que tenha sido um homem como Pedro Theotónio Pereira, uma pessoa da restrita esfera de confiança do Presidente do Conselho, homem que tinha tido uma participação activa na feitura da constituição, como já foi referido neste trabalho, a ser nomeado por António Oliveira Salazar para assumir a importante Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social em 1933, cargo que desempenharia até 1936. Caberia a este organismo governamental a responsabilidade pelos caboucos do

---

<sup>6</sup> Bacalhau importado por comerciantes ingleses

corporativismo, pela sua estruturação institucional, jurídica e até administrativa. Foi Theotônio Pereira quem fundou os alicerces para a organização corporativa onde a “Grande Pesca”<sup>7</sup> iria assentar.

Foi durante este espaço temporal que foram criadas organizações como a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau (CRCB), Decreto-lei n.º 23 968 de 5 de junho de 1934. Esta organização iria revelar-se de uma importância extrema no desenvolvimento da pesca do bacalhau. As suas competências eram bastante alargadas, toda a indústria do bacalhau estava sob a alçada desta comissão. A comercialização do bacalhau era feita por esta organização, bem como os cálculos do consumo e da quantidade necessária de bacalhau a importar, eram da responsabilidade da CRCB. O processo produtivo, as condições sanitárias e a salubridade das instalações na produção, até às condições de higiene do transporte e dos pontos de venda, a manutenção da qualidade, a separação por tamanhos e qualidades, tudo era objecto de fiscalização.

Para além destas preocupações de foro organizacional, do quotidiano do processo comercial e produtivo, as suas funções alargavam-se ao projectar e inovar a estrutura das pescas. O estudo de novas técnicas de pesca, o planeamento e estudo do tipo de navio mais adequado à pesca também, a promoção da assistência aos navios bacalhoeiros e às suas tripulações, também competiam à CRCB, podendo estas considerar-se, as suas competências superlativas.

Outra organização de referência na corporação da pesca do bacalhau, foi o Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau (GANPB), criado pelo Decreto-lei n.º 26 106, de 23 de Novembro de 1935. Algumas das suas funções, essencialmente as que contemplavam o controlo do comércio de bacalhau apesar de coincidirem com as da recém-criada CRCB, estavam subordinadas a esta. No entanto a importância para a causa corporativa deste grémio tinha a sua maior relevância nos assuntos ligados ao mutualismo, tais como a criação de uma mútua de seguros para segurar os navios que se dedicavam à pesca do bacalhau, proporcionar aos armadores associados a possibilidade de segurar os apetrechos do navio e claro, segurar o valor da carga de bacalhau pescado. Os riscos que

---

<sup>7</sup> Um dos nomes afetivos dados à pesca do bacalhau

esta mútua seguradora assumia dificilmente seriam contratualizados com uma qualquer outra seguradora.

Os custos com os navios já obsoletos que se afundavam eram insustentáveis para qualquer outra companhia seguradora, pode-se afirmar com segurança que parte importante da renovação da frota foi concretizada com os dinheiros provenientes dos seguros da mútua. Outra função deste grémio era a facilitação da informação das condições mais favoráveis para modernizar e desenvolver a atividade industrial, fosse objetivo a construção de navios, ou a modernização de indústrias subsidiárias da pesca. Ainda mais uma componente importante da atividade desta organização diz diretamente respeito aos recursos humanos. Assim, havia que criar as condições para a contratualização de seguros que protegessem os pescadores aquando de acidentes de trabalho, outra função passava pela regulação do trabalho, das condições laborais oferecidas aos pescadores, e ao estabelecimento de direitos e deveres aquando da contratualização do trabalho.

É após a criação e a estabilização destas organizações corporativas que acontece a nomeação de Henrique Tenreiro, um nome que vai acompanhar toda a história da organização das pescas durante todo o período histórico do Estado Novo, exatamente o período que é objeto de análise neste trabalho. Acrescente-se que esta nomeação de Tenreiro, em julho 1936, para delegado do governo junto do grémio dos armadores da pesca do bacalhau, não foi feita de forma aleatória, esta nomeação teve o cunho pessoal de Theotónio Pereira, que tinha cursado com Tenreiro na Escola politécnica e reconhecia-lhe méritos para o bom desempenho do cargo. Mais relevante ainda, reconhecia-lhe uma fidelidade pessoal e política imaculada. Efetivamente Henrique Tenreiro, ao longo de todo o período em que dominou a organização das pescas sempre seguiu os ditames do corporativismo institucionalizados por Teotónio Pereira, sempre mostrou deferência para com o homem que o nomeou.

Todo este processo de consolidação da estrutura Corporativa da pesca do bacalhau a que este trabalho se vem referindo, está muito bem sustentado no seguinte trecho de um trabalho de J. Dias Ferreira:

O período de 1936 a 1967 está associado à reorganização corporativa da indústria pelo Estado Novo, no que se designou por “campanha do bacalhau”, onde foi nuclear o Decreto-lei 23 968/34. A reorganização, num contexto proteccionista, de regulação estatal e de livre acesso a

vastos recursos, tinha como objectivos: o aumento das capturas; a promoção das actividades nacionais dos estaleiros e das secas; a redução da importação, que era contingendada e subordinada à compra prévia dum dada percentagem da produção nacional; a promoção do consumo através dum política de preços baixos tabelados. Como organismos Corporativos e reguladores foram instituídos o Grémio dos Armadores de Navios da Pesca do Bacalhau (GANPB), o Grémio dos Armazenistas e Importadores de Bacalhau e Arroz (GAIBA) e a Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau (CRCB). O sucesso da campanha é ilustrado pelo aumento das capturas e da frota, que foi modernizada. Entre 1934 e 1967, a produção subiu de 16 para 82% dum consumo que quase triplicou de 51 para 136KTon

(Dias et al, 2001:3)

A nomeação de Tenreiro para Delegado do Governo junto do grémio das Pescas, no já referido ano de 1936, coincidiu com a saída de Theotónio Pereira da Subsecretaria das Corporações para ocupar o lugar de Ministro do Comércio e Indústria do Governo Português. A oligarquia das pescas estava em marcha, embora sem a capacidade intelectual de Theotónio pereira, muito longe disso aliás, Tenreiro conseguiu através de uma capacidade de trabalho invulgar e de uma rede de influências muito bem trabalhada e preparada no terreno, prosseguir com êxito o guião corporativo delineado por Teotónio Pereira. Mas, o cenário político deste ano de 1936 teve várias e importantes ocorrências, desde logo o deflagrar da guerra civil espanhola, em julho, após o Golpe de Estado feito por militares para derrubar o governo democrático em funções.

A complexidade diplomática, as precauções do posicionamento político do governo português, obrigaram a que António Oliveira Salazar acumulasse a pasta do Ministério da Guerra e dos Negócios Estrangeiros também no ano de 1936. O posicionamento oficial do governo português apontava para uma neutralidade, até porque o governo inglês oferecia sem reservas o seu apoio aos republicanos espanhóis. Em finais de 1937, António Oliveira Salazar nomeia Theotónio Pereira como representante do Governo Português junto das forças franquistas do Governo de Burgos, consta que o representante português fez um excelente trabalho, conseguindo manter um difícil equilíbrio entre a posição inglesa e as forças nacionalistas de Burgos. Por detrás desta aparente neutralidade existia um apoio, mais ou menos discreto às forças nacionalistas.

Um dos rostos desse apoio era Henrique Tenreiro, já a exercer as suas funções na corporação das pescas, é fácil supor que tenha agido como homem de mão de Theotónio Pereira, passava efetivamente muito por Tenreiro o apoio logístico às forças nacionalistas,

quantidades substantivas de fardos de bacalhau eram disponibilizadas para a alimentação das forças nacionalistas, refere Álvaro Garrido:

A decisão foi subscrita pelos armadores com assento na Direcção do Grémio da Pesca do Bacalhau e inscrita na conta do organismo como «despesa para fins patrióticos». A cruzada anticomunista atingia a organização corporativa e imbricava as suas oligarquias burocráticas com o regime (Garrido, 2009:90).

Estas acções de Tenreiro granjearam-lhe um elevado prestígio. Essa auréola perdurou no tempo, após o 25 Abril de 1974, a sua fuga para Espanha e a posterior viagem para o Brasil foram em parte apoiadas e organizadas por sólidas amizades construídas nesta época. O bacalhau de Tenreiro desempenhara o seu papel.

A frota bacalhoeira portuguesa no ano de 1936 era constituída por 2 147 pescadores e tripulantes em navios de pesca à linha, representando 98,2% do total de embarcados, enquanto a pesca por arrastão resumia-se a 40 tripulantes. No total em 1936 embarcaram 2187 homens (INE em Estatística da Pesca Marítima Apud Garrido, 2010: 264). Estes homens, contrariamente à enorme maioria da restante população portuguesa, tiveram acesso a outras realidades sociais, políticas e económicas. Não que se possa inferir daqui um conhecimento profundo dessas realidades, no entanto, é pacífico, que a constatação desses diferentes contextos sociais, despertava atenção e interesse.

Os pescadores da nossa frota tinham contactos com colegas de profissão de outros países, como norte-americanos e franceses, passavam algum tempo em terra firme, em territórios perto dos bancos de pesca e observavam as suas condições de trabalho. Alguns deles, muitos até, conseguiam estabelecer-se na América do Norte. Existem inúmeras referências a pescadores portugueses que no início do século migraram para estes territórios, a título de mero exemplo cito a seguinte notícia inscrita num jornal regional da Figueira da Foz, “O Figueirense”:

O nosso conterrâneo David Lopes Maranha, residente na América do Norte, onde trabalha na indústria das pescas, apanhado por uma tempestade em alto mar, prestou o juramento de que, se ele, a sua tripulação e o seu barco se salvassem da tempestade, ofereceria a quantia de 100\$00 para a Obra dos Pobres

(O Figueirense, n.º 403, 20 Dezembro, Ano de 1923)

Deduz-se desta notícia que este migrante tinha almejado um nível económico bem razoável, tinha conseguido ter um barco próprio, é expectável que já com alguma

dimensão, vide referência à tripulação e o valor do donativo era para a época bem relevante. Também é curiosa a expressão de Theotónio Pereira quando se referia à organização do trabalho e ao erro que seria exercer uma repressão forte sobre “As gentes do mar, devido ao seu caracter arisco e imprevidente” (Garrido, 2009:174), No desenvolvimento da indústria da pesca do bacalhau existia um assunto de extrema importância que ainda não estava devidamente regulado, tratava-se do recrutamento de mão-de-obra. As velhas regras iriam ser alteradas, a habitual rede de engajadores, a mobilidade dos pescadores, a categorização do pescador, tudo sofreria alteração. A mais evidente foi a obrigatoriedade da matrícula ser feita em determinada companhia e navio, retirando a liberdade de escolha do local de trabalho, as expectativas de almejar um navio mais produtivo, ou uma companhia que oferecesse melhores condições, desapareceria, acrescia ainda a participação no pagamento de 10% do valor do isco. Esta alteração às regras foi efetuada sem que os principais interessados, os pescadores, tivessem tido qualquer voz no processo.

Esses acordos foram feitos entre o Estado, através da sua Subsecretaria de Estado e Corporações, outro organismo do Estado, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) e o representante do capital, do armamento, o GNAPB. Neste contexto também é elementar referir a Lei Orgânica das Casas dos Pescadores, de 11 março de 1937. Não causou então uma grande surpresa a hostilidade que os pescadores votaram a estas novas regras, até porque já em 1930 e 1934 tinham existido alguns focos de contestação, reivindicação de melhores condições salariais e de trabalho. Se acrescentarmos outros fatores como a greve geral de 1934 que visava lutar contra a aplicação do Estatuto do Trabalho Nacional, os ecos da guerra civil espanhola, especialmente no porto de armamento da Figueira da Foz que, à época era o segundo maior em número de navios e o maior fornecedor de mão-de-obra, era também enorme o fluxo de turistas espanhóis nesta cidade durante os meses de verão, a existência bem visível de exilados e refugiados da guerra civil espanhola, tudo ajudou a fomentar um clima de instabilidade e crispação política<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> A ação do romance “Sinais de Fogo” de Jorge de Sena ocorre no período da Guerra Civil espanhola e o cenário da ação acontece na Figueira da Foz, à época muito concorrida por turistas espanhóis e para onde acorreram alguns refugiados de guerra.

Estava-se em pleno desenvolvimento da “Campanha do Bacalhau” de 1937, a forma de protesto encontrada foi a greve, que teve uma adesão elevada. A quase totalidade dos pescadores recusou-se à matrícula. A luta endureceu, acredita-se que tenha sido a maior greve e a única de âmbito verdadeiramente nacional, ocorrida durante o período do Estado-Novo, “A «greve dos bacalhoeiros» foi das mais longas que o Salazarismo teve de enfrentar e das poucas que ameaçaram bloquear um dos mais emblemáticos programas de «ressurgimento económico» da nação” (Garrido, 2003:1205). As perseguições foram muitas, prisões também ocorreram em elevado número. Existiram situações dramáticas, especialmente em Buarcos, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Matosinhos e Fuzeta. O pânico instalado entre a organização das pescas e no governo foi bem notório, chegando a decretar-se a mobilização civil. Era expectável que as condenações aos grevistas fossem severas, mas como estava em causa a campanha e o “bacalhau político”, aconteceu o perdão geral e a campanha de 1937 acabou por acontecer.

A organização das pescas e o Estado tomaram as suas ilações do acontecimento, o processo de criação das Casas de Pescadores foi de imediato acelerado. Para que não subsistissem focos de insurreição, ou perigo de contágio em outras actividades, havia que repor a normalidade da autoridade do Estado. Nada melhor do que o ritual da celebração religiosa da bênção dos bacalhoeiros, à sua partida para a Terra Nova. Desta vez com maior fausto, com a presença dos mais altos signatários das corporações, representantes do governo, as mais altas figuras do clero, tendo como cenário, os habituais Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, símbolos maiores de uma época de epopeia marítima que o Estado novo pretendia revivificar, e onde a saga da “campanha do bacalhau” tinha um papel importante nessa exortação de uma identidade marinheira intrínseca à nação portuguesa.

### **2-3 A Cultura no Estado Novo**

Não foi despiciente a referência aos dois icónicos monumentos com que se finalizou o capítulo anterior. Estas obras representam uma identidade nacional que o Estado Novo pretende preservar, na linha do modelo fascista italiano, que pretende instrumentalizar em benefício próprio a memória colectiva dos tempos idos do império romano. O mesmo acontece no Portugal pós 1933, com o Estado Novo. Em 1936, António Oliveira Salazar desenvolve um argumentário no mesmo sentido, relewa o nacionalismo de uma forma

empolgada, como se pode deduzir deste trecho de um seu discurso: diz António Oliveira Salazar:

Sem receio colocámos o nacionalismo português na base indestrutível do Estado Novo; primeiro, porque é o mais claro imperativo da nossa História; segundo, porque é inestimável factor de progresso e elevação social, terceiro porque somos exemplo vivo de um sentimento pátrio, pela acção exercida em todos os continentes, serviu o interesse da humanidade.

(Salazar, 1936 Apud Gomes, 2007:194)

A ideia de um “reaportuguesamento” da nação, da persecução da identidade dos nossos antepassados, essencialmente da gloriosa época dos descobrimentos, estava bem presente na política cultural do Estado Novo. O ideal de Nação Marítima, uma comunidade nacional com endógena propensão marinheira, era revisto na frota bacalhoeira. Existiu como que uma sacralização do elemento “pescador”, era este elemento, a reencarnação do marinheiro dos séculos XV e XVI. A importância da pesca do bacalhau em termos identitários de uma nação estava bem presente.

Quando se fala de construção cultural do Estado Novo, há um nome indissociável, António Ferro, foi este o principal nome na edificação desse construto cultural. A criação do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) logo 25 de setembro de 1933, foi essencial para este processo de reeducação, este organismo de propaganda foi desde o seu início chefiado por António Ferro. Logo em 1934, António Ferro lançou e propagandeou o seu famoso decálogo, uma síntese doutrinária do regime, era louvada a moral, a autoridade, a nação, as corporações, a família, a grandeza do país, a vastidão do império e terminava no seu ponto 10.º: “Os Inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem, do interesse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a força, que realiza, neste caso, a legítima defesa da Pátria” (Ferro, 1934 Apud Vieira, 1999)

O bacalhau e os seus pescadores estiveram desde sempre presentes nas preocupações de António Ferro, são vários os esforços a que se dedicou a propaganda da SPN, como podemos comprovar na seguinte citação: “inculcação ideológica, demodulação comportamental e de enquadramento social, elegendo o pescador – a par do camponês – como o grande herói nacional de Novecentos”. (Cunha, 2001)

As funções e competências da SPN não se confinavam aos limites dos territórios portugueses, implicavam também uma forte ação propagandística no exterior, como se

pode verificar na descrição das suas incumbências logo na sua formação, neste trecho do Decreto-Lei 23 054:

Ao secretariado incumbe a direcção e superintendência da Propaganda Nacional interna e externa, competindo-lhe, como órgão central dos serviços de propaganda, coordenar toda a informação relativa à acção dos diferentes Ministérios, de modo que, pela sua sistemática e oportuna difusão, possa evidenciar-se no País e no estrangeiro, o espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Português”

(D/L 23 054 de 1933, Apud Acciaiuoli,2013:99).

Na objetivação das suas competências externas não se pode deixar de assinalar a preparação para a Exposição mundial de Paris em 1937<sup>9</sup>, quando António Ferro entregou a responsabilidade da construção do pavilhão de Portugal a Keil do Amaral. Na decoração do seu interior, houve a preocupação de colocar em posições de destaque as tutelares figuras de Carmona e Salazar, conforme as Edições SPN o primeiro significava a:

Personificação do Estado, do Estado criado pela revolução de 28 de Maio, ou seja, era o que nele existia de permanente e fundamental; O segundo, Salazar, seu primeiro-ministro, realizador desses princípios, era o dinamismo do Estado reformado, a imagem viva do que, no regime, havia de novo, de original

(Edições SPN, 1934, Apud Acciaiuoli, 2013:154)

“Apesar de ser objectivo da exposição, o desenvolvimento do tema “as artes e as técnicas da vida moderna” (Diário de Notícias, 1936, Apud Acciaiuoli, 2013:152).

Houve também a preocupação de sublinhar o papel de Portugal na descoberta e exploração de rotas marítimas, com especial relevo no exterior do pavilhão, mais precisamente colocadas na sua fachada, as obras que prestam culto a figuras como Pedro Alvares Cabral, Luís Vaz de Camões, Vasco da Gama, Infante D. Henrique e Fernão de Magalhães. O exacerbar da vocação marítima da nação vai mais longe, no exterior do pavilhão estava atracado no rio Sena um típico barco português da arte de xávega, arte essa que era comumente trabalhada por pescadores de bacalhau quando regressavam dos Grandes Bancos da Terra Nova e Labrador. Nas diversas salas do interior do pavilhão encontram-se várias referências à “Grande Pesca”.

---

<sup>9</sup> Restos de Colecção - Exposição Universal de Paris em 1937. Acedido setembro, 16, 2015 <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/portugal-na-exposicao-internacional-de.html>.

Assim, na sala de realizações do Estado Novo, aparecia em grande destaque, um enorme cartaz com a representação da proa de um navio bacalhoeiro, bem como os homens que constituíam a sua tripulação. Aparece também um outro cartaz com um navio a vapor e um pescador com o seu traje típico. Mas a apresentação da maritimidade portuguesa não se esgotava nesta sala. No espaço destinado à arte popular eram bem visíveis as figuras em cerâmica representando as gentes do mar. Em uma outra sala dedicada ao trabalho, havia a representação de um dóri, de um navio bacalhoeiro em construção (ou reparação) num estaleiro naval. Também era visível, não um outro navio bacalhoeiro, mas sim o navio de assistência à frota bacalhoeira, o primeiro *Gil Eanes*. A relevância dada à pesca do bacalhau nesta exposição internacional é sintomática da sua importância para o Estado Novo, quer como preocupação económica devido às políticas autárquicas e de subsistência, quer no âmbito cultural, como que pretendendo a divulgação da tradição e vocação marinheira de um povo.

A participação portuguesa nestas exposições internacionais não se esgotou em Paris. Logo em 1939, Portugal participou na “*New York World’s Fair*”<sup>10</sup>. No que concerne aos objectos de interesse deste trabalho, a representação portuguesa oferece alguns temas expostos de grande importância. Também o mote da representação nacional, que tinha o enfoque no emigrante, a utilização de motivos que o fizessem regressar ao passado, às memórias da terra, um “reaportuguesamento” que o fizesse sentir o apelo da Pátria, de pertença a uma nação, do interesse em investir, ou enviar as suas remessas de capital é relevante no âmbito do trabalho, até porque num número muito significativo destes emigrantes, a pesca do bacalhau está na génese do seu projecto migratório.

O desenho do pavilhão esteve a cargo do arquitecto José Segurado, obviamente o comissariado da representação portuguesa era presidido por António Ferro. A decoração do interior do espaço era produzida pela mesma equipa da exposição de 1937, mantinham-se as representações estatuárias de Óscar Carmona e de António Oliveira Salazar, continuava o apelo à manutenção da memória das figuras ilustres da época dos descobrimentos, com as representações em obras de baixo-relevo do Infante D. Henrique, de Vasco da Gama, de Pedro Álvares Cabral, a exaltação dos descobrimentos e da língua através de Camões.

---

<sup>10</sup> Restos de Coleção - Exposição Universal de Nova Iorque de 1939. Acedido setembro, 16, 2015 <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/07/portugal-na-feira-mundial-de-nova-iorque.html>.

Existia uma sala onde se podia observar um planisfério luminoso que representava a epopeia dos descobrimentos, numa outra sala exaltava-se a “descoberta” do Atlântico pelos portugueses, mais especificamente as viagens pelo Atlântico Norte.

Encontravam-se também expostas duas enormes maquetas, uma com o título “Barcos e Portos”, outra com a denominação “Finanças e Governação do Estado Novo” associada à “Pesca do Bacalhau”. Mais uma vez se encontram vastas referências aos motivos do mar e à pesca do bacalhau, reforça-se a importância desta actividade para o Estado Novo. Este relevo é tão mais importante, quanto é dado a um nível de exposições internacionais de abrangência universal, onde se promovem as relações interculturais.

A actividade do SPN como já observámos na sua declaração de competências e funções, não se esgotava no plano externo, no plano interno também desenvolveu um imenso rol de actividades. Continuando na senda das exposições universais, é elementar determo-nos na Exposição do Mundo Português em 1940<sup>11</sup>, continuava-se o propósito de afirmação de nação marítima que tinha dado novos mundos ao mundo, refira-se no entanto que a universalidade desta exposição, no que respeita à presença de delegações estrangeiras, deixou muito a desejar, o único país com representação efectiva foi o Brasil. Junto aos monumentos que eram expressão máxima dessa epopeia marítima, Torre de Belém e Mosteiro dos Jerónimos, de onde partiam após celebração religiosa os lugres bacalhoeiros rumo aos pesqueiros dos grandes bancos, criou-se um monumento evocativo da propensão marítima da nação, o Padrão dos Descobrimentos.

Este monumento evocativo da expansão marítima e da sua universalidade, foi criado pelo arquitecto Cottinelli Telmo, com o trabalho escultórico a ser da autoria de Leopoldo de Almeida. Este trabalho, inaugurado em 1940, feito em materiais como madeira e gesso e tinha um carácter provisório, mas foi perdurando no tempo, sendo objecto de uma reconstrução, em 1960, aquando das Comemorações Henriquinas<sup>12</sup>, agora, já uma construção sólida, em betão e cantaria de pedra, com as esculturas a serem em cantaria de calcário.

---

<sup>11</sup> Restos de Colecção - Exposição do Mundo Português. Acedido em setembro, 15, 2015  
<http://www.padraodosdescobrimentos.pt/monumento/1940-a-exposicao-do-mundo-portugues/>.

<sup>12</sup> Comemoração dos 500 anos da morte do Infante D. Henrique

Mas dentro das fronteiras do território continental português, as preocupações e acções da SPN eram inúmeras, desde logo a propaganda no seu sentido estrito, as influências do fascismo de Mussolini e do “Nacional-Socialismo” de Hitler estão presentes. António Ferro não esconde a admiração por estes homens, em outubro de 1923 vai a Roma assistir e fazer a reportagem do 1.º aniversário da Marcha de Mussolini sobre a cidade, e tudo o seduz, como a seguir se verifica:

Todas as ruas estão atapetadas de povo, de povo humilde, de povo cristão, de povo que procura retratos de Jesus em todos os humanos [...] Os cartazes, pelas paredes, gritam, como possessos, o nome luminoso de Mussolini [...] Em grupos de ópera de grande espetáculo passam, de quando em quando, os «camisas negras», figuras enfarruscadas, ltuosas, com alvoradas de olhos puros [...]

(Ferro, 1923, Apud Acciaiuoli, 2013: 33).

A constatação de que, especialmente Mussolini, é um homem de discurso fácil, de cariz popular, que tem facilidade de comunicar de forma simples com o povo, que é um homem que se sente bem no meio das multidões, inebria Ferro, mas também lhe causa preocupações, ele que reverencia António Oliveira Salazar, reconhece o seu carácter algo elitista, e a dificuldade do contacto com as grandes massas. Sintomático desse desconforto, até de algum receio, do que possa acontecer ao seu reverenciado líder, Ferro coloca a questão do que poderá fazer Salazar para não correr riscos de desvalorização do seu trabalho político, afirmando:

O que poderia portanto fazer António Oliveira Salazar para evitar a morte da sua obra e do seu nome, para não ser esquecido, para não ser vítima da ingratidão daqueles que serviu? Apenas isto, martelar constantemente as suas ideias, despi-las da sua rigidez, dar-lhes vida e calor, comunica-las à multidão

(Ferro, 1932, Apud Acciaiuoli, 2013:91).

Numa entrevista para o jornal Diário de Notícias em 1933, António Ferro chega mesmo a questionar António Oliveira Salazar, se este não “deveria aproveitar mais a lição de Itália, a lição do Duce [...] e seguidamente afirmar: A arte; a literatura e a ciência constituem a grande fachada de uma nacionalidade, o que se vê lá fora” (Ferro n/d, Apud Salema, 1987). António Ferro não se distancia muito do conceito de utilidade da arte proposto por Georges Plekhanov, “A Arte é um reflexo da vida social” ou o desinteresse pela obra de arte que não representasse, que não tivesse ligação a um problema social, ou que não tivesse utilidade social” (Gonçalves, 2010).

Quem comungava do fascínio por Mussolini e Hitler, pela grandiosidade das suas realizações de propaganda, era Henrique Tenreiro, apesar da diferença cultural e intelectual entre este e António Ferro, mantinham uma boa relação pessoal, com afinidades políticas evidentes. As artes plásticas têm um interesse privilegiado para António Ferro, reconhece as dificuldades porque passam muitos dos artistas plásticos nacionais, fomenta programas, apresentações, exposições, onde os trabalhos possam ser mostrados ao público, cria quase, como uma indústria pública de desenvolvimento da arte, promove concursos e prémios pecuniários. Obviamente que estas realizações favoreciam uma arte do regime, uma arte que exaltasse os valores do nacionalismo, do corporativismo, do Estado Novo.

A preocupação etnográfica estava bem presente, conseqüentemente, também a corporação das pescas, com as suas casas de pescadores, recebeu obras de arte de cariz etnográfico, onde era dignificada a obra social das pescas e dignificada a profissão de pescador. Também os edifícios dos serviços centrais corporativos da pesca, como a CRCB e o GANPB, foram decorados com estatuária e pinturas provenientes deste fomento das artes. Nomes como Barata Feyo na estatuária e Domingos Rebelo na pintura, são bons exemplos da exaltação das “gentes do mar”, da pesca do bacalhau, das corporações do mar.

Mas não era só nas artes plásticas, que era evidente, o fomento ao desenvolvimento nas artes. Reconhecia-se ao cinema, no seu sentido estrito, uma forma eficiente de propagandear as políticas do regime e também a capacidade de catequisar as massas, este veículo propagandístico não tem nada de inédito, como diz Ricardo Braga:

No essencial, o cinema de propaganda realizado em Portugal naquelas duas décadas repetia algumas das características da mensagem propagandística veiculada pelo cinema oficial de outros estados antidemocráticos. Em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha os noticiários cinematográficos, e até mesmo os documentários temáticos, empenhavam-se na exaltação do líder e dos indiscutíveis princípios nacionalistas que suportavam ideologicamente cada um daqueles regimes, e que as respectivas máquinas de propaganda imputavam a feitos passados que, depois de glorificados, passavam a servir o poder instituído.

(Braga, 2005:240)

Mas não era só o cinema de propaganda pura que interessava a António Ferro e ao SPN, ele admirava verdadeiramente a indústria cinematográfica norte americana:

Em 1927 durante uma viagem que fizera aos Estados Unidos da América, e aplica-se então na revelação dos múltiplos aspectos desse Mundo Novo, reunindo as suas impressões num volume que edita em 1930, a que se segue, no ano seguinte, novas crónicas sobre as realidades de

*Hollywood* – essa capital das imagens que tanto o impressionava e cuja actividade amplamente documentava

(Acciaiuoli,2013:46).

Claramente, António Ferro, tinha uma ampla perspectiva do alcance promocional, que poderia advir de uma hipotética cooperação com a indústria de cinema dos Estados Unidos da América, como refere Carla Ribeiro:

A visão de Ferro centrava-se, desde logo, no cinema americano [...], Desta forma, no plano dirigido ao Presidente do Conselho, propunha-se conseguir interessar os cineastas de Hollywood no caso português, de forma que, se conseguíssemos que Portugal ficasse na moda, durante alguns anos, nos *studios* de Hollywood, ganharíamos extraordinário terreno em toda a América, no mundo, e sobretudo no Brasil que passaria a admirar-nos muito mais quanto nos sentisse em voga no país que praticamente os domina.

(Ribeiro,2014:160).

A fronteira mais a Norte, também estava nas preocupações de António Ferro, como diz Carla Ribeiro: “Ferro acrescentava ainda aos territórios de operacionalização da «campanha» o Canadá, porque aí o prestígio do Estado Novo é impressionante.” (Ribeiro,2014:159), esse conhecimento do “Nós“ pelos canadianos, nos anos de 1930 e subsequentes, era em muito sustentado pelo bacalhau, pela pesca e, obviamente, pelo comportamento/relacionamento no plano social dos pescadores portugueses.

No caso específico da pesca do bacalhau, a produção cinematográfica, seja ela ficcional, documental, nacional ou internacional, teve uma tal dimensão, que exige um enquadramento individual, deixando-se aqui, porque se fala de cinema, tão-somente uma anotação da sua importância. A construção do ideário de António Oliveira Salazar, a divulgação, catequização, a que António Ferro e a SPN se propunham, abrangia para além do referido cinema, o recurso às artes do teatro e da dança, a criação da companhia de teatro itinerante, da exibição de filmes num modo de cinema ambulante, e a criação da companhia de bailado verde-gaio, são bons exemplos. Obviamente que os critérios de seleção dos espetáculos, independentemente da sua expressão artística, eram bastante seletivos, bem focalizados no ideário a apresentar.

O recurso à exploração etnográfica é frequente, uma etnografia reconstruída ao sabor dos interesses do regime, saliente-se, segundo os ditames de uma “Política do Espírito”, cada vez mais importante na construção identitária do regime. A definição da “Política do Espírito” não tem uma especial complexidade, a ideologia do regime também não é

complexa, o ideário de António Ferro está muito bem resumido no seu “Decálogo”. A “Política do Espírito” era a propaganda facilitadora da inculcação ideológica das massas, convenientemente elaborada de acordo com a axiologia vigente.

Na organização das pescas, o papel das “Casas dos Pescadores” é um elemento referencial nesta divulgação “cultural” e é frequente a criação de “Ranchos” folclóricos. A apresentação dos espetáculos itinerantes nos centros piscatórios ocorre maioritariamente nas instalações das “Casas de Pescadores”. É também normal, esta representação local da corporação, fomentar o desporto ou patrocinar uma equipa de futebol, por exemplo. As “Casas dos Pescadores” também tiveram um papel importante na implantação do ensino básico junto das comunidades piscatórias.

A compreensão da arte, mesmo aquela arte de propaganda, a arte publicitária do regime, os cartazes que propagandeavam os benefícios das corporações, a pretensa bonomia do regime, a sua obra social, tinha que atingir o seu alvo. Era premente desenvolver um forte investimento na massificação do ensino, mas entenda-se, massificação a um nível básico e com objetivos bem orientados. Na senda das políticas educativas de enfoque nacionalista, surge em 1936, Carneiro Pacheco, que assume o Ministério da Instrução Primária, para ainda em 1936 lhe alterar o nome para Ministério da Educação Nacional, e no mesmo ano de 1936, lançar a Lei de bases para a reforma do ensino.

Não era só o entendimento das letras e dos números que se considerava importante, era essencial também o adquirir conhecimento da história, da história formatada para a exaltação dos feitos históricos da nação, da grandeza do império, da identidade da “raça” portuguesa, da inculcação do nacionalismo. O espaço dado a esta formatação da história, à memória da história, é relevante no programa de aprendizagem escolar e no contexto político. Para o êxito da transmissão do conhecimento e da mensagem que lhe estava subjacente era inquestionável a importância de uma doutrinação política dos agentes de ensino, seriam eles os veículos transmissores dos ideais políticos, talvez seja mais apropriado escrever diretrizes políticas.

O sucesso das campanhas de propaganda, a disseminação do seu eco, a divulgação cartazista do decálogo de António Ferro, seria tanto maior quanto fosse o êxito da massificação deste grau de ensino, a mensagem podia chegar aos destinatários. No caso

das pescas o processo de fomento da instrução primária foi algo diferenciado. Em 1939, Carneiro Pacheco, para satisfação de Henrique Tenreiro, criou nas instalações das “Casas dos Pescadores” escolas primárias para ambos os sexos. O Delegado do Governo junto das pescas, passava a ter influência também no ensino prestado aos filhos dos pescadores, assim, com o beneplácito do ministro da educação, um devoto germanófilo como Tenreiro, para além das letras e dos números, da exaltação das memórias da história e do nacionalismo, do ensino da moral e da doutrina cristã, acontecia um ensino integrado, também com uma componente profissional, os filhos de pescador iniciavam logo muito cedo a aprendizagem de artes de pesca. Na escola primária propriamente dita, com crianças entre os seis e os dez anos, ensinava-se a feitura e a reparação de redes de pesca.

Nos casos em que o percurso escolar não tinha sido concluído, ou nem sequer iniciado, existiam as chamadas escolas rudimentares, que preparavam as crianças entre os dez e os catorze anos para a profissão de pescador, habilitando-os a embarcarem como moços pescadores nas pescarias locais e costeiras. As crianças do sexo feminino tinham acesso à escola, mas com uma formatação do programa pedagógico bem diferenciado, havia uma aprendizagem das letras e dos números, mas essencialmente eram preparadas, ou melhor será dizer, condicionadas, ao aprendizado de tarefas domésticas, tais como, noções elementares de cozinha, corte e costura, cuidados com a manutenção de uma casa, bases de puericultura. São evidentes, nas zonas piscatórias, para além de uma diferenciação no modelo e programa do ensino, que quase impedia a mobilidade profissional no género masculino, também uma diferenciação de género, uma preparação da criança, da jovem mulher, para a assunção de uma vida na íntegra dedicada ao futuro marido pescador.

Este modelo e o seu funcionamento eram fiscalizados, de uma forma coerciva, se necessário, pelo Capitão do Porto. Era a este que competia a direcção das “Casas dos Pescadores” na área geográfica do seu porto, a Corporação “Casa dos Pescadores” não deliberava, nem reunia Assembleia, era ao seu diretor que cumpria dar todas as diretrizes. Este caso é um bom exemplo das críticas ao Corporativismo de António Oliveira Salazar, que já neste trabalho observámos, feitas por Hipólito Raposo. A importância e competências dadas aos capitães dos portos, incluindo o poder discricionário da atuação coerciva, foram sublinhadas após a greve dos bacalhoeiros de 1937, quando Henrique Tenreiro considerou que este modelo de gestão seria mais ágil e eficaz. O recorrer às forças

policiais, ou o recurso para a justiça, diluíu o poder, tornando-o difuso na sua perspectiva, sendo ainda impeditivo de uma ação rápida sobre um eventual conflito. Um indefetível apoiante do modelo de gestão hierárquico colocado em prática por Tenreiro, foi o capitão Álvaro Morna, homem de sua inteira confiança e com larga experiência do comando de Portos, tinha sido capitão do Porto da Figueira da Foz, que argumentava:

Não se diga que é possível, ou que há vantagem em restringir os poderes discricionários inerentes à função do capitão do porto. As condições de vida da numerosa classe marítima, a sua pobreza e falta de recursos, a sua mentalidade e falta de cultura [...] não permitem restringir a autoridade de quem, com uma acção ao mesmo tempo paternal, legal e moral, tem de ser o condutor e o seu guia (...), ser ao mesmo tempo enérgico e bondoso na repressão dos abusos, na exigência de cumprimento dos deveres e das leis, na manutenção da ordem e da disciplina

(Morna, 1937, Apud Garrido, 2009:178)

O paternalismo que Henrique Tenreiro tanto gostava de evocar, também é aqui defendido por Álvaro Morna, a ação discricionária desse paternalismo, tem algumas fundações nos processos de moldagem e de punição psicológica. Na moldagem relevava-se a importância do condicionamento operante, o paternalismo amistoso do capitão funcionaria como reforço, aquando o comportamento do quotidiano se aproximasse do comportamento final idealizado e desejado, valorizando os esforços, o objetivo de atomização da individualidade em prol de uma integração num coletivo subserviente aos valores do Estado Novo. Quando o comportamento persistisse irreverente e pessoalmente individualista, com a não cedência aos ideários coletivos impostos, acontecia a punição.

O seu objetivo era atenuar, ou mesmo erradicar comportamentos indesejáveis, independentemente de se apontarem alternativas. A violência física era uma forma frequente de punir, era a figura do paternalismo austero que não aceita qualquer desvio comportamental. A consolidação da cultura individual nos preceitos da construção colectiva do ideal do Estado Novo, era fulcral para a manutenção e fortalecimento do regime e da construção do seu modelo de “Homem Ideal”. É possível encontrar alguns destes preceitos na conceção do “Tipo Ideal” de Max Weber, não como forma desejável ou perfeita do homem. Não era esse o desígnio implícito na conceção weberiana, antes servindo como valores referenciais. Também em Durkheim, a submissão ao coletivo, encontra fundamentos que facilmente se adaptam à realidade das comunidades piscatórias portuguesas:

Em virtude da maior parte dos membros da sociedade estar envolvido em ocupações similares, eles estão unidos em torno de uma experiência comum e de crenças partilhadas. A força destas últimas é de natureza repressiva – a comunidade castiga prontamente quem quer que ponha em causa os modos de vida convencionais. Desta fora resta pouco espaço para dissidências individuais. A solidariedade mecânica baseia-se, por conseguinte, no consenso e na similaridade das crenças.

(Durkheim, Apud Giddens, 2008:9).

Não foi aleatória a escolha de Buarcos para a edificação da primeira “Casa dos Pescadores” do País em 1939, este, à época, importante centro piscatório, tinha sido um dos principais focos de revolta na greve de 1937. As “Casas dos Pescadores” que rapidamente se edificaram pelos vários portos do país, eram um símbolo da obra social das pescas e um elemento fundamental para o controlo social e político das gentes do mar. Estas relações de imposição de poder e de formatação identitária transporta-nos para Manuel Castells e os seus modelos de construção de identidades, recordando-nos a “Identidade Legitimadora”, descreve Castells:

Identidade legitimadora: é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os atores sociais. Este tema está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennett, e aplica-se a várias teorias do nacionalismo.

(Castells, 2001:4)

Com elas veio também uma tentacular rede de informadores que ajudou a perpetuar o poder e a influência de Tenreiro e da corporação das pescas, quase um Estado dentro do Estado. A relevância dada às “Casas dos Pescadores”, ao seu organograma, à sua organização, ao seu modus operandi e ao modelo de ensino nelas lecionado, faz sentido, dado que são estas as condições embrionárias para a formatação de uma identidade, a construção cultural e identitária do Estado Novo, também se fundava aqui, nesta organização corporativa. Potenciava-se o estereótipo individual e grupal do pescador português, que facilitara a explicação e compreensão do modo de relacionamento e do estabelecimento de relações com outros povos, de outras regiões, das latitudes onde se pesca o bacalhau.

## **2-4 A Religiosidade**

A religião cristã, mais propriamente o Catolicismo, é indissociável da cultura portuguesa, embora haja setores de atividade e de população em que a militância católica seja mais interventiva do que em outras. No caso das terras do litoral, onde o vínculo profissional à

atividade piscatória é transmitido geracionalmente e quase a oportunidade única de trabalho, o Catolicismo está bem presente, mas é um pouco diferenciado, especialmente na população masculina, que não é presença frequente ou ativa na Eucaristia Dominical. O relacionamento com as hierarquias da Igreja, especialmente com os párocos locais, não se poderia classificar como amistoso.

A população piscatória era normalmente mais dedicada, mais conivente com os seus “Santos”, misturando o sagrado religioso com as festividades comemorativas pagãs. A reverência a um ou outro Santo Padroeiro, era um produto da tradição local, até ao fenómeno da transversalidade nacional da N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Fátima. No entanto a devoção e os votos aos Santos tradicionais não se desvaneceram, continuaram bem presentes. A inculcação da religiosidade na identidade do homem do mar português é ancestral e o Estado Novo prolongou e fortaleceu esse apego ao religioso. Nos batismos dos navios bacalhoeiros, era frequente recorrer a nomes de Santos, podem citar-se alguns exemplos: *Sr.<sup>a</sup> da Boa Viagem; Sr.<sup>a</sup> das Candeias; São Tiago; São Jorge; Rainha Santa; São Gonçalinho* e poderíamos continuar, que a lista é longa, mas consideramos que a manifestação da devoção religiosa aquando da denominação dos navios, já está bem sustentada.

O ponto alto desta profunda ligação ao religioso, encontra-se na Celebração anual da partida dos navios bacalhoeiros para os mares da Terra Nova. Esta tradição de bênção dos navios bacalhoeiros não era inédita, também no importante porto bacalhoeiro francês de *Saint Malo*, existia um evento semelhante. No entanto, em Portugal esta manifestação não se confinava à simples bênção. De fato, em Portugal, era mais uma Celebração do Regime, era mais uma expressão da culturalidade em reconstrução, vinculada aos Mandamentos ideológicos do Estado Novo, a sua dimensão ultrapassava as fronteiras nacionais.

A cerimónia obedecia aos cânones da exaltação da pátria, do nacionalismo. Também aqui, o ano de 1936, é um ano de referência. Foi neste ano civil, que o Estado Novo começou a promover de uma forma direta esta celebração religiosa, com o patrocínio do Ministro da Marinha, Ortins de Bettencourt, do Ministro do Comércio Theotónio Pereira, e claro, com a organização de todo o evento a cargo de Henrique Tenreiro. Apesar de ainda não haver a magnificência dos anos posteriores, a bênção religiosa ficou a cargo do jesuíta padre Cruz, um homem que veio mais tarde a ser beatificado, com enorme carisma junto da classe

piscatória devido à sua obra junto dos pobres, mas sem a opulência da presença de um alto dignatário da igreja como viria a ocorrer nos anos futuros. No entanto a celebração atingiu os propósitos dos seus promotores e organizador, como é referido por Álvaro Garrido:

Sinal dos tempos e da excitação fascista que tomava certas elites políticas e militares, a bênção de 1936 foi muito mais militar do que civil. Pela primeira vez a pretexto da largada dos bacalhoeiros, o Tejo se engalanou para servir de palco a um majestoso desfile da esquadra de navios de guerra, entre o Cais de Sodré e a Junqueira. O povo de Lisboa acorreu às margens do rio para ver a marinha de Salazar, acompanhada do cruzador alemão Nurnberg, [...]

(Garrido,2019:161)

No ano seguinte, em 1937, a celebração ocorreu ainda com maior fausto. Todas as instituições do Estado estavam presentes, as corporações, as figuras mais proeminentes do Estado Novo, as organizações paramilitares recém-criadas, tais como a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa, os representantes das Embaixadas acreditadas em Portugal, e claro, os mais altos dignatários da Igreja Católica. Esta manifestação de 1937 tem a particularidade de a bênção religiosa ter estado a cargo do próprio Cardeal Cerejeira. Esta presença é também, e mais uma vez, reveladora da importância da cerimónia da pesca do bacalhau para o Regime, tanto mais, que pouco tempo antes, o Cardeal tinha refutado o convite para presidir à Cerimónia Religiosa, que celebrava o primeiro aniversário da Mocidade Portuguesa.

A criação da Mocidade Portuguesa pelo Ministro Carneiro Pacheco em 1936, com as suas fundações ideológicas, nas estruturas organizacionais e catequizadoras da Juventude Hitleriana e da Juventude Fascista Italiana, foi mal recebida pela hierarquia da igreja católica portuguesa. Até porque vinha colidir com as organizações de juventude católica existentes, como o escutismo católico. O seguinte excerto, retirado do livro “Mussolini” de Pierre Milza, é perfeitamente adaptável à realidade portuguesa: “Para além do simples conflito territorial, opondo o Estado fascista à hierarquia católica, a respeito do controle das organizações da juventude” (Milza, 2011: n/p). O relacionamento entre o Estado e a Igreja, apesar de ter melhorado substancialmente após o 28 de Maio de 1926, ainda não estava totalmente pacificado, como se pode verificar no decorrer da Constituição da República Portuguesa de 1933, onde não eram inscritos privilégios especiais à Igreja Católica, escreve Ana Campina:

[...] Igualdade perante a lei e a inviolabilidade do domicílio, distanciando-se inegavelmente do discurso católico do momento sobre os direitos individuais, especialmente, e para desgosto do

seu amigo, o Cardeal Patriarca Cerejeira. Concomitantemente não se definiu Portugal como um Estado confessional e ainda se proclamou o direito a uma liberdade religiosa que permite a coexistência pacífica com outras religiões, e em particular com os protestantes ingleses [...]

(Campina, 2013: 392)

A pacificação total só viria a acontecer em 1940 com a assinatura da Concordata. No entanto estes desacordos circunstanciais nunca impediram o Estado Novo de propagandear o célebre “Deus, Pátria, Autoridade e Família”. A resposta de Salazar à pergunta colocada pelo jornalista do “*Catholic Herald*”, é paradigmática, a questão era:

Quais são, actualmente, as relações entre a Igreja e o Estado, em Portugal [...]? Resposta: Em Portugal existe, desde 1910, o regime de separação entre o Estado e a Igreja. É facto que essa separação foi acompanhada, na prática, de um clima de hostilidade para com a Igreja, e que não perdurou. A celebração em 1940 de uma concordata entre Portugal e a Santa Sé manteve o regime de separação, mas deu quase inteira satisfação às reivindicações da Igreja. Foi objectivo desse importante instrumento regular a situação da Igreja Católica, para a paz e maior bem, da Igreja e do Estado

(Salazar, 1967:173-174)

Regressando à cerimónia em si, achamos que a homília do “Bispo do Mar”, Arcebispo de Évora e Mitilene, D. Manuel Trindade Salgueiro, natural de Ílhavo, com a conveniente particularidade de ser filho de um pescador de bacalhau, falecido em plena campanha de pesca do bacalhau, é um retrato perfeito da religiosidade das “Gentes do Mar”. Esta homília foi elaborada para a celebração de 1947, mas é completamente transversal e identificadora do relacionamento e da importância da igreja católica na formatação da identidade do pescador durante os anos do Estado Novo. Discursava o Arcebispo:

Procissão religiosa! Quem nasceu nas terras da beira-mar, terras por excelência de fé, não pode esquecer, por um momento sequer, essa cerimónia chocante que é sempre a despedida dos que se lançam à faina do mar das imagens da sua devoção: o Senhor Jesus dos Navegantes, a Senhora da Encarnação, a Senhora da Nazaré, a Senhora da Esperança. Talvez rezem pouco. Mas toda a sua vida é já uma oração constante. Por isso esta nova campanha tinha de começar por uma cerimónia religiosa. Há pouco coloquei na patena as vossas intenções no sacrificio que ofereci por vós ao Senhor. E era bem que esta cerimónia se realizasse neste templo, onde todas as pedras velhinhas de séculos nos falam de glória de um passado magnífico e heróico de gente do mar. Foi daqui, destas paragens, da antiga praia do Restelo, que saíram os navegadores em procissão para as caravelas que haviam de dar mundos ao mundo<sup>13</sup>.

(Bênção dos Bacalhoeiros, D. Salgueiro, 1947)

No quotidiano da atividade da pesca, as expressões de identidade religiosa proferidas pelos pescadores são bastante frequentes. A faina diária começava logo pelas quatro horas da

---

<sup>13</sup> Alocação de D. Manuel Trindade Salgueiro na Bênção dos Bacalhoeiros de 1947.

manhã, uma forma de chamamento eram as orações de índole religiosa, algumas das vezes eram de criação espontânea, transcrevemos dois exemplos:

“Seja louvado Nosso Senhor Jesus Cristo

Filho da Virgem Maria,

Venha um homem para o leme

E dois para a vigia!

São quatro horas,

Padre-nosso, Avé Maria

Ou esta outra:

Louvado e adorado

Seja o Santo Nome de Jesus

Que por causa de nós irmãos,

Morreu na Cruz

E morreu para nos salvar!

Ó de baixo, salta para cima

Que o de cima, está a acabar!

Levantai-vos irmãos meus,

Filhos de Virgem Maria

Olha quem rende o leme

E os dois para a vigia!

São quatro horas vamos ao café

(Consiglieri & Consiglieri, 1998:69;70)

Uma outra manifestação do culto religioso, está inscrita nos nomes com que os pescadores batizavam os seus dórís: *Vamos com Deus; N.ª S.ª do Livramento; S.ª da Vitória; Deus me Salve; S.ª de Fátima; S.ª da Boa Viagem* (Andrieux:2013).

O GANPB também participava na manutenção da crença religiosa, chegou a editar um pequeno livro com “conselhos” ao pescador, um exemplo dessas recomendações é referido em Moutinho:

Como marinheiro dou-te como primeiro conselho: “teres crença e fé em Deus”. Sem fé Nele, sem crença na Sua divina misericórdia e bondade, não poderás passar com alegria esses seis meses de canseiras e saudades, não terás o confortável amparo nas horas de perigo ou de desalento. Mas, para teres a graça do Senhor, não é preciso passar horas a orar de joelhos e mãos postas, é fazer por Lhe agradar cumprindo o dever de bom católico.

(Moutinho, 1985:188).

Percebe-se que para agradar, era suposto, como é referido em Moutinho: “Trabalhar quando necessário, o trabalho só dignifica o homem, obedecer docilmente a quem tem o direito e o dever de mandar, ou seja para ti o piloto ou o capitão” (Moutinho:1985:188). A inculcação ideológica de que a religiosidade estava intrinsecamente ligada ao trabalho. O estereótipo do pescador dócil, trabalhador, temente a Deus, continuava em construção. A religião era mais um contribuinte para a persecução desse ideário, o traço cultural era reforçado.

### **CAPÍTULO III - A RENOVAÇÃO DA FROTA**

### **3-1 A Importância da Gronelândia na Renovação**

Em 1931, pela primeira vez na história moderna portuguesa da pesca do bacalhau, houve navios a pescarem mais a norte da Terra Nova, na Gronelândia. A exploração desses pesqueiros com os velhos lugres à vela, era penosa e implicava situações de elevado risco para os barcos e essencialmente para a vida humana. Após uma primeira experiência não muito positiva, existiu um novo reconhecimento do potencial pesqueiro da zona, que se revelou muito interessante, o único senão era a necessidade de navios com melhores condições para enfrentarem com êxito as adversidades climáticas desses territórios de pesca.

### **3-2 Gronelândia; Encontros de Culturas- Os Inuits**

A Gronelândia é uma província autónoma da Dinamarca, essencialmente habitada por Inuits (esquimós). As referências ao relacionamento entre pescadores portugueses e inuits não são prolixas. Se atendermos à informação de N. O. Christensen (ex Governador da Gronelândia), os navios portugueses, ao contrário dos de outras nacionalidades, raramente aportavam aos portos da Gronelândia. No entanto era comum o aparecimento de dóris portugueses em numerosas aldeias inuits, segundo o mesmo Christensen, esses dóris apareciam vazios, sem o seu pescador (Moutinho:1985:141). No entanto existem referências a contactos estabelecidos com a população local, basicamente é reportada a visita de Inuits aos navios portugueses em pleno mar. Os navios portugueses, na Gronelândia, pescavam na costa oeste da ilha, no estreito de Davis, e as distâncias que os separavam da costa não eram inacessíveis às pequenas embarcações locais, o que facilitava essas visitas. Os contactos eram amistosos, proporcionando algumas trocas, normalmente vantajosas para os pescadores portugueses, (admite-se que seja uma observação que padeça de algum etnocentrismo) esse pequeno comércio, consistia muitas das vezes na permuta de peles de animais por parte dos Inuit, sendo vulgarmente a aguardente a moeda de troca dos portugueses. Os *Inuit* eram um povo pacífico, eram essencialmente nómadas, mas começaram a sedentarizar-se nos anos de 1940, viviam da caça e da pesca. A partilha, a solidariedade, a honestidade e a cooperação são traços culturais que caracterizam os *Inuit*. Na sua grande maioria eram animistas, o respeito pela natureza era enorme, preservavam o equilíbrio entre o ser humano, a terra, os animais e as plantas, acreditavam na reencarnação, as crianças seriam a reencarnação de um antepassado. Mas também eram

poligâmicos, não tinham conceitos de infidelidade (Bailón:2015)<sup>14</sup>, o relacionamento Homem/Mulher era muito peculiar, Oliveira diz:

Entre os povos inuit (esquimós) emprestar a esposa é um costume e sinal de hospitalidade. Quando um marido está ansioso para consolidar seus vínculos com um companheiro de caçadas, pode- lhe oferecer sua esposa para que ela tenha relações sexuais com ele, mas com a permissão dela. Com a concordância de todos, ela copula com o parceiro de caçadas por vários dias ou semanas. As mulheres também têm o costume de oferecer sexo a visitantes e estrangeiros, não considerando o acto como um crime ou um delito

(Gove, 1989, Apud Oliveira, 2007:17)

Pode estar nesta expressão da cultura inuit a explicação para o elevado número de dóris desaparecidos nestas paragens, não esquecendo também o espírito solidário e de partilha, aliás é reportado na imprensa regional de St. John's, aquando do naufrágio do navio bacalhoeiro *Condestável* ao largo da Gronelândia, em 1960, o esforço dos inuits no apoio aos náufragos portugueses. Esse sentimento solidário, também poderia ser muito útil, a um pescador que pretendesse utilizar a Gronelândia como plataforma giratória para alcançar a América do Norte.

O número de desaparecimentos era demasiado elevado, para que se encontre somente nas condições meteorológicas, ou na morte, a justificação para esses não regressos. Também estarão aqui as razões para os navios da frota portuguesa não terem hábito de aportar na Gronelândia. Já no caso do navio-capitania, existem muitas fotos a documentar a sua acostagem à Groenlândia, particularmente no Porto de *Godthavn*.

### **3-3 Inovação Tecnológica**

Esta expansão do território de pesca, com as suas novas exigências técnicas, veio reforçar a necessidade de modernizar a frota bacalhoeira. Nesta esteira da modernização, o ano de 1936 é marcante na renovação da frota bacalhoeira portuguesa, não que essa renovação tivesse acontecido em quantidade, muito pelo contrário, resumiu-se a um navio e a uma tripulação de 40 homens. No entanto este novo navio reflete na plenitude a diferença de atitude, a abertura e dimensão intercultural de uns e a persecução do proteccionismo do capitalismo de Estado e do atavismo de outros. São duas visões bem diferenciadas da indústria das pescas, portanto o *Santa Joana*, assim se chamava este novo arrastão, tem um valor simbólico marcante. Para se ser verdadeiro, é justo salientar que o primeiro arrastão

---

<sup>14</sup> Francesc Bailón, especialista em antropologia *inuit*, autor de livros como “Cazadores del Gran Norte”

bacalhoeiro português foi o navio a vapor *Elite*, encomendado pela “Parceria Geral das Pescarias” ao estaleiro inglês “Cochrane and Sons”. Este navio só fez duas campanhas, 1909 e 1910, não tendo obtido bons resultados. A inadequada preparação da tripulação para este tipo de pesca de arrasto e os desentendimentos entre o capitão português e um mestre francês, contratado para oferecer os seus conhecimentos e experiência de pesca, esteve na origem deste inêxito. No entanto é de salientar a aposta no contacto internacional, no propósito de adquirir conhecimentos e a tentativa de utilização das mais modernas tecnologias da época.

Foi esta empresa, a “Parceria Geral das Pescarias”, que uns anos antes, em 1902, tinha também tentado a inovação de introduzir uns dóris maiores, permitindo a pesca a dois homens por dóri, onde era possível conseguir maior produtividade, fórmula que era utilizada por franceses e norte americanos, os países mais avançados na pesca do bacalhau, mas também este esforço de modernização do sistema de pesca não teve sequência, existindo uma forte resistência por parte das tripulações, fruto de um carácter individualista da identidade do pescador português, “fortemente individualista, mas possui um grande fundo de solidariedade humana.” (Dias, Apud Cunha 1994:62).

Regressando ao *Santa Joana* e à sua empresa armadora, a Empresa de Pesca de Aveiro (EPA), cujo sócio maioritário era o Sr. Egas Salgueiro, houve uma abertura para este vultuoso investimento, com capitais próprios acrescente-se, sustentada em estudos prévios e contributos de pessoas como o Eng.º Carlos Roeder, homem conhecedor com sólida formação técnica, tendo completado os seus estudos na Alemanha de entre guerras, num período pós *Weimar*, em que a industrialização da Alemanha estava numa espiral progressiva; Os conhecimentos apreendidos por Carlos Roeder revelaram-se essenciais para a modernização da frota da EPA e, posteriormente, com bastante atraso, da frota bacalhoeira nacional. Carlos Roeder fundou também os Estaleiros Navais de São Jacinto (ENSJ) em 1940. O navio *Santa Joana* que foi contratualizado com um estaleiro dinamarquês (*Nakskov*), fez a sua primeira campanha do bacalhau em 1936, com elevado sucesso; Para a efetivação do êxito muito contribuiu a presença de vários tripulantes franceses, nas variadas atividades quotidianas da pesca, uma vez que os franceses já há muito que utilizavam a arte do arrasto, tinham desenvolvido redes adequadas e eram conhecedores dos fundos marinhos mais férteis.

Esta experiência profissional, num ambiente restrito de um barco de pesca, onde as pessoas têm obrigatoriamente de conviver diariamente num espaço temporal relativamente longo, proporcionava para além dos meros contactos profissionais, outro tipo de relacionamentos, o conhecimento mútuo promovia sempre diálogos interculturais. Reconheça-se que este relacionamento intercultural não era o arquétipo perfeito, a interação ideal assenta em condições de negociação de relacionamento horizontais, onde não haja uma manifesta supremacia de conhecimento, no entanto esta questão pode e deve ser ultrapassada. São por isso condições elementares a existência de compreensão do “outro”, a não existência de qualquer sinal de arrogância, conseguir perspetivar o ponto de vista do “outro” e também é importante a reflexão sobre as razões ou questões que suscitaram o comportamento do “outro”.

As construções culturais não são lineares, não existe um ideal perfeito de cultura, o etnocentrismo é uma arrogância cultural. Cada povo, nação, comunidade, tem as suas próprias tradições, memórias, crenças, mitos, religião, rituais, todo um conjunto de factores apriorísticos que constroem uma identidade e cultura própria. No caso reportado do inêxito do arrastão “*Elite*”, apesar das boas condições técnicas, o diálogo intercultural falhou redundantemente, a compreensão e as estratégias de comunicação não resultaram em absoluto. Contrariamente, no navio Santa Joana, aconteceu o estabelecimento de um diálogo intercultural frutuoso. No seu livro “*Murmúrios do Vento*” (2012), o seu autor, o capitão Valdemar Aveiro, recorda o bom relacionamento profissional e cultural com os franceses, os saberes que estes transmitiram e que tiveram eco na aprendizagem apreendida pelo capitão, e pelos pescadores portugueses. Esta transmissão de conhecimento, feita de uma forma tão ampla, só é possível com a realização de um verdadeiro diálogo intercultural. Não é despiciente referir também neste processo, a visão de Egas Salgueiro, que proporcionou todas as condições, para uma comunicação de excelência entre os franceses contratados e a tripulação portuguesa. Apesar da existência efetiva de contactos e relações estabelecidas de uma forma sólida, a indústria das pescas continuava a ser tutelada e regulada pelo doutrinário da política protecionista do Estado Novo. É exemplo significativo a recusa liminar ao pedido formalizado pela *Portuguese Deep Sea Trawlers Limited*, uma empresa de capitais ingleses e suíços para exercer a sua actividade de armador de navios de pesca do bacalhau, a partir de portos nacionais. Foi entendimento de

que esta actividade era exclusiva de empresas de capital nacional, não sendo autorizadas companhias de capitais estrangeiros (Moutinho,1985:95).

Com o êxito obtido neste início de renovação da sua frota, esta iniciativa de renovação teve sequência. Foi comprado mais um navio, o arrastão *Spitzberg* que se encontrava em *S. Pierre et Miquelon* parado, após ter acontecido um incêndio a bordo. Efetuou a viagem para Portugal em 1939, com a ajuda de um rebocador, recebendo os benefícios e reparações necessárias; Após a conclusão da reparação, surgiu então um novo arrastão, o *Santa Princesa* também propriedade da EPA. Neste processo de recuperação do navio surgiram algumas dificuldades, essencialmente do foro burocrático.

Apesar do entusiasmo suscitado pelo sucesso do *Santa Joana* ter potenciado o interesse em alguns armadores, nesta nova modalidade de pesca, equacionando também a renovação das suas frotas, a nomenclatura das pescas, o próprio Henrique Tenreiro, não revelaram o mesmo entusiasmo, como refere Valdemar Aveiro:

No entanto por parte do Conclave que presidia ao destino do sector das pescas, havia como que uma desconfiança, uma má vontade contra a modalidade nova, encarada como intrusa indesejável num campo em que a pesca à linha era a fiel depositária de uma tradição com séculos de existência

(Aveiro, 2012:181).

O Delegado do governo junto do GANPB nunca teve uma especial deferência por aqueles que inovassem e que mantivessem alguma independência em relação à oligarquia das pescas. Apesar de na consolidação da sua política autárquica, o governo pretender a renovação da frota, almejando com a produção nacional atingir a cota de 60% das nossas necessidades de abastecimento, que em 1939 atingiam apenas 20%, a focalização da renovação não se orientava especialmente para as tecnologias mais modernas, pelo contrário. Esse paradoxo é visível e consubstancia-se no Decreto-Lei nº. 31 990 de 29 de Abril de 1942, em que é previsto que os empréstimos de base concedidos para a construção de novos navios, sejam de 75% para os lugres da pesca à linha e de 65% para os modernos arrastões (Moutinho, 1985: 96). Esta incoerência não pode ser imputada tão-somente à oligarquia das pescas, como António Oliveira Salazar afirmava: “Nós não nos deixamos seduzir nem satisfazer pela riqueza, pelo conforto trazido pelo progresso técnico, pela máquina que transforma o homem num seu subordinado, pela moda da mecanização, pela força bruta, imensa e colossal [...]” (Salazar n/d, Apud Villiers, 2005: 346).

Efetivamente o construto cultural estruturava-se em muito, como já referimos, nesta tónica da preservação de uma tradição reconstruída e adaptada às necessidades ideológicas do Estado Novo, e este modelo social, recorda a sociedade mecânica teorizada por Durkheim:

Em virtude da maior parte dos membros da sociedade estar envolvido em ocupações similares, eles estão unidos em torno de uma experiência comum e de crenças partilhadas. A força destas últimas é de natureza repressiva – a comunidade castiga prontamente quem quer que ponha em causa os modos de vida convencionais. Desta fora resta pouco espaço para dissidências individuais. A solidariedade mecânica baseia-se, por conseguinte, no consenso e na similaridade das crenças.

(Durkheim, Apud Giddens, 2008:9).

Obviamente que Henrique Tenreiro, apesar do seu papel relevante no processo, da organização que construiu, como já aqui foi dito, quase um Estado dentro de um Estado, não tinha uma total autonomia. A reverência direta a Theotónio Pereira e a não tão direta, para sua tristeza, a António Oliveira Salazar, leva-nos a concluir que apesar de todo o seu poder aparente, não deixava de ser um homem de mão da organização corporativa do estado Novo.

Mas as razões de António Oliveira Salazar e do GANPB não têm só origem numa visão tradicionalista da sociedade portuguesa, existem razões evidentes de ordem económica e financeira, uma grande maioria da armação nacional era parasitária, na medida em que vivia completamente dependente dos capitais públicos e da pouca renumeração do capital variável, o trabalho. Eram os empréstimos financiados pelo Estado via GANPB, que suportavam a frota, a questão do défice de produtividade quando comparada com a da pesca do arrasto, era ultrapassada pela exploração em grande escala do trabalho manual. Os custos fixos de construção e armamento de um navio tecnologicamente evoluído eram infinitamente superiores aos de um navio à vela, ou mesmo de um navio/motor, uma invenção portuguesa, que procurou melhorar as condições de trabalho dos pescadores, maior conforto destes no navio mãe, mas que perpetuava a utilização do dóri. Esse custo era comparativamente tão elevado, que até o Estado sentia alguma dificuldade no financiamento desse tipo de navio.

Uma outra ilação que se retira deste continuo atraso tecnológico na renovação da frota, consequentemente na continuidade de condições de trabalho largamente deficientes, em alguns, muitos casos até, impróprias e atentórias da saúde física e mental, o desejo de emigrar, ou até de fuga, foi sendo alimentado por muitos dos nossos pescadores.

Especialmente porque vivenciavam de muito perto outras realidades, como a da indústria de pescas francesa, canadiana, inglesa e estado-unidense, onde as condições de trabalho e as recompensas monetárias eram bem diferentes. A alimentar esse espírito, existia ainda o conhecimento de casos de sucesso em processos de emigração, sendo que a grande maioria dos migrantes estavam bem integrados nas comunidades de acolhimento. Este tema da emigração será objecto de uma mais cuidada análise num outro espaço deste trabalho, mas não deixa de ser curial referi-lo aqui, por ser evidente alguns dos motivos que potenciaram este desejo.

Apesar de os passos dados para a renovação da frota terem sido titubeantes, com muitas incoerências ao longo do percurso efectuado, em 1943, ainda a CRCB insistia no seu plano de renovação com barcos em madeira, projetando um modelo “Renovação” de navio de arrasto. Este modelo apesar de colher aprovação no seio do GANPB, suscitou muitas dúvidas nos meios técnicos. Mas ainda em 1961 foi construído pelos estaleiros de Benjamim Bolais Mónica, o navio *Rainha Santa*, construído em madeira e destinado à pesca à linha com dórís, e foi a última construção de madeira para este tipo de pesca. Estas duas situações são bem representativas das duas visões a que fizemos alusão no início deste capítulo, mesmo com o decorrer do tempo, e com a evolução tecnológica bem patente, a visão da gestão conservadora, retrógrada, foi persistindo no tempo.

Mesmo reconhecendo a eficácia do arrastão *Santa Joana*, o GANPB, que em 1940, criou a Sociedade Nacional dos Armadores de Bacalhau (SNAB), exactamente para ser esta, a companhia de vanguarda, que viria a ser a bandeira da evolução técnica da frota portuguesa. Insistiu no entanto num processo quase autodidata, não estabelecendo as necessárias pontes interculturais para a melhoria do conhecimento. Conclusivo dessa clausura cultural, foi a contratualização pela SNAB de dois novos arrastões em aço, semelhantes ao navio mandado construir por Egas Salgueiro, no entanto a entropia comunicacional provocou alguns erros técnicos, que tiveram custos na produtividade dos barcos e posteriormente na sua correção.

No entanto, não deixou esta modernização tardia de proporcionar um vasto rasto de relacionamentos interculturais. A expansão da construção naval em Portugal foi relevante e proporcionou efetivamente uma vasta rede internacional de canais de comunicação, já que a formação profissional dos profissionais portugueses assim o obrigava. A maioria dos

estaleiros existentes, eram de pequena dimensão, executavam essencialmente navios veleiros, com a utilização da força eólica como única força motriz, estes estaleiros que existiam um pouco por toda a orla costeira portuguesa, tornaram-se obsoletos, não tinham capacidade nem conhecimento técnico que os habilitasse às novas exigências de construção. Existia a exceção e entre os estaleiros que construía somente em madeira, da empresa do Mestre Bolais Mónica, na Gafanha da Nazaré, que continuava a oferecer serviços de muita qualidade, já se executavam navios de uma maior dimensão e já com a instalação de propulsão mecânica a diesel. Foi o único estaleiro de construção em madeira que prosseguiu em laboração a este nível. Foram edificados novos estaleiros com outra dimensão, preparados para a construção de navios em aço, com propulsão mecânica. Entre estes novos estaleiros destacam-se os estaleiros navais de Viana do Castelo (ENVC), fundados em 1944, os já aqui referidos ENSJ, fundados em 1940 (algumas fontes referem 1945), os estaleiros navais do Mondego (ENM) criados em 1944, todos eles com as necessárias competências técnicas adquiridas. Existe ainda o caso mais particular do estaleiro H. Parry and Son, estaleiro já com uma longa existência, e que há muito construía navios com casco em aço. O primeiro navio em aço construído em Portugal, foi fabricado nestes estaleiros de capital inglês.

Só mais tarde, os ingleses, aquando das diretrizes governamentais no sentido de privilegiar os estaleiros de capital português na renovação da frota, consideraram a hipótese da sua venda. Essa alienação do património foi concretizada, tendo a gestão, e o capital da empresa H. Parry and Son transferida para capital totalmente português em 1954, muito por empenho e influência de Henrique Tenreiro. Mais tarde, em 1972, vieram a ser vendidos ao grupo CUF, grupo este que já era, desde 1937, com a construção simultânea dos lugres em aço *Creoula e Santa Maria Manuela*, uma referência na construção naval em Portugal. Se a motivação empresarial para a edificação de algumas destas unidades industriais de construção naval foi a possibilidade de construir navios para a renovação da frota, a título de exemplo podemos citar a primeira construção dos ENVC, o arrastão em aço *Senhor dos Mareantes*, ela não se esgotou nas pescas. Para não sermos exaustivos, reportando-nos somente a dados dos ENVC e dos ENSJ, (Moutela, ENSJ 50 anos de história), conclui-se que para além da expressividade da construção de navios bacalhoeiros, a primeira construção em Viana do Castelo foi o arrastão em aço *Senhor dos Mareantes*, e nos ENSJ foi a reconstrução do navio de arrasto *Santa Princesa*, também se construíram

outros tipos de navio. Cada um destes estaleiros construiu mais de duzentos barcos até aos anos oitenta do século XX (acha-se relevante a apresentação destes números, apesar de a época histórica do trabalho ter sido ultrapassada) muitos deles foram negócios internacionais. Este fenómeno da construção naval em Portugal, conjugado com a implosão de empresas de apetrechos marítimos, ou de empresas de reconversão, manutenção e reparação de motores marítimos, impulsionou uma diversidade de contactos internacionais.

O desenvolvimento deste processo de renovação contou, mais tardiamente, com dotações orçamentais proporcionadas pela nossa adesão ao *Plano Marshall*, mas optámos por enquadrar este processo num outro contexto que julgamos mais apropriado, apesar de pontualmente já se terem tecido alguns comentários sobre situações ocorridas durante este período. Considera-se, que fará mais sentido, quando se desenvolver a situação de hegemonia, ou melhor, da exclusividade dos navios portugueses na pesca do bacalhau durante a segunda guerra mundial (II GM), e as condições muito peculiares que tornaram possível a manutenção da frota pesqueira nacional nos mares da Terra Nova.

## **CAPÍTULO IV - A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - A “WHITE FLEET”**

O período histórico em que ocorreu a II GM, de 1939 a 1945, criou uma situação de privilégio para a frota bacalhoeira portuguesa. Para além da pesca efetuada por navios locais, éramos a única nação europeia que mantinha a sua frota de pesca activa na zona. A França e a Inglaterra estavam envolvidas no conflito mundial, e a Espanha ainda estava em recuperação da sua Guerra Civil, que ocorrera entre 1936 a 1939. As nações tradicionalmente ativas, com forte expressão numérica nesta zona de pesca, não reuniam condições para armar os seus navios.

#### **4-1 A Neutralidade: Acordos e o porquê do nome “*White Fleet*”**

Esta ausência, que se prolongou até 1950, teve um efeito positivo na reposição e crescimento da fauna marinha. Desde 1907 que os franceses pescavam com navios a vapor, utilizando o método de pesca por arrasto, nestes barcos era possível pescar durante as vinte e quatro horas do dia. A dimensão da captura de uma unidade de pesca deste tipo, era sete vezes superior à capacidade de pesca dos navios de pesca à linha. A diminuição do stock de peixe foi notória, levando os pescadores locais, preocupados com a escassez do bacalhau, a pressionarem o governo da Terra Nova, no sentido de tomarem medidas punitivas para esse tipo de pesca. Os protestos tiveram algumas consequências, assim, este tipo de navios só podia efectuar as suas capturas em águas internacionais (Andrieux,2013:2), para além das três milhas das águas territoriais.

Até aos anos de 1950 o mar territorial estendia-se na generalidade até às três milhas náuticas, o primeiro tratado normativo foi o de Gand, em 1818, acordado entre os Estados Unidos e a Inglaterra, a generalidade dos países adotaram o mesmo limite, existiram exceções, como a Dinamarca, que estendeu esse limite territorial até às quatro milhas náuticas <sup>15</sup>. Para além da hegemonia da frota portuguesa, também a abundância da pesca acontecia, estavam reunidas condições quase únicas para o desenvolvimento da indústria portuguesa das pescas.

Fator decisivo para a permanência dos bacalhoeiros portugueses nos “Grandes Bancos” era a neutralidade portuguesa no conflito. A política externa portuguesa, através de equilíbrios muitas vezes precários, num contexto de enorme complexidade, conseguiu manter-se

---

<sup>15</sup> Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar, Brasília 2014. Acedido abril, 20, 2015  
[http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao\\_do\\_Direito\\_do\\_Mar.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao_do_Direito_do_Mar.pdf).

afastada do conflito. A presença de Pedro Theotónio Pereira como embaixador em Espanha, entre as guerras, civil e mundial, muito contribuiu para esta neutralidade. A assinatura do Tratado Ibérico, o afastamento português das posições alemãs e italianas, que ameaçavam as colónias portuguesas de África, a precaução com a utilização da base das Lajes, o prestígio de António Oliveira Salazar e de Theotónio Pereira junto do governo de Franco, a influência estratégica do mesmo Theotónio Pereira junto dos espanhóis para a manutenção de uma política externa equidistante, foram valiosos contributos.

Também compreensão dos ingleses perante as posições portuguesas, e o reconhecimento da atividade diplomática portuguesa em Espanha, no sentido de influenciar Franco a não tomar o partido das forças do Eixo, foram factores decisivos para a manutenção da neutralidade. O seguinte trecho do estudo de M. Braga Macedo “Pedro Teotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha Durante as Guerras” é disso elucidativo:

A Inglaterra continuava a querer fazer concertadamente com Portugal a sua política espanhola. Salazar indagara junto do embaixador inglês, que procedimento seria tomado, depois da guerra para com os países neutros. Obteve como resposta a ênfase no papel desempenhado por Portugal, na manutenção da tranquilidade na península.

(Cruz, 2004:439)

A neutralidade portuguesa não foi no entanto suficiente para obstar a ataques à frota, em 1942, quando o lugre *Maria da Glória*, no dia 5 de junho, foi torpedeado por um submarino alemão, enquanto o navio se dirigia para a zona de pesca, tendo falecido trinta e seis tripulantes. Sobreviveram oito homens que escaparam a bordo de dórís, mantendo-se vivos até serem recolhidos por um navio norte-americano; Entre os sobreviventes encontravam-se o pescador José Tróia e o seu capitão. A hierarquia verticalizada num navio bacalhoeiro, em todo o seu esplendor, está bem retratada na transmissão oral de José Tróia, o mito do capitão como homem endogenamente bom, preocupado acima de tudo em zelar pelos homens que tinha a seu cargo, que sempre foi construído pela propaganda do Estado Novo, e que de alguma forma se perpetua até aos dias de hoje, sofre neste episódio de naufrágio algum abalo. O papel social de capitão transfere-se para o papel social de náufrago, na tentativa desesperada de luta pela sua sobrevivência, acontece como que uma humanização do “Homem”, veja-se o relato de José Tróia:

O capitão dizia-me – Ó Zé acode-me que me querem matar, estes homens querem-me matar. Se eu não vou lá busca-lo também morria. Ainda lhe dei um sobretudo novo, novinho; que não era para andar lá no bacalhau, era para andar lá em Lisboa..., ainda lho dei para ele se

agasalhar lá no bote. Ficou lá o sobretudo, nem o sobretudo me pagou. Nunca reconhecem nada... absolutamente nada ... (Informação oral de José Tróia – Aveiro) ”

(Moutinho,1985:143)

Na imensidão das pesquisas efetuadas é muito raro encontrarem-se fontes em que o transmissor, ou autor, seja o pescador de bacalhau. Quase que se podem escrever duas histórias, a decorrente da pesquisa bibliográfica, da certificação científica dos factos através dessa mesma bibliografia, e a outra história, a da recolha empírica, da transmissão oral, da procura insistente pela imprensa regional e internacional, em que alguns dados relevantes não existentes na bibliografia recorrente podem ser avaliados, e de alguma forma levar a uma história recontada. Uma visão da dureza daquela vida e comumente relatada pelo pescador anónimo: “Antigamente era terrível [...] aquilo não era bacalhau [...] era uma escravidão [...] era uma escravidão das maiores escravidões [...] lá nesse tempo” (José Tróia, 1981, Apud Moutinho, 1985:9).

O outro navio bacalhoeiro português afundado foi o *Delães*, também no ano de 1942, no dia 11 de setembro. Neste caso o ataque aconteceu na viagem de regresso do bacalhoeiro, no entanto o torpedeamento foi precedido de um aviso ao capitão do navio para que procedesse à sua evacuação, o que aconteceu: toda a tripulação embarcou em dórís, e neste caso não existiram vítimas mortais. Este ataque ao *Delães* foi motivado pela utilização da rádio/TSF; Só que os alemães suspeitaram que eventualmente estivesse a transmitir informação sobre a localização do submarino. Apesar de a maioria da frota já estar bem identificada como sendo proveniente de um país neutral, foi a partir destes ataques que a situação ficou mais bem definida, todos os navios bacalhoeiros portugueses deveriam ter a totalidade do casco pintada de branco, com a bandeira portuguesa e o nome Portugal também pintados no casco, de um modo que fosse bem visível.

Está aqui a génese do nome “*White Fleet*”<sup>16</sup> dado à frota portuguesa nos meios internacionais, nome que perdurou no tempo e nos espaços, na memória coletiva portuguesa, mas não só, como analisaremos aquando nos debruçarmos sobre a Terra Nova. Mas para além desta identificação diferenciadora, a diplomacia portuguesa, conseguiu acordar com as forças beligerantes, salvo-condutos, que permitiram a passagem organizada, de dois comboios de navios bacalhoeiros: um com os navios mais rápidos

---

<sup>16</sup> Em anexo 2, pp 147, fotografia reveladora da dimensão da *white fleet*, atracada no Porto de *St John's*

tendo como navio almirante o *Gil Eanes*, e o outro, mais lento, tendo como navio responsável o navio-motor *São Ruy*.

#### **4-2 Frota Portuguesa na Geoestratégia da IIGM**

A importância geoestratégica desta zona do Atlântico Norte, no conflito mundial, é enorme. Consequentemente, a importância da frota portuguesa na geografia da guerra não era despicienda, a preocupação do U Boot alemão com a rádio/TSF do *Delães* não era vã. Maioritariamente era uma zona onde o poder aliado não era muito contestado, a Terra Nova apesar da sua autonomia, mantinha-se sob bandeira inglesa, e o Canadá e Estados Unidos da América eram de cultura maioritariamente anglo-saxónica, e posteriormente integraram as forças aliadas, ajudando em muito à derrota alemã. Mas essa influência não era total, pois após a invasão alemã a Paris e com o estabelecimento do governo de *Vichy*, do Marechal Pétain, em 1940, passou a existir um pequeno bastião pró alemão, a pequena ilha de *St. Pierre et Miquelon*, que poderia eventualmente servir de apoio à estrutura naval de guerra alemã, mas o alcance geoestratégico desta ilha era muito limitado. Por isso o inusitado interesse alemão na “*White Fleet*”, que ultrapassada a dificuldade da viagem até aos mares da Terra Nova, com a segurança do comboio naval, se movimentava depois sem dificuldades pelas várias zonas de pesca do Atlântico Noroeste. As principais rotas marítimas entre a América e a Europa passavam por esta zona, incluindo os comboios de navios de abastecimento para a Grã-Bretanha, também os vasos de guerra ingleses e aliados se movimentavam nestas águas. A frota de pesca portuguesa, que repetidos era a única à época a pescar nestes mares, era um excelente veículo para observar e espiar os movimentos navais dos aliados. A espionagem alemã infiltrou-se consistentemente na frota bacalhoeira portuguesa, os serviços secretos navais alemães trabalharam este modelo operacional, essencialmente procuravam recrutar oficiais radiotelegrafistas, com relativo êxito, acrescente-se. Existem referências de que no ano de 1942, dos quarenta e sete navios que participaram na celebração religiosa da partida dos bacalhoeiros, doze deles levavam agentes nazis a bordo. A utilidade da frota bacalhoeira não se resumia somente a um posto de observação privilegiado no Atlântico Norte, também era um transporte seguro e uma excelente forma de introduzir espões na América do Norte; Walter Shellenberg, chefe da espionagem alemã confirmou, no *juízo de Nuremberga*, a utilização de navios de pesca portuguesa para esse fim (Galope,2012). Implica-se também a frota portuguesa no

oferecer apoio logístico aos submarinos alemães no Noroeste Atlântico, no fornecimento de víveres e até de combustível. Pode parecer um paradoxo, vide o ataque e afundamento de dois lugres em 1942, mas existem fontes que apontam para a veracidade desse apoio logístico (Galope,2012).

Um dos informadores portugueses recrutados, o mais célebre, foi o oficial radiotelegrafista do *Gil Eanes*, Gastão Ferraz, que esteve na origem de um ataque naval perpetrado por um navio da marinha de guerra inglesa ao navio almirante da frota bacalhoeira portuguesa, Ferraz foi apresado, levado para Gibraltar, depois para Inglaterra, onde foi interrogado e se manteve preso até ao final do conflito mundial.

Os serviços secretos ingleses há muito que suspeitavam da utilização da frota pesqueira pelos serviços secretos alemães. Em setembro de 1942, o diretor geral do M15, David Petrie, enviou uma carta ao Oficial de Segurança do Porto de *St. John's* “O uso de agentes a bordo de navios de pesca, como estes portugueses, é uma das características operacionais dos serviços secretos navais alemães em Lisboa” (Galope,2012). Mas os serviços secretos não estavam atentos só à frota, pois as suspeitas de envolvimento, ou de facilitação da ação dos serviços alemães, por parte da mais alta hierarquia das pescas, também eram objeto de preocupação, como é referido em Álvaro Garrido:

Segundo o M15, o Comandante Tenreiro devia ser vigiado, e eventualmente afastado pelas autoridades portuguesas mediante pressão do Foreign Office, dada a cobertura que dera às ações de espionagem pró-germânica de Gastão Crawford de Freitas Ferraz, primeiro-radiotelegrafista do *Gil Eanes* e anterior funcionário da Companhia Portuguesa Rádio Marconi. De acordo com os serviços ingleses de contra-espionagem, o M15, as confissões arrancadas a Ferraz após a sua prisão pelas autoridades navais britânicas a 1 de Novembro de 1942 permitiam confirmar as suspeitas de germanofilia atribuídas a Tenreiro [...]

(Garrido,2009:254).

O rumo da segunda guerra mundial poderia ter sido alterado, caso os serviços secretos e a marinha inglesa não tivessem agido no tempo próprio. No caso Gastão Ferraz, como já foi referido, o ataque ao *Gil Eanes* foi no dia 1 de novembro de 1942 e a invasão aliada do norte de África, a denominada operação “*Torch*”, ocorreu a 8 desse mês. O espaço temporal entre a prisão de Gastão Ferraz e o lançamento do ataque, foi o suficiente para que a mais que certa informação de movimentação das forças navais aliadas não acontecesse, certamente que o efeito surpresa deixaria de ocorrer e o resultado do desembarque aliado não teria o êxito que efetivamente teve. O curso da guerra seria

certamente diferente, no mínimo a duração do conflito teria sido prolongado. A estrutura macropolítica, os valores culturais, os diálogos e relacionamentos interculturais que hoje conhecemos seriam certamente alterados, e a “*White Fleet*”, a pesca do bacalhau feita por navios portugueses, esteve no centro desta operação. Não sendo propósito deste trabalho o aprofundar deste assunto, nem o relacionar o tema com a criação ou desconstrução cultural, ou a criação de um novo paradigma cultural, que certamente adviriam de uma vitória alemã no conflito, não é possível ignorar a importância da frota bacalhoeira portuguesa neste cenário geoestratégico, nem do envolvimento da cúpula da estrutura das pescas neste assunto.

#### **4-3 O Velho *Gil Eanes* no Conflito mundial**

O episódio do ataque ao navio de apoio *Gil Eanes*, tem pormenores de fato intrigantes, o quanto foi cirúrgico o ataque, a possibilidade que os serviços secretos ingleses chegaram a equacionar do afundamento do *Gil Eanes*, embora posteriormente reconsiderassem a ação; Do mesmo modo, o silêncio das autoridades portuguesas, quando estava em causa um ataque a um navio de bandeira portuguesa, a absoluta ausência de qualquer tentativa diplomática de resgatar Gastão Ferraz é de explicação pouco razoável; É fácil retirar ilações dúbias, acresce que o relatório dos acontecimentos dessa viagem foi eliminado dos arquivos da Marinha. Curioso também foi a transferência da pertença do navio, em fevereiro de 1942, poucos meses antes do episódio Ferraz, da Marinha de Guerra para a administração do GANPB (Araújo:2008)

Efetivamente Henrique Tenreiro era um germanófilo convicto, mas outros destacados membros da esfera governamental também o eram. Nomes como Ortins de Bettencourt, ministro da marinha; João Pinto da Costa Leite (Conde Lumbrales), Ministro das Finanças, foram agraciados, bem como Henrique Tenreiro, pelo regime nazi com a Ordem Imperial da Águia Negra Alemã, condecoração criada por Hitler para agraciar estrangeiros que se tenham destacado de alguma forma por atos amigos da causa do III Reich.

A dificuldade na manutenção da neutralidade é óbvia, a precaridade desse estatuto, torna complexa toda a missão diplomática. Se com a Inglaterra existia a velha aliança de séculos, com relações comerciais e culturais profundas, o outro beligerante, a Alemanha, com o regime político pós *Weimar* de Hitler, tinha algumas similaridades com o regime

autocrático e ditatorial de António Oliveira Salazar, ambos exaltavam o nacionalismo, eram profundamente anti liberais e anti comunistas. O fato de os comunistas da ex União Soviética fazerem parte da força de guerra aliada, também causa algum temor ao Ditador português. No entanto, a postura cesarista de Hitler não era do agrado de António Oliveira Salazar, o anti-semitismo do nacional-socialismo alemão também não encaixava no perfil cultural do povo português.

Os traços culturais portugueses são únicos a nível europeu, a construção cultural e identitária portuguesa foi muitas vezes feita num caminho solitário, mesmo de isolamento, “A nossa diferença cultural e política e esta assimetria devem-se sobretudo à especial relação com os espaços de além-mar e à política de alianças a que nos obrigou a geografia.” (Pinto, 2013: n/p). Neste “Além-Mar” também está a epopeia dos bacalhaus durante o Estado-Novo. Os factos apresentados revelam a importância da “*White Fleet*” no cenário da guerra, a manutenção dos equilíbrios no relacionamento político, também se consumou na pesca. A utilização dos Açores e de Cabo Verde, ainda que debaixo de um absoluto secretismo, para apoio logístico às forças aliadas, era permitida pelo governo português, por várias razões, sendo as mais importantes relacionadas com a sólida relação intercultural potenciada pela geografia portuguesa.

A forte emigração portuguesa para os Estados Unidos, especialmente de gente oriunda dos Açores e das aldeias piscatórias de Portugal, também contribuíram para a criação de afinidades culturais. Terá sido este conjunto de fatores o argumentário superlativo a desaconselhar o afundamento do *Gil Eanes*.

A organização das pescas estendia a ação coerciva do Estado Novo até aos mares da Terra Nova; O navio almirante da frota bacalhoeira o *Gil Eanes*, tinha uma ação preponderante na objetivação desse controlo. As suas funções iam muito para além dos serviços de assistência médica à frota, do apoio espiritual e moral e do apoio logístico. A motivação comercial também estava bem presente, até como forma de minorar os seus custos de exploração, era comum transportar vinho para os Estados Unidos da América (EUA), ou mais comum ainda transportar sal para a Terra Nova e na viagem de regresso trazer bacalhau seco. O *Gil Eanes* era um navio capitania como já foi referido, na formulação organizativa das pescas fazia sentido a criação do posto de capitão do porto de São João da Terra Nova e da Gronelândia, obviamente que este estatuto não concedia qualquer

autoridade sobre os “Portos” em si, no seu espaço físico, a patente foi elaborada para o exercício da autoridade nos mares do bacalhau, todos os navios da frota, bem como a totalidade dos seus tripulantes estavam sobre a alçada da capitania móvel. O *Gil Eanes* tinha a bordo dois comandantes: o Comandante do navio no seu sentido estrito e o Comandante de bandeira, que era também o capitão do “Porto”. O estabelecimento de pontes com as autoridades locais estava a cargo deste comandante de bandeira, o relacionamento institucional, o desenvolvimento de relações políticas, comerciais, de questões judiciais, também lhe competia numa primeira instância. O estabelecimento de contacto com o consulado português, quando existia, como no caso de *St. John’s*, a relação com o cônsul, também eram matérias da sua incumbência. O estabelecimento da “ordem” entre as tripulações, a manutenção da paz social, era outro dos seus fins, quando aconteciam casos de indisciplina na frota, os oficiais da marinha de guerra exerciam o seu poder coercivo, ou disciplinador. O *Gil Eanes* também servia como “Casa de Detenção”, infundia medo entre os pescadores, existia um efetivo controlo policial, como é referido em Moutinho: “Pairava sempre sobre eles, os pescadores, a certeza de serem entregues ao *Gil Eanes* e aí aprisionados sempre que algum problema laboral ou qualquer outro conflito surgisse e para o qual os capitães não encontrassem solução imediata.” (Moutinho,1985:146)

O poder exercido pelos capitães da frota, algumas das vezes de forma aleatória, tinha no *Gil Eanes*, um elemento dissuasor e um forte aliado. Mas o controlo era mais vasto, as deserções, fugas, sempre aconteceram, no entanto estas ocorrências tinham-se multiplicado nos anos do conflito mundial. A situação atingiu tal dimensão, a ponto de o regime produzir legislação mais penalizadora para essas deserções que estavam a acontecer em portos estrangeiros. A legislação promulgada no Decreto-lei N° 31 892, no qual está bem patente a preocupação do regime:

Considerando que se tem verificado ultimamente a deserção em portos estrangeiros de excepcional número de tripulantes portugueses dos navios da frota mercante nacional; Considerando que é necessário coibir este procedimento, que pode causar sérias perturbações ao abastecimento do País e irreparáveis prejuízos à economia nacional; Considerando ainda que as sanções normalmente aplicadas a tais faltas não correspondem à gravidade que na realidade elas assumem nas circunstâncias actuais [...]

(Decreto-Lei N.º 31 892 de 1942)

Procura-se reforçar as penas a aplicar na expectativa do agravamento das sanções funcionarem de uma forma intimidatória e com o objetivo de demover os projetos de fuga. Na generalidade estes processos de fuga eram bem planeados, na maioria das vezes existiam redes de familiares ou amigos que facilitavam o acesso e a integração na sociedade recetora, a emigração portuguesa já era consistente na América do Norte, recorde-se a exposição universal de Nova Iorque em 1939, e os apelos à emigração portuguesa para o investimento e envio de remessas de dinheiro para Portugal.

Com o decorrer da IIGM aconteceram algumas mudanças nos cenários de pesca, é neste espaço temporal que começa a ganhar relevo a presença da frota portuguesa no porto de *St. John's*. Não que essa estadia não acontecesse anteriormente, mas tornou-se mais consistente neste período. Essa assiduidade levou o governo português, em 1942, a instituir um consulado em *St. John's*, já que a missão diplomática em *Otava* não conseguia responder eficazmente às muitas solicitações de foro logístico, administrativo e burocrático, que a presença de um elevado número de barcos e tripulante implicava.

A opção por um serviço diplomático de proximidade veio ultrapassar muitas das dificuldades anteriormente existentes, a indigitação de um Cônsul, João Henrique de Moraes, reforçou a presença portuguesa. O relacionamento institucional proporcionou a abertura de novos foros de discussão. A presença da "*White Fleet*" era importante para a economia local e essa presença foi ainda mais marcante no período subsequente à segunda guerra mundial; O desenvolvimento deste relacionamento do pós-guerra será tratado adiante, num capítulo próprio.

## **CAPÍTULO V - A PESCA DO BACALHAU NO CINEMA**

A importância do cinema como divulgador da cultura portuguesa, bem como o entusiasmo de António Ferro pela sétima arte já foi referida neste trabalho. Considerou-se no entanto ser mais oportuno o seu desenvolvimento neste momento do trabalho. Efetivamente a utilização do cinema de ficção e do cinema documental, foram prodigamente utilizados por António Ferro e conseqüentemente pelo Regime político vigente, como veículos de propaganda de um Estado, de uma política e da sua construção cultural. As vertentes cinema de ficção e cinema documental foram igualmente exploradas como divulgadores culturais e transmissores de mensagens e ideais.

### **5-1 Cinema de ficção**

A internacionalização da cultura portuguesa pela via cinematográfica imaginada por António Ferro, consubstanciada na Campanha de “Projeção Atlântica”, não poderia ter tido maior eficácia do que a coincidência da obra de Rudyard Kipling, o romance “*Captains Courageous*”, adaptado para o cinema por Victor Fleming, em 1937, que em Portugal surgiu com o título “Lobos-do-mar”, ter sido realizado no mesmo espaço temporal da Campanha almejada por António Ferro. O enredo deste filme parece ser uma encomenda da tal campanha de “Projeção Atlântica”. Esta obra tem no seu papel principal um conceituado ator, Spencer Tracy, que vem a ganhar um óscar pela sua interpretação neste filme. O filme narra a história de um naufrago, no início da sua adolescência, que é resgatado ao mar por um barco de pesca do bacalhau, oriundo do porto de *Gloucester*, situado na costa norte atlântica dos Estados Unidos da América.

O ator Spencer Tracy interpreta o papel de um pescador português, Manuel, que acaba no filme por ser quase o tutor, ou melhor, o educador do jovem resgatado. A personagem encarna quase na totalidade o arquétipo da construção identitária do “pescador de bacalhau” idealizada pelo Estado Novo. As críticas elogiosas da imprensa da época são sintomáticas, como refere Paulo Cunha:

Um conceito eterno da vida entregue ao esforço pessoal; descreve-se a epopeia dos pescadores e exaltam-se, sem arrebatamentos declamatórios e antes num tranquilo encadeamento de episódios, em constante observação da vida a bordo, os sentimentos da camaradagem e da lealdade, da valentia e da abnegação, características fundamentais da gente do mar.

(Teixeira 1937 Apud Cunha, 2003: 5).

Ou ainda esta outra passagem mais pungente, a retratar na perfeição a inculcação ideológica do Estado Novo, dizia Luís Teixeira:

Lembra-se de velhas canções da sua terra, ingénuo e puro, bondoso e lírico em demonstrações duma alma que nenhum desvairamento perturba. Este pescador português ostenta qualidades insólitas: só pesca à linha mas ainda assim é o melhor da companhia. Abnegado, crente e arguto, é ele quem acolhe a bordo e educa o adolescente que tomara nas águas até que ambos se separam quando o mar lhe traça o destino fatal.

(Teixeira, 1937, Apud Cunha, 2003: 7)

O diretor da SPN, António Ferro, não deixou também de exaltar o filme e o seu enredo dramático afirmando ser “Uma verdadeira apoteose ao coração português” (ibidem:6), relevando o contributo que o filme terá na divulgação universal da cultura portuguesa. A exaltação das virtudes da pobreza e da humildade, o mito do rural, da vida saudável e simples do mar em detrimento do urbano, a felicidade do trabalho duro, os valores morais assentes nestas premissas, lembram a sétima “Lição de Salazar”. O enredo do filme é tão fiel ao estereótipo do pescador português que o artigo “A Personalidade do Pescador” inscrito no jornal “O Pescador”, podia perfeitamente estar na génese da construção da personagem do pescador Manuel, conforme é referido em Moutinho:

Na ocasião da tormenta, quando o vento assobia nas enxárcias e o mar arrebente com fragor no castelo da proa, agrada mais a Deus aquele que não larga o leme atento à vaga e ao vento, obedecendo no seu posto à voz do capitão, a cumprir o seu dever de marinheiro e com o pensamento elevado ao Altíssimo, do que aquele que vai para a coberta chorar e rezar transido de medo.

(Jornal “O Pescador”, 1940, Apud Moutinho, 1985: 188)

A única característica da personagem que não é evidenciada pelas críticas é o fato de a personagem exercer a sua actividade num barco dos Estados Unidos da América (EUA), o fenómeno migratório na pesca do bacalhau nunca foi um tema de agrado para o Estado Novo.

A bibliografia oficial do Estado Novo ignora quase em absoluto este fenómeno social, os alertas para o fenómeno migratório exprimem-se não raras vezes pela observância de fatores impeditivos, ou no mínimo dissuasores, vide o Decreto-Lei n.º 31 892, já referido neste trabalho. Perante o deserto da informação bibliográfica, são obras como este filme, “*Captains Courageous*”, que possibilitam, juntamente com a transmissão oral, e alguma imprensa, essencialmente regional, uma triangulação de dados que nos podem levar à apresentação de resultados sustentados. Outra fonte de informação, no caso da pesca do

bacalhau neste período histórico, é o cinema documental. A riqueza deste acervo filmográfico e videográfico é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa sobre a chamada “Faina Maior”. Obviamente que iremos desenvolver este tema, mas antes voltamos ao cinema de ficção.

Embora seja surpreendentemente estranho, é um fato que a produção cinematográfica nacional não é prolixa em produções sobre esta temática. Recordamos a adaptação da obra “Os Grandes Trabalhadores do Mar”, da autoria de Jorge Simões jornalista do “Diário da Manhã”, que posteriormente veio a ser secretário pessoal de Henrique Tenreiro, portanto homem de sua inteira confiança. Aliás o jornal “Diário da Manhã”, conotado com a direita mais radical do regime, era não raras vezes o veículo de transmissão da opinião ou da propaganda de Henrique Tenreiro. Na “Campanha” de 1941, a convite do GANPB, com o alto patrocínio de Henrique Tenreiro, Jorge Simões embarca no navio de pesca à linha *Gronelândia* durante toda a safra de pesca, onde faz uma observação directa do trabalho a bordo de um bacalhoeiro.

Desse acompanhamento resultaram artigos e reportagens jornalísticas que foram sendo impressas no referido “Diário da Manhã”. Essas várias peças jornalísticas foram posteriormente reunidas num único volume “Os Grandes Trabalhadores do Mar”, coletânea das reportagens escritas que valeu o prémio “Afonso Bragança”, instituído pelo SPN para premiar a reportagem-jornalística. Como era expectável, o livro tecia grandes encómios à política das pescas, à sua organização corporativa, louvava os destemidos pescadores que afrontavam os perigos de ataques das forças beligerantes, o elogio à política de neutralidade do governo português também estava presente. Claro que o reforço do estereótipo do pescador português que curiosamente se encontrou no “*Captains Courageous*”, era aqui reforçado com maior veemência. Esta coletânea escrita de reportagens que originou, “uma crónica de paz nos mares em guerra” era “fruste e apologética” (Garrido,2008:114 Apud Torgal & Paulo).

A adaptação para o cinema ocorreu em 1944, o título cinematográfico teve o sugestivo nome de “Heróis do Mar”, mas por razões de ordem económica, era uma produção privada e bastante ambiciosa, só com co-financiamento estatal é que veio a ser concluída, já em 1949. Para acontecer o financiamento estatal, apesar de Salazar sustentar que:

As grandes obras constroem-se no silêncio, e a nossa época é barulhenta, terrivelmente indiscreta. Hoje não se erguem catedrais, constroem-se estádios. Não se fazem teatros, multiplicam-se os cinemas. Não se fazem obras, fazem-se livros. Não se procuram ideias, procuram-se imagens.

(Salazar, 1932, Apud Ferro 1941:217)

O governo com o evidente interesse e apoio de Henrique Tenreiro e António Ferro terá considerado a possibilidade de prolongar o êxito internacional do “Captains Courageous”, a divulgação do pescador português inculcado dos valores morais e de bravura que o personagem “Manuel” apresentava, podia também acontecer no filme “Heróis do Mar”. Era esta representação social significativa do pescador que se pretendia reforçar, como é referido em Cunha:

Glorificar e prestar justiça aos humildes pescadores bacalhoeiros portugueses, que habitualmente e sem darem por isso, praticam o heroísmo de jogar a vida, em pleno oceano, e em plena luta contra ele, numa simples esquete de madeira, exaltar as suas virtudes, a sua nobreza, o seu carácter recto e bravo<sup>17</sup>

(Cunha, 2003: 10)

Ou este outro enaltecimento à actividade de pescador:

Este não é um filme como outro qualquer. É português. Trata de pescadores. Trata-se sem dúvida a circunstância de ser um filme sério. (...) É talentoso esboço de uma situação, de uma série de atitudes que bem demonstram o sentimento e o espírito da nossa boa gente do mar. **18**

(Cunha, 2003: 10)

Podia ser extrapolada para uma representação coletiva de uma nação marinheira, o “Reaportuguesamento” da identidade nacional com o seu étimo no período dos descobrimentos, o reconhecimento internacional desta construção de identidade coletiva era uma finalidade política do Estado Novo. A divulgação desta película pelos vários meios de comunicação foi de uma dimensão pouco habitual em Portugal. Apesar de não existirem ecos bibliográficos de êxito internacional, este filme “Heróis do Mar” realizado por Fernando Garcia foi galardoado pelo agora SNI de António Ferro, um tema “arrancado ao mar português que mostrava a vida rude dos bacalhoeiros”<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Diário da Manhã, 14-V-1949, 1 e 5, in Cunha, 2003:10

<sup>18</sup> Ribeiro, Filmes, figuras e factos da história do cinema português 1896-1949, Apud Cunha, 2003:10

<sup>19</sup> Nobre, Roberto, Singularidades do Cinema português, 1964, Apud Acciaiuoli, 2013:180

A alteração do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) em 1944 para Secretariado Nacional da Informação (SNI), prende-se com as alterações no cenário político internacional, bem como das teorias da comunicação. O SNP tinha sido criado num ambiente político onde as ditaduras e a propaganda institucional se assumiam como força política emergente no cenário internacional e com o aproximar do final do conflito mundial, com a cada vez mais evidente derrota das políticas ditatoriais, a palavra propaganda tornou-se nefasta. Basicamente foi esta a razão da mudança da agência da Cultura e da Propaganda do Estado-Novo e de António Ferro, evidente que outras mudanças foram suscitadas, mas essas eram recorrentes das dinâmicas próprias da ação governativa no tempo e no espaço.

Uma outra obra de ficção dentro desta teia dramática, envolvendo pescadores de bacalhau, é o filme “Cais do Sodré”, de 1946. A particularidade deste filme é a realização pertencer ao espanhol Alejandro Perla. Esta situação ocorre porque para além da ambicionada “Projeção Atlântica”, António Ferro não esquece o país vizinho, promove projetos de cooperação cinematográfica entre as duas nações ibéricas, assinando em 1941 com o diretor nacional da cinematografia espanhola, Manuel Garcia Vinolas, um acordo de permuta de projetos e meios técnicos entre os dois países. É dentro deste espírito colaborativo que surge Alejandro Perla a realizar este filme, aliás no mesmo ano, 1946, ele colabora como assistente de Leitão de Barros no filme “Camões” (Ribeiro,Carla,2010).

Apesar de ser uma obra pouco referida na filmografia portuguesa e na relacionada com o bacalhau em particular, sendo mesmo quase obscura, participam no filme nomes de referência do cinema português, como Virgílio Teixeira, Carlos Otero, Óscar Acúrsio ou Artur Agostinho; Conta também com a participação de Ana Maria Campoy, uma atriz com prestígio em Espanha e na América latina. A obra cinematográfica, em termos de mensagem não é diferente das outras, insiste-se na mesma representação social do pescador, nos seus diferentes papéis sociais, como chefe de família, marido, pai, pescador de bacalhau; Continua a exaltação da humildade e da honradez da pobreza, como é referido em Cunha: “Uma história de gente humilde e da sua feliz pobreza, sem orgulho nem miséria, dedicada à gente humilde da nossa terra, galeria de tipos populares forjados com sorrisos e lágrimas”, (Ribeiro, Filmes, figuras e factos da história do cinema português 1896-1949, Apud Cunha, 2003:11).

Destaca-se neste filme a estética do cenário onde ocorre a teia dramática. A imagem da taberna como espaço aglutinador da socialização entre o género masculino, não é comum o recurso a esta imagética na cinematografia temática do bacalhau durante o Estado Novo. Nesta película acontece uma clara associação do consumo de álcool ao pescador e à potenciação de conflitos. Esta associação casuística emana do estereótipo do homem pescador. Algumas vezes, como no caso deste filme, esta construção identitária também é veiculada pela ficção cinematográfica, apesar de não corresponder exactamente à realidade. O desconhecimento provoca esta fabulação, recorda-se a frase de Theotónio Pereira aquando do seu exercício de opinião sobre a gestão de conflitos com a classe piscatória, referindo “As gentes ariscas do mar”.

Esta imagem é o resultado do fechamento das diversas comunidades piscatórias do litoral português à sociedade envolvente, os contactos com o mundo exterior à comunidade são raros, a representação coerciva e assistencialista do Estado estava presente na comunidade através das vastas vezes referidas “Casas dos Pescadores”, os serviços básicos do Estado, bem como os serviços de vigilância estavam assim garantidos no interior da comunidade. Os elementos da comunidade que não tinham um envolvimento directo com a pesca resumiam-se aos comerciantes e a um número residual de profissionais liberais, professores, que normalmente representavam a intelectualidade da terra. Maioritariamente eram estes que iam organizando e incentivando a participação da comunidade piscatória em algumas associações culturais, desportivas e recreativas que iam surgindo.

Outro fenómeno social com origem neste encerramento é a endogamia, no seu significado antropológico. Era absolutamente excepcional acontecer uma união matrimonial com elementos exteriores à comunidade. Apesar deste isolamento relativamente à sociedade envolvente da comunidade, ele não era significativo de uma menoridade de conhecimento do mundo exterior. Paradoxalmente, era a comunidade fechada na sua terra de origem, que conhecia outras formas de viver, outras formas de socializar, outro tipo de relacionamentos. A manifestação de interculturalidade internacional, no período histórico do Estado Novo, onde o obscurantismo e o encerramento das fronteiras do continente português era a opção política, tinha a sua exceção no pescador de bacalhau. Se pensarmos no universo da massa trabalhadora portuguesa, os únicos com acesso directo a outras realidades sociais, eram efectivamente os pescadores de bacalhau.

Um outro aspecto distintivo da comunidade piscatória é o relacionamento de género. Se concordamos com a definição da taberna como o espaço simbólico da socialização masculina, um espaço que estava vedado ao género feminino, também consideramos redutor a apresentação tão simplista da taberna, podendo até, analisada isoladamente, ser indiciadora de uma comunidade marcadamente patriarcal, quando essa não é a realidade. Nas terras piscatórias o conceito de comunidade matriarcal está muito presente, especialmente nas comunidades onde existia uma elevada expressão de pescadores de bacalhau; É o elemento feminino da casa que faz a gestão do orçamento familiar, são elas as depositárias dos dinheiros, são as mulheres que zelam pela educação dos filhos, também são elas que tratam dos assuntos burocráticos, e que fazem os pequenos negócios de venda do peixe, e muitas vezes são elas que impõem um teto diário para os gastos do elemento masculino.

Obviamente que este papel organizador da mulher ocorre pelas longas ausências do elemento masculino, no caso do pescador de bacalhau, a permanência nos mares da Terra Nova nunca era inferior a seis meses, se associarmos o quotidiano profissional vivido no mar aquando da sua estadia na terra de origem, encontram-se as explicações para esta representação social da mulher nas terras piscatórias. Saliente-se que o pescador de bacalhau tinha um estatuto muito próprio nestas comunidades piscatórias, essa posição de reconhecimento era ainda maior quando se tratava de um pescador com a categoria de “especial”, era o cume da hierarquia a que se podia ambicionar. Mesmo em termos materiais, apesar da remuneração do trabalho ser insuficiente relativamente à produtividade do pescador e à dureza da faina, era superior aos proveitos retirados da actividade na pesca costeira. O conceito de pobreza relativa aplica-se na perfeição a esta realidade laboral e social.

O estereótipo transversal às obras analisadas do homem trabalhador, bom pescador, que se satisfaz com pouco, honesto, com sólidos valores morais, no âmbito da matriz judaico cristã, tornam o pescador português num trabalhador interessante para qualquer marinha de pesca do mundo. O facto de estarem de alguma forma já familiarizados com o espaço físico da pesca do bacalhau e a modesta valorização do seu trabalho pelas empresas de pesca portuguesas, também concorrem para o tornar um trabalhador apetecível.

Paradoxalmente a exaltação cinematográfica do pescador português, conforme os cânones do Estado novo pode ter contribuído para a potenciação do fenómeno migratório.

## 5-2 Cinema Documental

A produção de filmes documentais sobre a pesca do bacalhau, com incidência no espaço temporal da vigência do Estado Novo teve uma expressão considerável. No entanto é essencial diferenciar as motivações e objetivos dessas realizações, bem como o espaço temporal em que acontecem. Numa primeira fase que ocorre nas décadas de 30 e 40, assiste-se à propaganda ao regime no seu sentido estrito. São relevadas a inculcação ideológica; a exaltação da vocação marítima da nação; os progressos técnicos da nossa construção naval; cultiva-se o religioso; louva-se o Grémio; o armador amigo do pescador; a bondade da obra assistencialista das pescas com as suas Casas dos Pescadores; o esforço do Estado na materialização do corporativismo; a sacralização do pescador como o redentor do navegador das descobertas. Estas mensagens também estavam no âmago das tramas do cinema ficcional, aliás estas mensagens são constantes nas mais variadas representações ideológicas do Regime de António Oliveira Salazar.

A máquina de propaganda de António Ferro, o SPN, repetia-as até à exaustão; Alguns dos filmes documentais desta época são produzidos exatamente pelo SPN e existem outros casos em que a produção é patrocinada por entidades corporativas, como a CRCB ou o GANPB. Existe até o caso de um armador ter financiado o filme documental da celebração dos bacalhoeiros, em 1954, já um pouco fora do contexto desta primeira fase, mas na persecução da mesma linha ideológica, para ofertar a Henrique Tenreiro.

Uma segunda fase acontece após a IIGM, prosseguindo até ao desmoronamento da “*White Fleet*”, e tem a particularidade muito especial de os autores desses filmes documentais serem estrangeiros, oriundos de outras culturas. Este processo iniciou-se com Alain Villiers e a sua obra “*The Bankers – The Voyage of the Schooner Argus*”, o mediatismo do autor, proporcionou uma divulgação internacional da “*White Fleet*”, da cultura portuguesa e da sua identidade coletiva e individual, diz Alain Villiers:

Ao todo, possivelmente 250 000 americanos conhecem agora o que é pescar bacalhau à linha de mão nos Bancos da Terra Nova e nos frígidos e tempestuosos mares ao largo da Gronelândia. O filme foi muitíssimo admirado pelas passagens emocionantes da vida do pescador e pela beleza dos lugres portugueses.

(Villiers, 2005:14)

Acrescentamos que nos *Grand Newfoundland Banks*, nos *Virgin Rocks*, existe um pesqueiro conhecido por *Portuguese Shoal*, é o único com referência a uma nação, ou a um povo. O filme documental teve sequência, com o “*The White Fleet – Portuguese Fishermen on the Grand Banks of Newfoundland*” nos anos de 1950. Um outro documentário “*White Ship*”, foi produzido em 1966, do canadiano Hector Lemieux, com o patrocínio da National Board Film, do Canadá: “*The White Ship*”, era uma narrativa de viagem sobre o lugre *Santa Maria Manuela*, mas ia muito além da evocação aprazível do veleiro e dos seus homens. Ainda hoje será dos melhores documentários disponíveis sobre o tema” (Garrido,2005:13 Apud Villiers 2005).

Posteriormente, com produção da conceituada National Geographic Society, o filme “*The Lonely Dorymen – Portugal’s Men of the Sea*” de 1968, quando já era por demais evidente o fim da mítica “*White Fleet*”, deixa um retrato antropológico de enorme utilidade para qualquer estudo sobre a pesca do bacalhau, não esquecendo a imensidão de canais de comunicação que uma organização como a *National Geographic* proporciona. Individualizámos as referências a estes filmes documentais porque são marcantes na divulgação internacional da cultura portuguesa, essencialmente a partir de Alain Villiers, a divulgação internacional da “*White Fleet*” e da sua história atingiu projeção mundial. A realização e produção destes documentários fazem uma abordagem diferente da atividade, pesca do bacalhau. No lugar da propaganda e da exaltação do regime e dos seus dogmas, surge uma abordagem antropológica e sociológica. Uma aproximação ao estudo dos factores endógenos e exógenos que levaram ao prolongamento no tempo deste tipo de pesca que já ninguém mais praticava. A mistificação da “*White Fleet*” estava presente, essencialmente em Villiers. Esta temática será desenvolvida no capítulo que terá a sua centralidade na Terra Nova e no porto de *St. John’s*.

Existe ainda uma importante terceira fase documental que se concretiza a partir dos anos de 1980, trata-se de um processo de rememoração da “Faina Maior”<sup>20</sup>. A produção destes documentários de imagens está associada a instituições subsidiárias do Estado, como a RTP, mas não só, o Museu Marítimo de Ílhavo também produziu alguns filmes documentais, bem como a estação televisiva SIC e a CBC Canadiana. Esta fase de produção documental, com meios técnicos muito mais sofisticados, já ocorre com um

---

<sup>20</sup> Outra forma afetiva de denominar a pesca do bacalhau

distanciamento temporal que permite colocar novas equações, a memória da “*White Fleet*” é reportada nos dois lados do Atlântico, é esta a riqueza documental desta terceira fase. Esta fase também será desenvolvida no capítulo sobre a Terra Nova, até porque a sustentação deste trabalho, a objetivação dos relacionamentos interculturais, das diferentes representações culturais, a diversidade cultural, apoiam-se nestes registos documentais e o espaço físico referencial para a consumação desses encontros e diálogos interculturais é *St. John's*, todos os caminhos da construção intercultural, institucionais, formais, informais, passam por lá.



## **CAPÍTULO VI - O APÓS II GUERRA MUNDIAL**

A celebração deste plano de recuperação da Europa, o Plano *Marshall*, deu-se em 1947, o objectivo dos Estados Unidos era apoiar a recuperação económica do mundo ocidental, solidificar as suas políticas de aliança, ajudar a consolidar as fronteiras do ocidente europeu, face ao avanço do poder soviético. A Alemanha, o seu território, foi retalhado entre os dois grandes blocos. A União Soviética logo começou a desmontar fábricas na sua zona de influência e a transportá-las para a Rússia, as forças ocidentais também começaram por exigir reparações de guerra e desintegraram alguns empórios industriais, mas logo reconheceram o erro das excessivas reparações de guerra inscritas no Tratado de Versailes, que fomentaram a emergência de um personagem como Hitler. Consideraram vital a integração alemã na persecução da recuperação económica da Europa ocidental. Assim, o setor ocidental, refundado como República Federal Alemã também recebeu o apoio financeiro do plano *Marshall*.

A alavanca do plano *Marshall* resultava, a Europa ocidental estava num processo de recuperação e desenvolvimento económico avançado (Cameron, 2004). O regime português não demonstrou grande entusiasmo pelo plano, Salazar também aderiu em 1948, mas sem grande ânimo, Fernanda Rollo diz:

Na verdade, no escasso período de praticamente um ano, que se inicia com as primeiras reacções das autoridades portuguesas ao discurso do general Marshall (início de Junho de 1947) e culmina em Agosto-Setembro de 1948, as autoridades portuguesas operam uma mudança radical na sua posição face ao auxílio financeiro norte-americano. De uma inicial atitude de rejeição do auxílio, formalmente anunciada em Setembro de 1947, as autoridades portuguesas viram-se compelidas a solicitá-lo precisamente em Setembro do ano seguinte.

(Rollo,1994:841)

As razões prendem-se com a relutância em aceder às condições impostas pelos norte-americanos, que de alguma forma significavam, uma ingerência na política económica e financeira do governo português. Exigências como a previsão e a provisão dos dados referentes à balança de pagamentos para os anos civis até 1952, ou a confirmação de dados já anteriormente fornecidos pelo executivo, ou a confirmação sobre a nossa situação cambial, não eram do agrado de Salazar. Homem temeroso, também receava que fosse criado um fundo comum europeu, no qual a nossa reserva de dólares fosse incluída.

Ponderada a situação por outro prisma, os dinheiros do plano Marshall destinados ao fomento e desenvolvimento industrial eram muito bem recebidos e de uma necessidade premente. A indústria das pescas, mais especificamente, a da “Grande Pesca”, também

necessitava de injeção de capital. A política do “Orgulhosamente Sós”, com o subsequente isolamento político, dificuldade nas relações comerciais, quebra de diálogos interculturais, era de difícil continuidade no cenário do após guerra. Os interesses geoestratégicos de Portugal também exigiam alguma abertura política e cultural. O convite Franco-Inglês para aderir à Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), foi bem recebido. Por outro lado também se iniciaram as negociações em 1949 para a cedência da Base das Lajes aos norte-americanos e a nossa aderência à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

A centralidade geoestratégica dos Açores no cenário político do após guerra facilitou em muito a quebra do isolamento do regime português. Mas os Açores também tiveram relevância na “*White Fleet*”, um considerável número de pescadores açorianos participaram na pesca do bacalhau. Os Açores e as suas gentes têm uma profunda relação intercultural com a América do Norte, embora reconheçamos que essa dimensão foi suscitada pela pesca da baleia, com o recrutamento massivo de pescadores açorianos por empresas baleeiras norte americanas, não é desprezível a pesca do bacalhau na persecução dessa corrente migratória. Muitos pescadores de bacalhau destas ilhas se estabeleceram na América do Norte, as redes de apoio familiar ou de amigos agilizavam esses movimentos migratórios. Os Açores também devido à sua centralidade atlântica, chegaram a ser equacionados pelo aparelho corporativo das pescas para a instalação de toda uma estrutura de apoio a montante e a jusante da pesca, um pouco à semelhança de como os franceses operavam com *Saint Pierre et Miquelon*, territórios de administração francesa, com serviços de apoio e secas de bacalhau instaladas.

O destaque dado ao plano *Marshall* neste trabalho justifica-se por três ordens de razões, a primeira porque o plano foi essencial na construção do maior ícone da pesca do bacalhau, a obra que num plano individual mais verba afectou do plano, o novo navio de assistência à frota bacalhoeira, o novo *Gil Eanes*, o relevo da pesca do bacalhau na política económica e financeira do Estado Novo prolongava-se no tempo, como é referido por Garrido:

[...] O GANPB beneficiou de um crédito no valor global de 583 000 dólares resultante da ajuda Marshall, destinado a financiar a construção do novo navio-apoio da frota bacalhoeira. Dos poucos organismos corporativos e de coordenação económica que beneficiaram de verbas provenientes do European Recovery Program, o grémio do bacalhau foi aquele que recolheu o montante mais elevado

(Garrido, 2010:292).

Um navio de concepção moderna, preparado de raiz para a sua função assistencialista, estava equipado com sala de enfermaria, uma sala de operações e gabinetes médicos. A preocupação da moral e da religião também estava presente, existia espaço próprio para a celebração do culto e do acompanhamento moral. A estrutura do navio também comportava porões refrigerados, bem como porões de carga normais, para apoio logístico à frota. O casco também foi reforçado para desempenhar funções de quebra gelos em situações de emergência de apoio a algum navio. A dimensão do navio era de tal grandeza que se tornou reconhecido por toda a frota a pescar no Atlântico Norte.

O apoio aos pescadores era universal, em casos de necessidade urgente, barcos e pescadores de todas as nacionalidades eram indiferenciadamente apoiados. O novo *Gil Eanes* era o cenário privilegiado para o desenvolvimento do diálogo intercultural. Logo no cerimonial do bota-abixo, nos estaleiros de Viana do Castelo, Tenreiro no seu discurso enalteceu a colaboração dos Estados Unidos da América na construção do navio e louvou a presença nessa cerimónia do encarregado de negócios do Canadá em Lisboa.

Logo nas festividades do batismo do navio se referiu que o papel de embaixador itinerante da cultura e identidade portuguesa estariam presentes na sua atividade. Era recorrente, como diz um antigo Comandante deste navio, Mário Esteves<sup>21</sup>:

Visita do “Gil Eanes” no fim da sua época de serviço na Groenlândia, ao porto de Gronnedal onde se encontrava instalada a base da Nato, no Noroeste do Atlântico e, onde eram considerados dias de especial convívio os dois dias de permanência do “Gil Eanes” no porto; visita anual, por cortesia, do N/m “Gil Eanes” ao porto de *Godthaab* - capital da Groenlândia - a fim de homenagear e receber a bordo, não só as autoridades mais representativas da província, como as pessoas mais importantes da terra e, especialmente o corpo clínico do hospital local; facilidade do “Gil Eanes” em pôr à disposição dos hospitais groenlandeses o corpo clínico do navio para ajudarem em algumas intervenções clínicas feitas em terra e a naturais da Groenlândia.

(Esteves, 1996 Apud vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt, 2007)<sup>22</sup>

Este relato de uma das suas visitas é bem ilustrativo da sua importância na dinamização de relações e pontes culturais estabelecidas. É indiscutível que o novo *Gil Eanes* ofereceu uma nova relevância e prestígio a Portugal.

---

<sup>21</sup> Comandante do novo navio “Gil Eanes” de maio de 1959 a março de 1971

<sup>22</sup> Entrevista com Mário Esteves em 1996. Acedido outubro, 21, 2015. vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt, 2007

A segunda razão tem as suas raízes no contributo para a modernização da frota, essa renovação tão legislada, algumas vezes concretizada, mas com opções de construção muito pouco razoáveis, daí a quase eterna temática da renovação. O dinheiro do plano *Marshall* ofereceu alguma dinâmica aos projetos renovadores ainda que de forma indireta. Os armadores e as organizações corporativas tinham plena consciência das crescentes dificuldades de recrutamento de mão-de-obra, essencialmente para os navios de pesca à linha, as condições salariais não eram apelativas.

O presidente da CRCB afirmava em 1955 “No dia em que a assistência à frota bacalhoeira cessasse, tornar-se-iam extremamente difíceis as matrículas para a pesca do bacalhau, especialmente para os navios de linha” (Garrido,2010:293). O argumento da assistência nos mares da Terra Nova, a possibilidade de construir um navio moderno para esse fim, ainda colhia algum efeito na angariação de matrículas para a pesca. A objetivação dessa construção carecia de capitais próprios do armamento ou do grémio. Como a construção do navio foi financiada pela ajuda *Marshall*, libertaram-se os capitais próprios e outros modelos de fomento, como o Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca (FRAIP) criado em 1953, para a modernização da frota. Desta forma prolongava-se a manutenção da frota nos mares da Terra Nova e mantinham-se os laços que ligavam comunidades dos dois lados do Atlântico norte.

Por último a questão alemã, a recuperação económica da nova República Federal Alemã teve um forte contributo do plano *Marshall*, a reindustrialização do país foi notável, a necessidade de mão-de-obra levou a que muitos alemães da diáspora regressassem, a população cresceu, bem como as necessidades de produção alimentar. A Alemanha Federal, um país novo e sem tradição na pesca do noroeste atlântico, começa a construir navios e a partir dos anos de 1950 a enviá-los para a pesca do bacalhau.

É curioso que o Governo Alemão, mais concretamente o seu Departamento de Pescas, tenha acordado com a Corporação Portuguesa das Pescas uma reportagem a bordo do novo *Gil Eanes*, como diz o comandante Mário Esteves: “Efetivamente o escritor alemão *Max Stantze*, acompanhado de uma equipa de filmagens e de som, realizou um documentário para o Departamento de Pescas do Governo Alemão” (Esteves, 2001 Apud

vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt, 2007)<sup>23</sup>. A frota alemã rapidamente atinge uma dimensão considerável, quer em termos numéricos quer no respeitante à evolução técnica das suas construções e dos modelos de pesca. Começa aqui um conflito de interesses que irá penalizar de alguma forma a pesca portuguesa, o recrutamento de pescadores para a “Grande Pesca” apresentava dificuldades, já se tornava frequente a coação da polícia política, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), no sentido de engajar pescadores para a pesca do bacalhau. A nova frota alemã também tinha dificuldades de recrutamento dentro das suas fronteiras, o aliciamento a pescadores portugueses era efetivo, as condições propostas eram substancialmente melhores. Assiste-se a uma demanda de pescadores portugueses que colide com os interesses da indústria portuguesa.

---

<sup>23</sup> Entrevista com Mário Esteves em 1996. Acedido outubro, 21, 2015. vilapraiadeancora.blogs.sapo.pt, 2007

**CAPÍTULO VII - A TERRA NOVA – *ST. JOHN'S*; PORTO DE ABRIGO**

A transcrição directa do nome dado por Corte Real ao território, Terra Nova para Newfoundland e da península do Labrador dever o seu nome ao navegador português Fernandes Lavrador, revela relações de séculos, como referimos na introdução deste trabalho. A história da Terra Nova-*Newfoundland* no século XX, essencialmente até ao final da década de cinquenta do século XX, tem alguma similitude com a história portuguesa. Ambos os territórios passaram por graves crises económicas, sensivelmente na mesma época, que acabaram por gerar períodos longos de défice democrático, com gestões autocráticas.

A Terra Nova-*Newfoundland* teve uma fase crítica com a banca rota de 1932, a dificuldade de obtenção de crédito junto de entidades externas, a pouca dimensão do mercado interno para sustentar uma recuperação económica, obrigou o recurso a soluções extremas.

A suspensão da constituição aconteceu e foi imposta uma comissão executiva composta por três elementos: um representante da Coroa inglesa; um representante da banca, canadiano; e um representante de *Newfoundland*, um banqueiro também canadiano. Esta comissão foi empossada em 1934, governaria até que acontecesse o equilíbrio das contas públicas, até a economia proporcionar a auto sustentabilidade do território. Estando efetivada a normalização económica, haveria outro item a ser cumprido para acontecer o fim da comissão executiva e o conseqüente regresso dos preceitos constitucionais e a normalidade democrática, o povo de *Newfoundland* deveria manifestar-se através de um referendo pelo restabelecimento de um executivo eleito pelo voto universal. Este conjunto de acontecimentos está bem retratado neste artigo de Jeff A. Webb:

O relatório foi amplamente elogiado. Muitos dos habitantes de Newfoundland tinham perdido a fé nas suas instituições democráticas e sentiam que tinham um preço a pagar em troca de ajuda britânica. A pobreza e a violência gerada pela Grande Depressão ameaçavam um colapso da ordem pública, e muitos dos cidadãos dariam por bem-vinda qualquer coisa que promettesse a segurança de pessoas e bens. Poucas vozes questionaram a sensatez de se acabar com um governo responsável - embora os cidadãos de Newfoundland soubessem o quanto tempo a Comissão haveria de durar, e poderiam surgir mais vozes de oposição.<sup>24</sup>

(Webb, Jeff A. 2001)<sup>25</sup>

Recordamos que os motivos para o golpe de Estado de 1926 em Portugal eram muito semelhantes, também se prendiam com a instabilidade política, falta de segurança e caos

---

<sup>24</sup> Tradução livre do autor do original *Impacts of the Collapse of Responsible Government, 1929-1934*

<sup>25</sup> *Impacts of the Collapse of Responsible Government, 1929-1934*. Acedido outubro, 19, 2015, em <http://www.heritage.nf.ca/articles/politics/collapse-responsible-government.php>

económico. Foi exactamente pela manutenção da paz social e da disciplinação das contas públicas que começou a glorificação de Salazar, “ O Salvador da Pátria”. A Terra Nova, mais propriamente *St. John's*, era uma terra também próxima de um modelo de comunidade, onde a grande maioria das pessoas viviam da pesca, ou de trabalhos subsidiários da atividade piscatória, a afetividade da relação com o mar e a pesca eram comuns aos dois povos, essencialmente às comunidades de origem dos pescadores que demandavam à pesca do bacalhau.

A indústria das pescas era de primordial importância para o desenvolvimento económico da Terra Nova. O outro fator comum era a insuficiente remuneração que os pescadores da Terra Nova auferiam, sendo a profissão de pescador associada ao estatuto de pobreza, em termos relativos claro, se comparada com os proventos do pescador português a remuneração tornava-se satisfatória. Este conjunto de factores criou um sentimento generalizado de empatia para com os pescadores portugueses. Acresce que a maioria da população de *St. John's* era católica, como ficou bem patente no referendo de 1948. Recordamos que este agendamento de referendo ficou estabelecido aquando do acesso ao poder executivo da comissão governativa tripartida em 1934. As condições impostas estavam cumpridas, o equilíbrio das contas públicas e a vontade popular de regressar a um sistema democrático.

Para a devida preparação do referendo, o governo inglês anuncia em 1945 a realização de eleições para uma Convenção Nacional, a realizar em 1946, que iria estudar as propostas constitucionais e quais as opções que se colocariam no boletim de voto para referendar. Uma das opções do referendo era a assunção da Terra Nova como Estado independente; Defendida pelos católicos, esta opção foi derrotada por uma diferença mínima de votos, mas na área geográfica de *St. John's*, foi a proposta da independência que teve a maioria dos votos, sustentada pela maioria católica dos seus habitantes. A proposta vencedora foi no entanto, a que propunha a anexação à confederação canadiana, a maioria dos votantes nesta proposta provinham das regiões onde a maioria da população professava o cristianismo protestante. Assim a Terra Nova juntamente com a península do Labrador tornou-se na décima província da confederação canadiana com o nome de *Newfoundland and Labrador*, era a província mais pobre de toda a confederação. Desta anexação promulgada em 1949 emergiu o nome de Joseph Smallwood, um homem com um já longo

passado político e que tendo sido eleito para a Convenção Nacional em 1946, logo se destacou como membro da Comissão *Otava*, e conseqüentemente como líder da facção apoiante da anexação à confederação canadiana, Smallwood foi primeiro-ministro de *Newfoundland and Labrador* desde 1949 até 1971<sup>26</sup>.

As relações institucionais sempre foram uma preocupação do governo português, os canais diplomáticos com as autoridades representativas da região da Terra Nova sempre estiveram abertos. Neste quadro há que realçar a visita de Pedro Theotónio Pereira a *Saint John's* em 1948, à época embaixador de Portugal em *Washington*. A relevância política de Theotónio Pereira era bem conhecida pelas autoridades de *Newfoundland*, as manifestações de apreço pela sua presença eram evidentes, até porque a presença de uma figura com esta dimensão no contexto político português, era o reconhecimento da importância que a Terra Nova tinha para a governação portuguesa. As preocupações de Portugal, para além de auscultar as diversas sensibilidades que se projetavam em relação ao referendo, era tentar perceber a estratégia que adviria dos resultados desse referendo, qual o futuro paradigma da política internacional iria ser adotado. O posicionamento dos países da costa do Noroeste Atlântico, relativamente a adoção de zonas de mar territorial mais extenso, gerava preocupação entre o Estado português. Era opinião da diplomacia portuguesa que se devia marcar uma posição forte, com o argumentário sustentado na longa presença nestes mares, daí advindo direitos históricos. Era também de extrema importância a diferenciação positiva do modelo de pesca que a grande maioria dos navios portugueses utilizava, reconhecidamente sem os efeitos devastadores de outras frotas bacalhoeras. É exatamente em 1948 que os Estados Unidos da América promovem uma convenção entre os países com interesse nas pescas na região do Atlântico a oeste dos 42º de latitude norte, dessas zonas de pesca fazem parte, como é referido em Moutinho: “Quanto à área abrangida pela Convenção foi dividida em cinco subáreas – Bancos da Gronelândia, Bancos do Labrador, Bancos da Terra Nova, Golfo de S. Lourenço, Bancos da Nova Escócia, e Bancos do Maine e da Nova Inglaterra”, (Moutinho, 1985:114). Exatamente as áreas em que a frota bacalhoeira portuguesa se movimentava. Alguma base da política de subsistência, eixo estruturante das políticas económicas do Estado Novo, ainda que de forma indireta se discutia nesta convenção. A Convenção resultou na criação de um organismo de gestão internacional, em 1950, com o

---

<sup>26</sup> Library and Archives Canada: Archived Canadian Confederation. Joseph (“Joey Smallwood”). Acedido outubro, 19, 2015. <https://www.collectionscanada.gc.ca/confederation/023001-4000.72-e.html>.

nome de “Convenção das Pescarias do Noroeste Atlântico” que originou uma Comissão Internacional das Pescarias do Noroeste Atlântico (ICNAF).

É neste quadro internacional de extrema importância para a manutenção das políticas de António Oliveira Salazar que a visita de Theotónio Pereira ocorre. Sabemos também da extrema confiança que Salazar depositava em Theotónio Pereira, da sua importância superlativa no campo das relações internacionais do Estado Novo.

Supomos que toda esta envolvência ativa de Theotónio Pereira obedeceu a um plano antecipadamente elaborado e com sólidos fundamentos. Enquadramos nessa perspectiva o convite feito a Alan Villiers para efetuar uma “Campanha do Bacalhau” a bordo de um navio da “*White Fleet*”, essa viagem seria feita a bordo do lugre de quatro mastros, construído em aço, o *Argus*.

Efetivamente a dimensão internacional da “*White Fleet*” só ocorre verdadeiramente após o registo épico de Villiers, a escolha não foi de forma alguma aleatória: Alan Villiers era um conceituado marinheiro, um jornalista-repórter, um explorador náutico, renomado em assuntos do mar e de navios, a sua influência estendia-se à conceituada “*National Geographic*”. A sua obra literária e documental sobre temas náuticos era amplamente reconhecida, especialmente no mundo anglo-saxónico, onde o seu prestígio também era cimentado pela sua participação ativa na IIGM ao serviço da “*Royal Navy*”. Alan Villiers era o homem ideal para abrir portas no mundo de expressão inglesa à propaganda da pesca do bacalhau e do Estado Novo, a escolha de um veleiro para a realização da sua viagem de relato da campanha não era gratuita.

Quando se aproximavam as negociações dos mares territoriais, de uma actualização dos direitos do mar, do alargamento das zonas económicas exclusivas, era importante reforçar os argumentos do Estado português, divulgar no mundo da esfera anglo saxónica que o nosso modelo de pesca era bem diferenciado dos modernos arrastões, que a pesca feita pela “*White Fleet*” não era atentória da manutenção da fauna marinha, era uma pesca sustentável. O relato de Alan Villiers seria um veículo excelente para captar simpatias internacionais e fortalecer a posição portuguesa no contexto das organizações internacionais do mar e das pescas que iam surgindo.

A obra de Alan Villiers “*The Quest of the Schooner Argus*”, ou em português “A Campanha do *Argus*” foi publicada em 1951, tendo tido um enorme sucesso, a consolidação das posições portuguesas nas convenções internacionais sobre o mar também foi um fato, aconteceu mesmo a assunção da presidência da importante ICNAF entre os anos de 1953 e 1957.

Para a efetivação deste reconhecimento da importância da frota portuguesa no sector pesqueiro e da tomada de posições relevantes nas organizações internacionais, também certamente contribuiu Henrique Tenreiro, sempre um fiel escudeiro de Theotónio Pereira. O plano da visita à Terra Nova também consistia num aprofundamento do relacionamento pessoal com Joseph Smallwood.

Henrique Tenreiro já tinha fomentado esse estreitar de relações no campo informal, chegando a estabelecer relações pessoais e de amizade com o, a partir de 1949, Primeiro-ministro de *Newfoundland and Labrador* (NFL). Presença assídua nesses areópagos internacionais do mar e das pescas, era a de Tavares de Almeida, o durante dezassete anos indigitado capitão de bandeira do *Gil Eanes*, do novo e do velho, que tinha relações institucionais privilegiadas com a província da Terra Nova e Labrador. As alterações à extensão das águas territoriais eram, como já referimos, um assunto recorrente nesta época do pós guerra. Aconteceram as conferências de Genebra sobre o Direito do Mar, realizadas nos anos de 1958 e 1960, mas nada aqui ficou convencionado, a alteração dos limites territoriais teve um processo evolutivo e as decisões no início da sua aplicação foram unilaterais, não existindo a princípio uma convenção internacional que tivesse figura de lei internacional.

A generalidade dos países que possuíam costas marítimas ricas em bacalhau optou pela reserva das seis milhas como sua área exclusiva de pesca, alguns países alargaram esse limite até às doze milhas, outros como a Dinamarca, o Canadá ou a Dinamarca mantiverem uma legislação com alguma permissividade, passível da existência de acordos individuais. Neste contexto Portugal conseguiu fazer valer os seus argumentos, o acordo com a Dinamarca para a manutenção da pesca na costa da Gronelândia foi conseguido, os navios de pesca à linha mantiveram a pesca dentro das águas territoriais dinamarquesas, os acordos foram sucedendo-se até 1973. Também no que concerne ao Canadá e mais concretamente à Terra Nova, os barcos da “*White Fleet*” mantiveram a possibilidade de

pescar no mesmo território marítimo que sempre o houveram feito, este acordo foi sendo renovado, mantendo-se a liberdade de pesca até data posterior a 1974.

Ressalvamos no entanto que este acordo não abrangia os navios portugueses da pesca do arrasto, para estes, o acesso à zona das águas territoriais estava impedido. Este conjunto de acordos diplomáticos só pode significar que a estratégia da governação portuguesa das pescas produziu trabalho diplomático de qualidade, a relevância da manutenção destes acordos, reflete para além da capacidade diplomática, um histórico de relações interculturais que souberam ser preservadas. Existiram uma sucessão de celebrações institucionais que ajudam a explicar a manutenção da presença portuguesa na Terra Nova.

Apesar de o tema *Gil Eanes* já aqui ter sido sobejamente analisado, ainda existem aspetos, que por terem um foco muito especial na cidade de St. John's só agora serão reportados. A situação verdadeiramente excepcional que o navio "Gil Eanes" possuía perante os serviços alfandegários da Terra Nova é bem merecedora desta individualização. O Comandante do novo *Gil Eanes*, Mário C. Fernandes Esteves, descreve com a ênfase adequada este estado de exceção, as facilidades que o navio encontrava no porto de *Saint John's*:

Era tanto o prestígio que o "Gil Eanes" gozava nos portos da Terra Nova e, em especial, no porto de St. John's que nos era atribuído um estatuto muito especial de que, mais nenhum navio gozava. Assim, em emergência, ao serviço da frota era-nos permitido sair do porto de St. John's sem tratar de qualquer documentação para a saída e regresso ao cais de partida - que entretanto ficara reservado - sem qualquer documentação de entrada a não ser dois simples telefonemas para o Capitão do porto e para a Alfândega. Ainda nesse porto, apenas ao "Gil Eanes" era permitido trocar material directamente com qualquer navio de pesca português sem a mínima interferência ou fiscalização das autoridades alfandegárias que, naturalmente, recebiam a nossa comunicação prévia do que pretendíamos fazer e quando. Se estas atitudes, que sabia nunca terem sido concedidas a outro qualquer navio, não representavam prestígio e motivo de orgulho então não sei o que essas palavras significam

(Esteves, 1996 Apud <http://vilapraiaedancora.blogs.sapo.pt/22002.html>, 2007).

Acrescentamos que é um sinal inequívoco de um profundo relacionamento intercultural.

Para finalizar o tema *Gil Eanes*, neste caso também reportando ao novo navio, realçamos que em todas as pesquisas por nós efectuadas, em todos os contactos estabelecidos para confirmação ou triangulação de dados recolhidos, a referência à maior celebração religiosa a que a cidade portuária de *St. John's* jamais terá assistido é unânime e prende-se com a chegada do "Gil Eanes", na sua viagem inaugural em 1955, trazendo uma réplica fiel da imagem da N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Fátima, como oferenda ao povo de *Saint John's* e da Terra Nova,

como prova de gratidão, de reconhecimento da solidariedade e bem receber, que a população da Terra Nova sempre terá dispensado aos pescadores portugueses.

Esta oferta, supostamente uma vontade dos pescadores portugueses, que até poderá ter sido genuína, foi meticulosamente preparada. A participação monetária para a oferta da imagem da N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Fátima à Catedral Católica de *St. John's* por parte do armamento português, incentivada por Henrique Tenreiro, foi pacífica. A organização da viagem e a procissão das velas a efectuar na cidade da Terra Nova foi meticulosamente preparada por Tenreiro. O *Gil Eanes* foi investido de uma «Missão» que a propaganda apresentou como «Divina» ” (Garrido,2009:213). Este propósito estava muito para além da manifestação religiosa, aproveitando o fervor religioso e o apego identitário do povo português à imagem da N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Fátima, Henrique Tenreiro idealizou uma campanha de propaganda internacional ao regime, não isenta no entanto de alguma conflitualidade. As autoridades da Terra Nova não se entusiasmaram com os propósitos de Henrique Tenreiro que pretende organizar uma procissão, que servirá também para o transporte da oferta, desde o cais de *St. John's* até à Catedral católica da cidade<sup>27</sup>. Era público a existência de algum mal-estar motivado por notícias e comentários críticos na imprensa regional da Terra Nova sobre a doutrina política vigente em Portugal e das insuficientes condições de trabalho oferecidas aos pescadores portugueses.

A autorização da procissão chegou a ser negada pelas autoridades canadianas, inclusive pelo mais alto prelado católico de *St. John's*. No entanto o espírito resiliente de Tenreiro, a sua louvada capacidade organizativa e a sua persistência fizeram acreditar que era possível acontecer a manifestação religiosa em terras da Terra Nova, conforme refere Álvaro Garrido:

A 27 de Maio, a capital da Terra Nova assistiu pela primeira vez a uma procissão das velas cuja memória ainda hoje persiste na cidade e nas províncias atlânticas da América do Norte.” A recusa inicial das autoridades eclesiásticas locais em autorizar a procissão, incluindo a do Bispo católico de Saint John's, emprestou aos relatos do evento um tom dramático e triunfal, certamente irresistível para os repórteres do regime. Evocando o profundo desgosto que o impedimento da procissão causaria aos pescadores portugueses, Tenreiro terá dito que a causa era sagrada, pedindo ao ministro dos estrangeiros, Paulo Cunha, que instrísse a legação portuguesa em Otava no sentido de demover os bispos e reverendos canadianos

(Garrido,2009:214-215).

---

<sup>27</sup> Ver anexo 1, metade inferior da pp 145 – Oferta da imagem da N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Fátima. Procissão.

O cerimonial acabou por se realizar, estava presente para além de Henrique Tenreiro, que participou na viagem inaugural do *Gil Eanes*, o convidado de honra Alain Villiers, como volta a ser referido por Garrido:

A entrada do Gil Eanes no porto de St. John's correu como desejara e planeara, foi espectacular e estridente, emocionou e cativou. Os trinta e oito navios da frota portuguesa ali fundeados apitaram sem cessar durante meia hora. E uma multidão popular, na qual se distinguiam os pescadores portugueses, encheu por completo o cais da Navy, onde o Gil Eanes teve honras de atracar. Promovendo a sua ligação emocional com os pescadores, Tenreiro fez toda a procissão carregando em ombros o andor com a imagem da Virgem de Fátima, acompanhado do comandante Tavares de Almeida e de dois capitães, desde o porto da cidade à Sé Catedral, num majestoso e impressionante cortejo participado por dois mil quinhentos pescadores portugueses cantando o hino de Fátima transmitido pelos alto-falantes do Gil Eanes.

(Garrido, 2009:215-216).

Os relatos apontam para a presença de quatro mil pescadores portugueses ao longo do percurso da procissão, misturados com a multidão de habitantes locais que também assistiram ao cortejo religioso, recordamos a maioria religiosa da confissão católica entre os naturais de *Saint John's*.

Para além da pesca, o comércio do bacalhau salgado seco, também fomentava relações comerciais entre Portugal e a Terra Nova, que obviamente suscitavam relacionamentos e diálogos interculturais, este território exportava em quantidades bastante consideráveis bacalhau salgado seco para Portugal; Tendo sido a par da Noruega o principal fornecedor de bacalhau salgado seco a Portugal, sendo inclusive, durante o período de duração da segunda guerra mundial, o único fornecedor activo. Mesmo sendo um parceiro comercial de referência no mercado do bacalhau seco não deixaram de existir dificuldades nas negociações, desde logo um manifesto desequilíbrio na balança de transacções comerciais. Mesmo o sal que exportávamos para a Terra Nova suscitava problemas logísticos.

A obrigatoriedade de entregarmos o sal nos vários portos da Terra Nova, obrigava a um esforço de distribuição dispendioso e algumas vezes com desenlaces trágicos. O navio vapor português *Catalina*, com o mesmo nome de uma cidade com tradição piscatória da Terra Nova, foi afundado por submarinos alemães em 1942 em águas da Terra Nova, morrendo toda a tripulação, aquando da viagem para a entrega de sal português. Um outro momento trágico aconteceu quando um outro cargueiro português que também transportava sal para um pequeno porto da Terra Nova se afundou à sua entrada por deficiente orientação do piloto oficial desse porto. O sal vendido por Portugal à Terra Nova

depois da guerra teve um decréscimo. Somente os navios que iam carregar bacalhau levavam sal português, era uma mercadoria cada vez mais subsidiária do comércio do bacalhau.

Os canadianos argumentavam que o sal oriundo de Portugal não tinha a qualidade suficiente para a execução de uma boa salga, vinha com sujidade e não existia uma seleção criteriosa do calibre.

Após a anexação à confederação canadiana, as importações de bacalhau da Terra Nova por parte do governo português também diminuíram drasticamente, essa diminuição também era resultante do investimento feito na capacidade da frota portuguesa, em resultado da política autárquica, o auto provisionamento de bacalhau tinha sofrido uma evolução positiva, não existia necessidade de importar tanto bacalhau, a redução de bacalhau importado da Terra Nova é substantiva, como se pode concluir pelos dados estatísticos de 1952, neste ano Portugal importou da Noruega 5 300 Toneladas e da Terra Nova somente 1 700 toneladas (Moutinho, 1985:156-157). A relação comercial entre a entidade promotora da exportação do bacalhau salgado seco da Terra Nova, a *Newfoundland Association of Salt Fish Exporters, Lda.* (NAFEL), e a entidade que superentendia as importações em Portugal, a CRCB eram tensas. Apesar desse clima de tensão, havia uma miríade de interesses comuns em jogo que acabaram por possibilitar o acordo comercial feito em 1954, que pretende promover o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países e no qual Portugal garantia junto do governo canadiano o estatuto de “Nação mais favorecida”, com liberdade absoluta para a utilização do porto de *Saint John's* pela frota portuguesa e benefícios aduaneiros às exportações portuguesas, como contrapartida Portugal comprometia-se a importar no mínimo a quantidade de três mil toneladas de bacalhau seco (Garrido, 2010).

A centralidade estratégica de *St. John's* para a indústria portuguesa de pesca do bacalhau, para além do já estabelecido consulado português em 1942, implicava atentos cuidados diplomáticos, muitas das vezes era o próprio Henrique Tenreiro que chamava a si a gestão desses contactos. A manutenção da amizade com o primeiro ministro da Terra Nova, Joseph Smallwood, mantinha-se uma sua preocupação constante, reconhecia-se neste, capacidade para influenciar de forma positiva os interesses da indústria portuguesa das pescas junto do Governo da Confederação Canadiana. Os acordos de pesca a que já nos

referimos, sempre favoráveis às pretensões portuguesas, são certamente efectuados neste contexto de relacionamento privilegiado com Smallwood.

Talvez o maior símbolo de Portugal em *St. John's*, seja a estátua em bronze do navegador Gaspar Corte Real, esse monumento oferecido pelo governo português, ou mais concretamente pela Corporação das Pescas, ao Governo Provincial da Terra Nova, tem como promotor Henrique Tenreiro. Para além do simbolismo do monumento, evocando o descobrimento da Terra Nova pelo navegador português, ou a preservação de relações antigas de séculos, o monumento representava o agradecimento à hospitalidade do povo da Terra Nova para com a *“White Fleet”*, e também o reconhecimento da contribuição da Terra Nova para o engrandecimento da indústria portuguesa da pesca do bacalhau. Subliminarmente em todas estas evocações estava implícito o contributo de Smallwood, esse reconhecimento individualizado, concretizou-se, quer na concessão de um doutoramento *“honoris causa”* pela Universidade de Coimbra em 1963, quer ao ser agraciado pela Ordem do Infante D. Henrique. Esta agraciação só era feita a alguém que comprovadamente houvesse oferecido serviços altamente diferenciados a Portugal em qualquer lugar do mundo, que pugnassem pela disseminação da cultura portuguesa e que promovessem os valores e a história de Portugal e do seu Povo.

Outra marca institucional da presença portuguesa em Saint John's era a “Casa dos Pescadores”, embora sem a grandeza que Tenreiro tinha idealizado, não deixava de ser um ponto de assistência de referência para a comunidade piscatória, que se encontrava em trânsito nesse porto da Terra Nova. Esta estrutura de apoio foi inaugurada já no ano de 1962, situada no edifício do “Instituto Rei Jorge V contara com o apoio do Rotary Club local” (Garrido, 2009:217), os habitantes da Terra Nova chamavam-lhe *“Portuguese Fishermen Center”*. As instalações comportavam um café, salão de jogos e até uma piscina, permitiam o convívio entre os pescadores portugueses. Mas havia outras funções do foro assistencialista a serem cumpridas, tais como o apoio administrativo, judicial e assistência médica. A função de apoio institucional também não era descurada, sendo utilizada como ponto de encontro para resolução de assuntos diplomáticos. Esta “Casa dos Pescadores” tinha ao seu serviço em permanência dois funcionários portugueses, o responsável administrativo Sr. António Coutinho e o enfermeiro, Sr. Ângelo Fernandes da

Silva, este último numa entrevista a Priscilla Doel, faz uma revelação que poderia ter alterado toda a história da presença portuguesa na Terra Nova:

No início dos anos de 1960, aquando da nossa oferta da estátua de Gaspar Corte Real ao Governo Provincial da Terra Nova, o Primeiro-ministro Smallwood expressou o seu interesse em estabelecer uma base, uma aldeia piscatória portuguesa na Terra Nova. A base norte americana de Stephenville estava para ser desocupada pelas forças dos Estados Unidos da América, tinha terminado a sua utilidade e essa situação ia deixar 350 habitantes da Terra Nova sem emprego. Os canadianos não se opunham a que os portugueses estabelecessem aí o seu centro operacional da indústria da pesca, seria neste centro que processariam o peixe capturado nos grandes bancos, e depois o enviariam para Portugal, a base possuía ainda uma pista aérea que comportava aviões de grande porte, o que significava uma mais-valia logística. Existiram conversações avançadas entre os dois governos que só não avançaram devido à forte oposição dos armadores portugueses que viam neste centro operacional uma forma efectiva do Estado português exercer um maior controle sobre os seus barcos e sobre os valores da pesca e das suas facturações.

(Doel, 1992: 166)<sup>28</sup>

Mas as relações não se esgotavam na via institucional, existiam outras relações de foro mais informal, as relações entre as duas comunidades também aconteciam e de alguma forma eram profícuas, existem diversos relatos bem sustentados que assim o provam. É curioso observar os relatos sobre o enorme número de naufrágios ocorridos nos mares da terra Nova durante os anos de 50 e 60, existe uma cumplicidade latente entre os pescadores da “*White Fleet*” e cidadãos comuns da Terra Nova e até de oficiais do Porto de *St. John’s*. Não era raro os pescadores terem fortes suspeitas, e estas se concretizarem, de que o seu navio iria naufragar.

Frequentemente retiravam grande parte dos seus pertences que estavam guardados no navio e entregavam-nos a amigos que tinham construído na Terra Nova. Estas solidariedades não eram vãs, aconteciam mesmo, o que faz supor que iam sendo criados ao longo dos anos e tornando-se cada vez mais sólidas.

Não podemos esquecer que a grande maioria, na ordem de 80%, dos pescadores, faziam dez ou mais viagens ao bacalhau. Também os pilotos oficiais do Porto de *St. John’s* se apercebiam da proximidade de um qualquer naufrágio forjado, muitos deles tinham relações de amizade com tripulantes dos diversos navios da frota, e a experiência acumulada também ajudava nessas previsões, chegavam até a fazer apostas sobre qual o

---

<sup>28</sup> Tradução livre do autor. Original em Doel, 1992:66.

próximo navio a naufragar e qual o motivo que tinha despoletado esse afundamento. (Andrieux, 2009 Apud Teixeira e Rosa).

Existiam algumas formas de detetar um qualquer futuro naufrágio, tradicionalmente os navios portugueses pescavam perto uns dos outros, alguns por pertencerem à mesma companhia, outros por fortes relações de amizade entre os seus capitães, ou ainda por óbvias razões de segurança. As diferenças de capturas entre esses subgrupos de navios não podiam ser substanciais, os capitães tinham que transmitir semanalmente o relatório das suas capturas, que normalmente reflectiam uma coerência de capturas, quando acontecia durante um período largo de tempo um mesmo barco transmitir consistentemente capturas substancialmente mais elevadas, era normalmente uma referência para se imaginar que aquele barco era o próximo naufrágio, isto porque o seguro também tinha indexado o valor da carga, portanto quanto mais peixe existisse nos porões, mais elevado era o montante a pagar pela seguradora. Os fornecedores de navios na Terra Nova, os *Shipchangers*, também conseguiam fazer uma previsão com elevado grau de exactidão do destino do navio. Este tipo de naufrágio ocorria sempre com boas condições de mar, com toda a tripulação no navio, o que facilitava depois toda a operação de salvamento. Normalmente utilizavam-se todos os dórís para a evacuação de toda a tripulação, acontecia vir um navio que estava nas proximidades para os recolher e finalmente aparecia o *Gil Eanes*, que os transportava para o Porto de *St. John's* de onde posteriormente eram repatriados para Portugal.

Fizemos uma descrição mais meticulosa porque este processo de naufrágio implicava uma intrincada rede de relacionamentos, acordos e solidariedades. Não se infira daqui que não existiram náufragos e naufrágios, e situações de tragédia colectiva com elevado número de perdas humanas, podemos referir por exemplo o navio motor *João Costa*, naufragado já na viagem de regresso a Portugal, em 1957, com elevada perda de vidas humanas. Existiram muitos outros, mas supomos não ser, no momento, relevante para este trabalho.

Um retrato mais profundo do relacionamento entre a comunidade da Terra Nova e os portugueses pescadores de bacalhau é-nos transmitido por Peter Collins, no capítulo de sua responsabilidade no livro "*The Portuguese in Canadá – Diasporic Challenges and Adjustment*" de Carlos Teixeira e Victor M. P. Rosa. Numa primeira análise Collins mostra-se surpreendido pela escassez de trabalhos académicos sobre a presença da célebre

“*White Fleet*” na Terra Nova, estudando-se um pouco o tema, verifica-se que a palavra célebre não é minimamente exagerada, é um facto inquestionável que deixou uma marca indelével naquelas terras, muito mais do que a grande enorme maioria dos portugueses possa pensar. Entre as décadas de quarenta e setenta do século XX, a presença da “*White Fleet*” apresentou-se consistente, foram três gerações de cidadãos da Terra Nova que assistiram à epopeia e ao declínio da frota e do seu modelo de pesca.

A constância dessa presença originou partilhas de identidades, esta estabilidade da permanência, já identificava os barcos portugueses como fazendo parte da identidade de uma terra, era indissociável do Porto de *St. John's*. É certo que o significado atribuído por cada ser individual à presença dos navios e dos seus tripulantes será diferente, como esses significados também diferirão consoante o género, ou grupo social. No entanto o fenómeno tem tal dimensão que as opiniões e os significados são forçosamente partilhados e discutidos, entrando definitivamente na memória das gerações que no caso da sociedade de *Saint John's*, faz uma associação directa dos “*Tall Ship*” à frota bacalhoeira portuguesa da “*White Fleet*” (Fentress&Wickham:1992). Isso mesmo nos retrata Collins (*Remember the Portuguese*, 2009), aquando de uma regata de “*Tall Ships*” em 1995, essa flotilha passou e permaneceu no porto de *St. John's* por uns dias, apesar de haver um único navio com afinidade com a “*White Fleet*”, o *Gazela* que entretanto tinha sido vendido a uma organização de Filadélfia, a multidão que assistiu ao evento associou imediatamente a presença dessa flotilha à “*White Fleet*” trazendo-lhe as memórias da mesma e dos pescadores portugueses.

O jornal que tinha feito a reportagem do evento, “*The Headlines Reads*” fazia o destaque “*Tall Ships Evoke Memories of Soccer on the Water Front*”. O significado dessa evocação é tão mais relevante se recordarmos que o último navio da “*White Fleet*” a aportar a *St. John's* tinha acontecido no então já longínquo ano de 1974.

Uma associação muito comum à identidade do pescador português, feita por habitantes de *St. John's*, é a sua paixão pelo futebol. Em qualquer relato sobre a presença dos pescadores portugueses na Terra Nova, surge o futebol. Um habitante de *St. John's* recorda: “Nos anos quarenta, quando estava na escola, quando alguém da turma dizia «the white ships are in the harbour», nós corríamos a seguir à escola para os vermos a jogar futebol e também jogar com eles”, (Collins, 2009:82 Apud Teixeira & Rosa) de facto uma das diversões dos

pescadores era jogar futebol, jogavam entre eles, mas também se associavam a habitantes locais que quisessem participar, normalmente eram crianças.

Os espaços para a prática do futebol não eram um problema, existiam muitos terrenos baldios, a urbanização de *St. John's* estava por fazer. O desenvolvimento económico, as redes viárias e demais infraestruturas da cidade e da província eram bastante deficientes, tal como é referido por Alan Villiers:

A Terra Nova [...] era um lugar extraordinariamente atrasado em vários aspectos fora das cidades, as estradas não passavam, na maior parte dos casos, de caminhos de terra, absolutamente inúteis naquela altura do ano. Por ocasião da nossa visita, o Canadá tinha recentemente tomado a região outrora independente, a pedido da maioria dos próprios Terra-Novenses, mas por enquanto havia muito mais a fazer do que reparar estradas. A Terra Nova começara como um centro, ingovernado e ingovernável, onde marinheiros e aventureiros audaciosos trocavam mercadorias e pescavam.

(Villiers, 2005:109).

As comparações com o ambiente físico que envolvia os pescadores em Portugal, dentro das suas comunidades, são óbvias, a similitude das condições eram tão evidentes, que eventualmente suscitaram um enorme à vontade no relacionamento e interação dos pescadores portugueses com o meio ambiente envolvente. Também a questão do ingovernado e ingovernável, nos transportam, com alguma carga humorística, para a arqueologia política portuguesa.

Mas os contatos interpessoais também aconteciam, existiam amizades sólidas, algumas com dezenas de anos, e que passavam de geração em geração. No filme documental “1963-1965; Mar do Bacalhau, Mar da Terra Nova”, infelizmente de autor desconhecido, são bem visíveis estes relacionamentos duradouros. É abordada a religiosidade do pescador, a sua presença na celebração religiosa dominical junto com a comunidade terra-novense, a visita à casa de uma família amiga da Terra Nova, levando presentes. As dificuldades emocionais também existentes no adeus aquando do regresso a Portugal, bem como a emoção de naturais da Terra Nova no Porto de *St John's* a despedirem-se da frota portuguesa, também estão presentes no referido filme. Podemos afirmar que existia um misto de alegria e de tristeza na despedida da Terra Nova por parte do pescador português.

Nas pesquisas efectuadas para a realização deste trabalho, o português pescador de bacalhau foi sempre referenciado como um homem pacífico, respeitador, que nunca

provocava problemas; Um pormenor que é comumente realçado é a sua capacidade de comunicação com as crianças, literalmente entravam em brincadeiras com elas. Este retrato também está presente na obra de Priscilla Doel “*Port O’ Call, Memories of Portuguese “White Fleet” in St. John’s NFLL*”, ao longo da escrita do livro, a autora percorre alguns dos locais e dos protagonistas que contribuíram para a história da “*White Fleet*”, dando-lhes voz, a possibilidade de contarem a sua parte da história, como Joaquim Paroleiro, que quando entrevistado por Priscilla Doel afirma:

Todos os anos, quando vínhamos de Portugal, levávamos sempre dúzias de garrafas de whiskey, daquelas pequenas que podemos meter nos bolsos. Dávamos às raparigas, algumas raparigas que conhecíamos, três raparigas. Nós íamos juntos a todo o lado. Éramos visita de casa delas, conhecíamos os pais. Trocávamos presentes com elas, davam-nos bolos, coca-cola, e aprendíamos muito com elas, ensinavam-nos algumas palavras. Eram gente boa, lindas, gostavam muito de nós.<sup>29</sup>

(Doel, 1992:48).

Existem numerosas referências a estes relacionamentos, os portugueses eram efetivamente considerados como indivíduos respeitadores. Se o futebol era identificador da identidade, os relacionamentos de género também eram bastante celebrados, os pescadores portugueses eram reconhecidos como muito atenciosos, amantes, românticos. Existiram numerosos casos de relacionamentos amorosos, muitos consubstanciaram-se em casamentos, como continua a contar Joaquim Paroleiro:

Em cada ano que regressávamos, continuávamos a visitar as mesmas pessoas, como a Jackie, a Marie, a Monica e as suas famílias. Continuávamos a trocar presentes, os pais também participavam nestas trocas. Houve muitos rapazes daqui da Póvoa, pescadores, que se casaram com raparigas da Terra Nova e por lá ficaram. Ficavam claro porque queriam, porque gostavam delas, gostavam da terra e ganhavam muito mais dinheiro.<sup>30</sup>

(Doel, 1992: 45).

É comum nas terras com tradição no recrutamento de mão-de-obra para a pesca do bacalhau existirem casos de casamentos entre portugueses e cidadãs da Terra Nova, na grande maioria fixam residência no outro lado do Atlântico; Existem muitos casos em que o regresso nunca acontece, mas há casos, poucos reconheça-se, em que a vida é feita em Portugal. Achamos com interesse para este trabalho, fazer referência às relações de género e ao ambiente cultural que envolvia a mulher portuguesa, comparativamente com o que rodeava a mulher da Terra Nova.

---

<sup>29</sup> Tradução livre do autor, do original (Doel, 1992:48)

<sup>30</sup> Tradução livre do autor, do original (Doel, 1992:45)

No filme documental “A Outra Guerra” com realização e produção de Elsa Sertório e Ansgar Shaffer, que reporta a viagem do recuperado lugre em aço *Creoula*, no seu regresso à terra do bacalhau, essa viagem de celebração da memória da “*White Fleet*”, embarcam três antigos pescadores, um deles, Joaquim Piló, solta uma frase paradigmática sobre a ambiência cultural que envolve o universo feminino em Portugal e na Terra Nova, diz Joaquim Piló:

Uma das coisas que fiquei abismado quando cheguei a Saint John’s foi na minha geração nos anos 60, ver rapazes e raparigas de 16 e 17 anos a andarem de mão dada e a beijarem-se na boca como se nada fosse, eu dizia meu Deus em que mundo é que eu estou? Em Portugal namorávamos uma vez por semana e era em casa dos pais dela, sempre alguém a ver-nos [...]

(Sertório, Shaffer: 36m).

Enquanto a Terra Nova, após a sua indexação à confederação canadiana, teve no espaço de uma década um forte surto de desenvolvimento económico e social, ficando longe daquela Terra Nova que era reportada por Alan Villiers em princípios dos anos de 1950, o ambiente económico, e essencialmente social em Portugal mantinha-se. As matérias escolares programáticas, nas escolas direcionadas para a educação das filhas dos pescadores nos anos de 1950 e até de inícios de 1960, mantinham as diretrizes para a educação de Carneiro Pacheco.

Na comunidade piscatória portuguesa, até ao início dos anos de 1970, a endogamia ainda era a norma nas uniões sacralizadas pela igreja católica. A preparação teórica e prática da futura mulher do pescador dirigia-se à organização e azeio da casa, à educação dos filhos fazendo atenção à diferenciação dessa mesma educação no género, ou ao comportamento respeitoso em relação ao marido pescador. A inculcação de valores da moral vigente como a preservação da virgindade, a castidade nos longos períodos de ausência do marido, a repulsa pela mulher adúltera, mantinham-se como traves mestras da família, no seio da comunidade piscatória. O homem pescador tinha muita dificuldade em interagir no processo educativo, essencialmente quando a descendência era no feminino, escreve Martinho do Rosário, ou melhor Bernardo Santareno, o heterónimo adotado para a sua criação artística, a propósito dos comentários de um pescador, Fausto, que manifesta o seu incómodo pelos olhares masculinos à sua filha:

Lá jeitosinha era ela, benza-a Deus! Mas até isto, esta mesma formusura é um perigo, ele Fausto, não é cego, bem via os olhos dos mais pescadores, quando a filha vinha ao bota-fora do

navio, na largada para a Terra-Nova [...] Cum mil raios, que se os olhares dos homes novos quêmassem, a rapariga ficava-me fêta em torresmos”

(Santareno, 1959:59)

Na realidade Joaquim Piló tinha razão para se surpreender, talvez esta descoberta de um mundo novo, de uma outra forma de expressar a sexualidade, tivesse contribuído para as numerosas uniões entre tripulantes portugueses e mulheres da Terra Nova. Em um outro filme documental, “O Regresso da Frota Branca” (min. 25), Encontra-se o testemunho em primeira mão de um desses casamentos, Linda e Carlos Oliveira. Ao fim de mais de trinta anos mantêm-se juntos, a casa onde residem tem dois mastros com as bandeiras portuguesa e canadiana, é simbólica do relacionamento cultural entre Portugal e o Canadá, a fusão das duas culturas, com a criação de uma família multiétnica.

No testemunho deste casal são referidos, no período inicial da sua relação, algumas dificuldades de aceitação do seu relacionamento por parte de alguns habitantes de *St. John's*. Nas nossas pesquisas foi a primeira vez que nos deparámos com um quadro de rejeição tão severo, pois se alguns dos fatos relatados prendem-se com alguns comentários mais comuns, tipo “Oh ela casou-se com um estrangeiro”, existe também o relato de um acto xenófobo de extrema gravidade. O gerente de um recinto de patinagem no gelo situado em *St. John's*, impediu Carlos Oliveira de frequentar o clube, simplesmente porque era português. Com toda a certeza haverá outras situações menos positivas, mas quer na exaustiva pesquisa bibliográfica efetuada, quer nos contactos pessoais estabelecidos, não perscrutámos situações de similar gravidade.

Pelo contrário, era até frequente alguma displicência das autoridades da Terra Nova quando acontecia uma falta ao embarque de um pescador português, a polícia canadiana não fazia uma busca exaustiva, considerava que tinha acontecido “um adormecimento após uma longa noite com a namorada da Terra Nova” (Collins,2009:83 Apud Teixeira & Rosa). Continuando com os relacionamentos de género, eles foram até o motivo para a escrita de uma peça de teatro, “A Terra dos Bacalhaus”, esta peça foi escrita e levada à cena, já nos anos oitenta do século XX, por doze pessoas, algumas das quais, eram descendentes de portugueses.

O relacionamento entre o pescador português e a mulher da Terra Nova é o centro fulcral do texto, mas visto por um prisma satírico. São muito utilizadas as dificuldades

linguísticas, as distorções na comunicação, para desenvolver a sátira. Os diferentes traços culturais, a forma como são abordados os conceitos de género nas duas sociedades enriquecem o conteúdo do texto e são empolados de um modo cómico. Apesar da utilização do humor ser comum a toda a peça teatral, da caricaturização das diversas situações de relacionamento, está bem patente ao longo de toda a encenação o respeito pelas duas culturas, não havendo sinais de etnocentrismo, de ressentimento, ou de valorização negativa de qualquer questão levantada pela peça.

Acrescente-se que a peça teatral teve um enorme êxito junto da sociedade terra-novense. Estava inerente na peça o efetivo respeito pela comunidade piscatória portuguesa, a compreensão pela dificuldade da vida que lhes era imposta, até porque como já aqui neste capítulo foi referido, a memória recente dos habitantes da Terra Nova também comportava a pesca e muitas situações similares à dos pescadores portugueses, existem características e afinidades culturais comuns às duas culturas. Talvez seja essa a razão, ou uma forma subliminar de manifestar solidariedade com a comunidade portuguesa, que no Acto 1 da peça, na Cena 1, a interpretação do personagem “Manuel” cante:

‘I’m only a fisherman, and I do whatever I can,  
Don’t like to take from my brothers and sisters,  
Who are just as poor as I am.  
Working, workin,’ workin’ for the rich man.  
Portugal was fascisto for years,  
People shed their tears for freedom,  
For a better way, they had their say  
Like Mozambique, Like Angola, they cried out.  
They said, ‘No, no, no to oppression.’  
Yes, I’m only a fisherman, and I do whatever I can.  
I don’t like to take from my brothers and sisters,  
Who are just poor as I am”

(Collins, 2009:85 Apud Teixeira & Rosa)

A presença portuguesa era também apreciada pelos comerciantes de *St. John's*, apesar de todas as dificuldades económicas, os portugueses acabavam por ser importantes para a economia local, segundo dados referentes ao ano de 1972, as compras efetuadas por portuguesas ascenderam aos \$5 076 000 (Doel, 1992:28), para o fomento e facilitação desse comércio específico, os comerciantes investiam em anúncios escritos em português e procuravam ter entre os seus funcionários pessoas que de alguma forma tivessem o conhecimento mínimo da língua portuguesa.

A presença portuguesa na Terra Nova chegou a estar em risco, existiu a opção séria de passar a utilizar as ilhas de *St. Pierre e Miquelon* como porto preferencial de acolhimento da frota portuguesa. Uma das razões que levou a equacionar-se essa mudança foi o crescente número de deserções. Apesar das fugas sempre terem existido, nos finais dos anos de 1950 e logo no início dos de 1960, essas deserções atingiram proporções alarmantes para o armamento e Governo português.

Existem dados reportados pela imprensa escrita regional da Terra Nova que demonstram isso mesmo, existe um título "*Portuguese Fleet may move operations to St. Pierre*"<sup>31</sup>, de jornal e data desconhecido. Mas pelos dados descritos, especialmente a referência ao número de navios portugueses a operar, esta notícia reportará ao período entre 1954 e 1965.

Os círculos de amizade e parentesco, criados e consolidados com os habitantes locais, permitiam e facilitavam essas fugas. Para estes acontecimentos ocorre também os novos polos de atracção de trabalho para os habitantes da Terra Nova, a indústria do papel e a da mineração trazia mais regalias sociais e melhor remuneração, começou a existir um défice de mão-de-obra na indústria das pescas que era necessário resolver.

---

<sup>31</sup> Ver Anexo 4, pp 151, Imprensa Regional Canadiana notícia de elevado número de deserções na frota bacalhoeira portuguesa.

## **CAPÍTULO VIII - A EMIGRAÇÃO NO BACALHAU**

Assinala-se a centralidade de *St. John's* na diáspora do bacalhau, é nesta cidade portuária que se estabelecem contactos com outros povos, com novas culturas. Aos pescadores era-lhes oferecida a hipótese de moldarem os seus comportamentos às novas realidades e também a possibilidade de migrarem para outros territórios, onde a remuneração do seu duro trabalho fosse mais compensatória. Apesar da extensão da força coerciva do Estado Novo à região da Terra Nova, a dimensão desse controle não era impeditiva da existência de fugas.

A adaptação ao processo migratório já era uma realidade, os pescadores portugueses já estavam num processo de migração sazonal, eram seis os meses que passavam longe da sua comunidade e núcleo familiar. Os fatores de atração ao processo migratório não são passíveis de ser individualizados, na nossa perspetiva não existe uma razão única. Por exemplo, a razão da fuga ser de ordem política, pode contribuir para a tomada de posição de migrar, mas não é a única, se assim fosse, as deserções não aconteceriam após os sete anos contínuos na actividade da pesca do bacalhau, era esse o período de tempo contratualizado com o Estado como compensação para a não ida à guerra colonial.

No filme documental “A Outra Guerra”, este tema é abordado, um dos pescadores que fez essa viagem de regresso à Terra Nova, que pescou bacalhau na década de 1960, afirma que, “Se não fosse a guerra colonial, já não havia pesca do bacalhau há muito”, na nossa opinião é uma afirmação pouco rigorosa, a guerra colonial iniciou-se em 1961 de um modo activo, tendo-se prolongado até ao 25 abril de 1974. A pesca do bacalhau atingiu o seu auge em 1958, quando Portugal foi o maior produtor mundial de bacalhau salgado seco e conseguiu produzir 85% do bacalhau consumido (Garrido, 2010: 143), as razões para a continuação do recrutamento não foram definitivamente a fuga à guerra.

A melhoria das condições económicas era outro dos factores de atração no processo migratório, a remuneração e as condições de trabalho eram bem superiores nas frotas que promoviam o recrutamento de pescadores portugueses, apesar da importância da valorização do trabalho, que iria potenciar o processo de mobilidade social do pescador e da sua família, também este não era o motivo exclusivo para que acontecesse a emigração. Embora reconheçamos que no caso do fluxo migratório para a Alemanha Federal, a atração pelo melhor bem-estar económico possa ter sido o único motivo, dado que o processo era em tudo semelhante ao embarque num navio português e com muito melhores condições

de conforto. O armamento alemão não encontrava um grande campo de recrutamento no seu território, as condições e a longa ausência não cativavam os trabalhadores alemães, era assim recorrente a utilização de mão-de-obra portuguesa em larga escala, essencialmente a partir do início dos anos de 1960. Era muito utilizado o modelo migratório do trabalhador convidado, embora posteriormente, devido ao agudizar da crise de recrutamento na Alemanha, oferecessem a imediata legalização e a conseqüente integração na sociedade alemã, com acesso a todos os apoios económicos e sociais convencionados pelo estado alemão.

Aos fatores de atração que vimos referindo, acrescentamos um outro, que quando associado a estes, é definitivamente assumido e interiorizado o processo migratório, esse fator é a tradição, muito presente nas migrações para a América do Norte. Nas comunidades piscatórias do litoral português, essencialmente nas zonas referenciais de recrutamento da pesca do bacalhau, existe uma tradição de décadas nesse destino migratório, em muitos casos o projeto desenvolve-se pela via do parentesco, acontecendo vastas vezes um reagrupamento familiar alargado.

Na entrevista ao “Observatório da Emigração” na sua edição de 31, Agosto, de 2010, Onésimo Teotónio Almeida, Doutorado em filosofia pela Universidade de Brown aborda exactamente este assunto:

Da minha parte foi quase um determinismo porque era difícil fugir ao circuito da família que estava toda nos EUA - a minha família imediata e toda a família do lado materno. Moravam até pertíssimo uns dos outros. Eu estava totalmente voltado para a Europa, não gostei de viver na América nos primeiros anos, mas acabei ficando.

(Observatório da Emigração, Almeida, 2010)

Teotónio Almeida também aborda a migração de comunidades piscatórias nessa entrevista referindo fenómenos migratórios dos anos de 1920, reporta a fixação de uma comunidade piscatória nesse primeiro quartel do século XX, diz Teotónio Almeida:

“Mais tarde, alguns industriais americanos foram a New Bedford recrutar trabalhadores para as suas fábricas e foi assim que alguns pescadores de Ílhavo, que lá estavam, se mudaram para Nova Jersey iniciando aí uma colónia que é quase toda da região de Aveiro.

(Observatório da Emigração, Almeida 2010)

A concentração destas comunidades de emigrantes, originárias da mesma região de Portugal, torna algumas áreas restritas dessas zonas de acolhimento, quase uma extensão

da comunidade de origem. Analisando a evolução das migrações no espaço temporal, verifica-se que as zonas onde se estabeleceram as comunidades oriundas do litoral centro norte de Portugal, continuam a ser as que mais acolhem as emigrações com a mesma origem, as redes de amizade e parentesco funcionam na plenitude, esse acolhimento generoso era mais um incentivo à deserção da pesca do bacalhau.

Era vulgar acontecerem fenómenos de guetização cultural, havia um afastamento em relação à sociedade envolvente, continuamos a encontrar na cidade de *Newark*, mais concretamente na sua *Ferry Street*, um autêntico, como eles chamam, *Little Portugal*. Este fenómeno não é exclusivo de algumas zonas dos EUA, o escritor luso canadiano Anthony de Sá, também numa entrevista ao Observatório da Emigração, faz referência a casos semelhantes no Canadá:

As gerações posteriores já funcionaram muito melhor, mas muitos dos primeiros imigrantes não se adaptaram por completo. Ainda tenho tias que não sabem inglês, mesmo vivendo neste país há 40 anos. É incrível como se desenrascaram, mas é também um testemunho do espírito humano e dos vários níveis de comunicação que nos permitem avançar.

(Observatório de Emigração, Sá, 2010)

Este testemunho transporta-nos para a problemática das políticas migratórias e da sua concretização no terreno. Verificamos que o multiculturalismo, o paradigma político mais amigo do cidadão migrante, do qual o Canadá foi um dos pioneiros, onde são implantadas políticas que promovem o conhecimento mútuo e o desenvolvimento do diálogo intercultural, não atingiu os seus objectivos na geração identificada por Anthony de Sá, apresentando resultados similares ao fenómeno migratório da guetização cultural.

Uma das possíveis explicações pode estar, como diz Neomésio Teotónio Almeida:

Costumo dizer que, se fosse possível observar, num computador, o trânsito automóvel na Inter estatal 90, entre Boston e Albany e depois Toronto, encontrar-se-ia uma linha contínua. Sobretudo, nos fins-de-semana, quando há sempre uma festa, um casamento, um baptizado, um funeral, ou algum acontecimento familiar, a reunir essas comunidades portuguesas divididas da Nova Inglaterra e do Canadá. Com efeito, estão muito mais próximas do que as da Califórnia, por isso, as dificuldades para se unirem passam por encurtar estas imensas distâncias geográficas. Quanto a New Jersey, é um mundo só por si.<sup>32</sup>

(Observatório das Migrações, Almeida: 357)

---

<sup>32</sup> Almeida, Onésimo T., (s/d). Comunidades portuguesas nos EUA: Identidade, Assimilação e Aculturação: [http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/4\\_PI\\_Cap8.pdf/bc98a866-ee3e-4878-a340-d6f965568952](http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/4_PI_Cap8.pdf/bc98a866-ee3e-4878-a340-d6f965568952)

As afiliações que se encontram entre as comunidades portuguesa no Canadá e do este dos EUA, mais expressivas nos anos de 1960 e 1970, terão ajudado à manutenção dos seus estilos de vida, este relacionamento intracomunidades alargado, poderia de alguma forma obstar à perseguição dentro da comunidade emigrante canadiana de um modelo de relacionamento mais condizente com as políticas multiculturalistas. A maioria das migrações com as suas raízes na pesca do bacalhau, encontram-se nesta zona geográfica, muitos trabalham na pesca no litoral da costa este dos EUA.

A emigração portuguesa para o Canadá, mais concretamente a proporcionada pela actividade da pesca do bacalhau é um fenómeno migratório a que a sociedade canadiana dispensa alguma atenção. Em tempos recentes, o escritor luso canadiano Anthony de Sá obteve um assinalável êxito com o seu livro “Terra Nova”, não só na comunidade migrante, ou de origem portuguesa. O sucesso efectivou-se também na generalidade da sociedade canadiana; O escritor releva a importância da pesquisa na construção da obra, observando algumas realidades da comunidade migrante e sublinhando a pesquisa feita em *St. John's*, Anthony Sá refere:

Na igreja em Toronto celebrava como se estivesse em casa; era um laço importante com o mundo que tinham deixado para trás. Através do diálogo com elementos da família e informações de arquivo relativas a eventos históricos, como a Frota Branca ou a oferenda dos pescadores à Terra Nova nos anos 50, tudo isso foi encontrado em museus em St. John's, na Terra Nova

(Observatório da emigração de 25-02-2010, Sá 2010).

Assinale-se que falar de Terra Nova, ou até de Canadá, é indissociável da pesca do bacalhau e da *White Fleet*.

Mas o processo migratório suscitado, ou potenciado pela pesca do bacalhau nem sempre origina fenómenos de guetização cultural, como já aqui descrevemos, também acontecem outros modelos de integração. Infelizmente, em termos da nossa perspectiva de idealizar uma sociedade constituída por homens e mulheres promotoras do diálogo intercultural, acontece também frequentemente o processo de assimilação ou de aculturação. Esta produção resulta de políticas assimilacionistas, nos EUA é bem conhecida a política do *melting pot*, predominante até aos anos de 1970. O seguinte poema de Jorge de Sena é bem elucidativo dos resultados desta política:

## Noções de Linguística

Ouço os meus filhos a falar inglês  
entre eles. Não os mais pequenos só  
mas os maiores também e conversando  
com os mais pequenos. Não nasceram cá,  
todos cresceram tendo nos ouvidos  
português. Mas em inglês conversam,  
não apenas serão americanos: dissolveram-se,  
dissolvem-se num mar que não é deles.  
Venham falar-me dos mistérios da poesia,  
das tradições de uma linguagem, de uma raça,  
daquilo que se não diz com menos que a experiência  
de um povo e de uma língua. Bestas.  
As línguas, que duram séculos e mesmo sobrevivem  
esquecidas noutras, morrem todos os dias  
na gaguez daqueles que as herdaram:  
e são tão imortais que meia dúzia de anos  
as suprime da boca dissolvida  
ao peso de outra raça, outra cultura.  
Tão metafísicas, tão intraduzíveis,  
que se derretem assim, não nos altos céus,  
mas na caca quotidiana de outras.

(Sena, 1970)

Posteriormente houve abertura para instalação de novas políticas, como a salad bowl, muito próxima do multiculturalismo. Mas nem sempre a assimilação cultural resulta das políticas oficiais, muitas vezes é um processo perfeitamente consciente dos migrantes, é uma opção de vida, rejeitar as raízes culturais. É longo o argumentário desta opção, preferem esquecer a sociedade que não lhes deu condições de executarem projetos de vida dignos, não raro, a opção é como uma forma de agradecimento à sociedade que lhes deu condições para alcançarem os seus objetivos de vida, na sua maioria não equacionam o regresso, existe um esforço para apagar Portugal e a língua portuguesa da memória.

Mas também acontece o contrário, as políticas multiculturais, especialmente no Canadá, motivaram muitos migrantes a investirem mais do seu tempo em associações culturais que promovam a cultura do seu país de origem. Esta nova fórmula de dinamizar a cultura não se resume ao grupo folclórico, ou ao trabalho etnográfico, destinado a ser observado e apreciado somente dentro da comunidade migrante. Os objetivos são dinamizar a projeção da sua cultura para a sociedade envolvente, para que tenham conhecimento do “Nós”, de quem efetivamente “Somos”, para reconhecerem as nossas diferenças, mas também o que nos aproxima. Só com o conhecimento mútuo se pode fomentar o diálogo, o esforço para que os canais de comunicação sejam fluídos tem que estar sempre presente, só com toda

esta envolvência se pode efetivar a reciprocidade de ideias e o subsequente desenvolvimento intercultural. As políticas do multiculturalismo não procuraram só dinamizar uma faixa etária mais alta, as gerações mais novas, maioritariamente já nascidas em solo canadiano, foram despertadas para a redescoberta das suas raízes culturais, acontecendo também frequentemente projetos de compromisso entre as duas culturas. Existem exemplos como o já referido Anthony de Sá, mas também outros nomes já firmados no panorama cultural canadiano, como a escritora Erika Vasconcelos, ou os autores do livro que também tem sido nosso objeto de estudo, Carlos Teixeira e Victor Rosa, entre outros.

Nas pesquisas e contatos efectuados, constatámos até situações de migrantes com origem na pesca do bacalhau, onde o transnacionalismo é um modelo efetivo que pauta as suas relações, conhecemos vários casos em que há o exercício de cidadania plena em ambas as sociedades, a de origem e a de acolhimento. Têm perfeita consciência dos seus direitos e deveres, e exercem-nos em ambas as sociedades. As suas vidas são repartidas entre os dois países, o enriquecimento cultural é notório. Nos casos que conhecemos, possuem negócios, mais frequentemente no Canadá, nas suas províncias atlânticas. Muitos continuam ligados ao mar e à pesca, são proprietários de barcos de pesca, empregam portugueses, mas não só, têm uma visão global do mundo.

A centralidade de Ílhavo na pesca do bacalhau está sempre presente ao longo do período sobre o qual o trabalho versa, no caso do fenómeno migratório, a cidade de Ílhavo também nos ajuda a melhor identificar e caracterizar os fluxos migratórios que o bacalhau ajudou a potenciar. A geminação de Ílhavo com as cidades de *St. John's*, *Newark*, *New Bedford* e *Cuxhaven* são disso um exemplo. Todas estas cidades têm comunidades de pescadores, ou ex pescadores de bacalhau, muitos deles ilhavenses. Todas elas têm também portos de mar e são importantes zonas piscatórias; A manutenção de laços institucionais de proximidade e a preservação do diálogo intercultural com os cidadãos ilhavenses na diáspora facilitou, de alguma forma, a compreensão e o entendimento do fenómeno migratório associado à pesca do bacalhau.

Uma outra pesquisa relevante, na sustentação da pesca do bacalhau como factor dinamizador da emigração, pode ser observada em dados recolhidos pela organização “Associação Bacalhoeiros de Portugal”, conforme se pode analisar na seguinte tabela:

**Tabela 8.1 – Aderentes da Organização “Bacalhoeiros de Portugal”**

País	Seguidores	Idioma	Seguidores
<b>Portugal</b>	5417	Português (Pt)	5579
<b>Estados Unidos América</b>	493	Inglês (EUA)	661
<b>Canadá</b>	199	Português (Br)	379
<b>França</b>	194	Francês (Fr)	195
<b>Alemanha</b>	162	Espanhol (Es)	118
<b>Espanha</b>	156	Inglês (Uk)	104
<b>Brasil</b>	153	Espanhol	74
<b>Suíça</b>	98	Alemão	70
<b>Luxemburgo</b>	62	Italiano	25
<b>Reino Unido</b>	59	Holandês	13
<b>Islândia</b>	27	Islandês	13
<b>Bélgica</b>	25	Indonésio	8

Esta organização privada sem fins lucrativos, em 2014, tinha o simpático número de 7 045 filiados, destes, 493 eram oriundos do EUA e 199 do Canadá, no conjunto dos dois países da América do Norte encontramos 692 adesões, o que dá em termos percentuais o significativo 9,83%, acrescente-se os 162 aderentes da Alemanha que significam 2,29%, e encontra-se uma percentagem 12,12% de aderentes em zonas de destino da emigração suscitada pela pesca do bacalhau. Não é nossa pretensão extrapolar estes números para o universo de números exactos sobre a emigração no bacalhau, mas com certeza que é um indicador precioso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O choque com uma nova realidade aconteceu em 1963, nesse ano o governo português promulgou legislação no sentido de dar alguma abertura à liberalização do comércio do bacalhau, através do Decreto-lei 45279/63 de 30 setembro de 1963. Este projecto de liberalização foi reforçado em 1964, através da portaria nº 20 443/64. No entanto esta abertura à liberdade do comércio não teve os efeitos desejados, não se conseguiu minimamente uma posição de equilíbrio entre a oferta e a procura, a cartelização dos grandes armazenistas desvirtuou o mercado, o pretendido ajustamento do mercado não funcionou. A desregulação total do mercado obrigou novamente, em 1965, à intervenção da CRCB, actuando como entidade reguladora, foi curto no tempo este processo de liberalização, o projecto recuou.

Este período tumultuoso reforçou o sentimento de poder por parte dos armadores e do respectivo GANPB, mantiveram-se as regalias do protecionismo e do relacionamento privilegiado com a estrutura corporativa do Estado. Com uma ou outra excepção, já aqui referimos a EPA, a fórmula em que assentava a gestão das companhias de pesca, continuava na reduzida renumeração do trabalho e no apoio Estatal à corporação das pescas. Esse apoio aos armadores manifestava-se de várias formas, a manutenção de uma central de compras para o armamento do navio garantidora dos débitos contraídos, isenções fiscais, a continuação de créditos cofinanciados, taxas de juro reduzidas e a manutenção dos mecanismos que suportavam o preço tabelado do bacalhau. Apesar de todo este conjunto de benesses, o armamento considerava que a imutabilidade do preço do bacalhau controlado, não era exequível.

A saúde financeira das empresas dedicadas à actividade da pesca do bacalhau estava em causa. O armamento continuou a viver debaixo do protecionismo governamental, mas o fim estava próximo.

Em 1967 o processo de liberalização do comércio do bacalhau avança em definitivo, não existia possibilidade de regresso. A portaria 22790/67 de 22 de julho, emanada pelo Ministério da Economia – Secretaria de Estado do Comércio, era devastadora, acabava inclusive com a obrigatoriedade dos armazenistas nacionais comprarem toda a produção nacional, acabava também com a institucional fixação da tabela de preços. Os argumentos

pró liberalização eram bem sólidos, enumeravam e quantificavam exaustivamente os custos do preço do bacalhau controlado, o “bacalhau político”, das políticas de subsistência. Chega a valorar os custos do bacalhau político desde 1934 até 1966 e manifesta a impossibilidade orçamental da manutenção desses apoios.

Era bastante crítica ao armamento nacional, referia que o apoio financeiro que passasse pelo crivo do ministério da economia seria único e exclusivamente direcionado para a instalação das mais modernas técnicas de pesca e de tratamento do pescado, a bordo do navio que permitam, como refere a portaria:

O mais amplo aproveitamento da sua capacidade, do produto, da faina e do trabalho da tripulação [...] Os métodos cientificamente estudados e suficientemente experimentados, de refrigeração e congelação, impõe-se-nos de tal sorte que não consentem a insistência antieconómica em processos desactualizados de preparação do pescado.

Portaria 22790/67 de 22 de julho

A irrevogabilidade desta portaria foi o preâmbulo do esgotamento, da já há muito esgotada “*White Fleet*”, a epopeia portuguesa do bacalhau no século XX estava no fim, a exaltação da pesca do bacalhau, o misticismo do *The Lonely Dorymen-Portugal’s Men of The Sea*, que Alain Villiers tinha glorificado na *The Quest of The Schooner Argus* iria em breve passar a ser uma memória.

A frota de navios de pesca à linha manteve-se até 1974 e as migrações dos pescadores portugueses legais ou clandestinas também. Assinale-se que o último navio de pesca à linha a aportar *St. John’s* foi o navio motor *Novos Mares*, ainda de construção em madeira. A verdadeira renovação começou após 1967, apareceram os modernos navios fábrica de arrasto pela popa, aconteceu também a transformação dos barcos de arrasto já existentes, foram transformados em navios fábrica, com porões de congelação e processamento de todo o tipo de peixe. A pesca nos mares do Atlântico Noroeste manteve-se até aos dias de hoje, mas cada vez com menor expressão. O alargamento das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), a dificuldade na sustentabilidade da fauna marinha, a entrada de Portugal na actual União Europeia, a conseqüente dificuldade em manter a negociação para acordos de pescas individuais, tudo contribuiu para o definhamento da indústria da pesca do bacalhau.

No entanto, a pesca do bacalhau, a recordação da “*White Fleet*”, continua bem presente em ambos os lados do Atlântico. Os vínculos criados permanecem no espaço e no tempo, como é o caso do fenómeno migratório, dos relacionamentos pessoais, ou mais importante, as memórias colectivas. São essas memórias as facilitadoras da continuidade dos afetos, das pontes para as relações e diálogos interculturais.

A realização de representações culturais continua a acontecer, com a centralidade, compreensível, em *St. John’s* e Ílhavo (Peralta, 2008). No entanto a evocação das memórias da “*White Fleet*” não se esgota nestas centralidades. A monumentalização dessa memória está presente em muitos locais do litoral português. No litoral centro, a poucos quilómetros de Ílhavo, encontramos museus etnográficos com amplo espaço dedicado ao tema da pesca do bacalhau, na Praia de Mira, em Buarcos ou na Costa de Lavos<sup>33</sup>. A heroicização do pescador de bacalhau à linha, reflecte-se também na estatuária presente nestas zonas com tradições na pesca do bacalhau.

No espaço geográfico entre Aveiro e Figueira da Foz, encontrámos seis monumentos de dimensões apreciáveis, dedicados à pesca e aos pescadores do bacalhau.

A monumentalização de Ílhavo como centro histórico da pesca do bacalhau, foi objectivada com a remodelação e ampliação do Museu Marítimo de Ílhavo (MMI). Nos dias de hoje, qualquer pesquisa ou investigação mais profunda sobre o tema exige a visita regular ao MMI. Foi adquirido muito conhecimento e competências que estão ali reunidos, o trabalho que tem sido feito na digitalização de documentos é relevante para qualquer estudo, seja qual for o prisma da análise (Peralta, 2008). O MMI tornou-se num museu de referência na matéria.

A monumentalização da memória da pesca do bacalhau também está representada no exterior do museu, com a representação em estatuária não só da pesca e da profissão de pescador de bacalhau em si, mas também com a representação do seu agregado familiar nuclear e do seu dórí<sup>34</sup>. Este monumento tem uma particularidade distintiva, a concepção deste projecto, que posteriormente sofreu alterações, teve a sua origem na comunidade portuguesa de *Newark* e *New Bedford*.

---

<sup>33</sup> Ver anexo 3, pp 149 – Monumento ao Pescador de Bacalhau na Costa de Lavos, Figueira da Foz

<sup>34</sup> Ver anexo 3, pp 150 – Monumento ao Homem do Mar em Ílhavo

É representativa da importância e também da consistência que a pesca do bacalhau promove na solidificação das relações com a diáspora, para além de fomentar a solidariedade intra diáspora.

A recuperação de navios icónicos da pesca do bacalhau à linha como o *Creoula* ou o *Santa Maria Manuela* já concretizada, ou o projecto ainda não concretizado do *Argus*, também fazem parte da evocação da memória. A transformação, em navios museu, do *Gil Eanes* o navio *Mother Ship of The Portuguese White Fleet*, ou do navio *Santo André*, revelam a preocupação da manutenção da memória da “*White Fleet*”. As viagens que os recuperados lugares: *Creoula* e *Santa Maria Manuela* têm feito à Terra Nova tem contribuído para a preservação da memória e promoção do estreitamento de relações culturais entre os dois países.

No outro lado do Atlântico também se tem produzido representações culturais evocativas da “*White Fleet*”, é bem significativas e simbólica a estátua que está na *Water Front de St. John's* que pretende celebrar as relações culturais entre Portugal e a Terra Nova<sup>35</sup>, a obra de arte encomendada pelo governo provincial de *NFLL*, da autoria de Luben Boykov, é considerada uma das vinte e cinco mais relevantes e inovadoras obras de arte produzidas em *St. John's NFLL*. A sua imagética tem suscitado alguma polémica, o autor refere que as duas colunas representam as costas atlânticas de Portugal e da Terra Nova, com as suas sinuosidades, que produzem um espaço aberto entre as colunas, um espaço negativo, que pretende criar a ilusão de um bacalhau.

No cimo a ligar as duas colunas assiste-se a uma imagem rude, encapelada, que pretende significar e demonstrar a dureza do mar e as dificuldades da travessia entre os dois lados do Atlântico. Salientamos que o título da obra é o significativo “*Cultural Connections*”, e trata-se do reconhecimento oficial da cidade de *St. John's NFLL* da afinidade cultural entre esta cidade e o município de Ílhavo. Este projecto foi inaugurado recentemente, no ano de 2011.

---

<sup>35</sup> Ver anexo 1, pp 145 na metade inferior. Fotografia estátua evocando as Relações Interculturais entre Portugal e a Terra Nova

Uma outra obra de arte recente, num estilo de arte moderna, a pintura de murais<sup>36</sup>, foi encomendada pelo governo de *NFLL* a dois jovens artistas daqui originários, April Norman e Dereck Holmes. A execução da obra ocorreu num espaço nobre da cidade de *St. John's*, na *Duckworth Street West*. A Comissão de Artes de *St. John's* refere na proposta da obra que esta retrata as influências e as heranças culturais recebidas das anteriores gerações e que é preciso preservar.

O mural de que falamos é uma pintura enorme de diversos barcos da “*White Fleet*”, com os seus nomes bem demarcados em correto português, a finalização do trabalho ocorreu em 2009. Salientamos que é o único mural representativo de uma frota pesqueira estrangeira, apesar de muitas nações terem demandado *St. John's* para a pesca do bacalhau, a monumentalização da “*White Fleet*” é deveras relevante.

Ainda mais recente, inaugurado a 6 de Outubro de 2015, foi o monumento erguido aos pescadores portugueses que perderam a vida nos mares da Terra Nova, muitos estão perdidos no mar, outros em cemitérios da Gronelândia, outros ainda no cemitério de *Mount Carmel* em *St. John's*, cemitério católico, também conhecido como o cemitério dos portugueses, as sepulturas estão corroídas pelas agruras do tempo. Existe uma investigação sobre esta matéria muito interessante, “As Sepulturas Esquecidas”<sup>37</sup> com a coordenação do jornalista do Público, Abel Coentrão. No filme documental *White Ship* de Hector Lemieux é reportada a morte e subsequente cerimónia religiosa de um pescador português de Vila Praia de Âncora, Dionísio Esteves, foi através desse filme que foi possível a identificação dessa sepultura, e é na imagem deste homem e da sua sepultura que se pretende a homenagem simbólica a todos os homens das sepulturas perdidas da pesca do bacalhau.

A memória da “*White Fleet*” continua presente nesta homenagem que é, sublinhe-se impulsionada pela sociedade civil, Jean Pierre Andrieux, autor de vários livros sobre a pesca do bacalhau feita pelos portugueses, foi o principal promotor desta celebração e da sua monumentalização. Foi a sociedade civil de *St. John's NFLL* que angariou os fundos necessários para a sua execução.

---

<sup>36</sup> Ver anexo 1, pp 145 na metade superior. Fotografia de Mural a evocar a presença da “*White Fleet*” em *St. John's*.

<sup>37</sup> As Sepulturas esquecidas-Abel Coentrão:<http://www.publico.pt/portugal/noticia/as-sepulturas-esquecidas-1634359>. Consultado em 20-09-2015.

Outras marcas existem da presença portuguesa, na toponímia existe o *Portugal Cove*, o *Portugal Cove Road*, ou *Bonavista* por exemplo.

É sempre possível fazer melhor, era importante pesquisar na Terra Nova, na Nova Escócia, na Gronelândia, na costa este dos EUA. Também perseguir alguns rumos de migração que alguns tomaram, tão díspares como *S. Diego* na Califórnia, ou *Anchorage, Sitka e Kodiak* no Alasca.

No capítulo do livro de Carlos Teixeira e Victor Rosa, *The Portuguese in Canada – Diasporic Challenges and Adjustment* no capítulo *Remember the Portuguese* da autoria de Peter Collins este quase aprende a sentir “saudade” e no livro de Priscilla Doel há um poema que evoca a saudade da “*White Fleet*”:

*Where Have All The Schooners Gone*

*This is the harbour where the Portuguese,*  
*Who fish the Banks; find shelter from wild seas;*  
*Obtain fresh water, fuel, make repairs,*  
*As they have done for full four hundred years:*  
*Thus warned of storm last night, their Great White Fleet*  
*Are moored today close by our Water Street,*  
*Their decks with dories stacked, and fishing gear,*  
*Without confusion set down ship shape there*

(Parsons Apud Doel, 1992:5)

As limitações que encontramos ao longo da investigação foram de várias ordens. A manifestação dos imensos contatos fomentadores de interculturalidade, os percursos migratórios ligados ao bacalhau, as deserções que existiram em grande número, a coercividade latente sempre presente através dos símbolos do Estado Novo, a realidade do número de desaparecidos, para onde caminharam, não estão infelizmente suportados por uma bibliografia consistente.

A falta de rigor científico encontrado em algumas fontes, apesar de existir em alguns casos transmissão oral que consideramos fiável, impediu-nos de explorar alguns caminhos que

reputamos de elevado interesse. Um exemplo ilustrativo disso mesmo acontece com a seguinte descrição: Sabemos que um destino migratório muito comum entre os pescadores de bacalhau era *San Diego*, na Califórnia, em plena IIGM, a seguir ao ataque japonês a *Pearl Harbour*, os barcos atuneiros pertença de portugueses foram requisitados pela marinha dos EUA, bem como pescadores portugueses:

A 15 de fevereiro de 1942, dois meses depois de os aviões militares japoneses bombardearem a frota do Pacífico dos EUA, em Pearl Harbor, a marinha dos Estados Unidos requisitou os atuneiros para serviço militar. Cerca de 600 pescadores de descendência portuguesa voluntariaram-se para prestar serviço militar<sup>38</sup>

(Ponta-Garça, 2015)

A Pesca do bacalhau feita por portugueses e o seu contributo para interculturalidade e divulgação da cultura portuguesa ainda está por reescrever sobre muitos parâmetros.

Um outro tema a explorar são as deserções na pesca do bacalhau, existiram inúmeras, atingiram tal proporção que obrigaram mesmo o Governo a legislar (a já aqui referida lei 31 892 de 1942). No entanto apesar de testemunhos e transmissão oral destes factos, não se encontrou na bibliografia qualquer dado relevante sobre este assunto. O único registo documental escrito que encontrámos foi um recorte da imprensa regional da Terra Nova.

No entanto obtivemos autorização de familiares para revelar um caso. O pescador Magno Nunes Pequeno, natural e residente em Buarcos, casado e com um filho, com a cédula marítima n.º 3915, fez a sua última viagem a bordo de um bacalhoeiro português, o *Hortense*, em 1940, tendo desertado em *St. John's*.

Sabemos que teve êxito no seu trajeto migratório, obteve a cidadania dos EUA através da prestação de serviço militar nas forças armadas dos EUA. Aconteceu o reagrupamento familiar, mas ele nunca mais regressou a Portugal. Existem muitas histórias semelhantes que merecem ser investigadas e que participaram ativamente na construção de pontes interculturais.

A consulta pública dos homens e navios que estiveram no bacalhau já é possível devido ao trabalho do MMI e seus investigadores, mas a documentação é completamente omissa em relação a casos como o que relatámos.

---

<sup>38</sup> Ponta-Garça, N. (2015). Acedido março, 7, 2016 em: <http://www.mundoportugues.org/article/view/62090>

Uma investigação profunda sobre o tema presente neste estudo tem que possuir um suporte económico sólido e uma disponibilidade temporal que permite uma investigação, com presença no terreno, no outro lado do atlântico.

O que aqui deixamos, é um modesto contributo, levantando algumas hipóteses de estudo que achamos ter alguma pertinência.

.

## **BIBLIOGRAFIA**

Acciaiuoli, Margarida (2013). António Ferro, A Vertigem da Palavra – Retórica, política e propaganda no Estado Novo. Lisboa: Editora Bizâncio.

Andrieux, J. P. (2009). Portuguese Fishermen in Newfoundland. In C. Teixeira & V.M.P. Rosa (Eds.), *Diasporic Challenges and Adjustment: The Portuguese In Canada* (2.<sup>a</sup> Edição). Chap. 4 (61-75). Toronto: University of Toronto Press Incorporated.

Andrieux, J. P. (2013). *The White Fleet, A History of the Portuguese Handliners*. St. John's: Flanker Press Limited. ISBN: 978-1-77117-236-3.

Araújo, Rui (2008). *O Diário Secreto que Salazar não Leu*. Lisboa: Oficina do Livro.

Aveiro, Valdemar (2012). *Murmúrios do Vento*. Lisboa: Editorial Futura. ISBN: 978-972-587-141-6.

Aveiro, Valdemar (2014). *Ecos do Grande Norte*. Lisboa: Âncora Editora. ISBN: 978-972-780-481-8.

Bombarda, M. (1910). “Religiões e psychologia”, *Alma Nacional*, 24 de Fevereiro, n.º 3.

Braga, Ricardo F. (2005) “Propaganda e Representações de um País nas Margens da Guerra, 1938-1951. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

Cabecinhas, Ana. (2004, Abril). Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais. Comunicação apresentada no II Congresso Ibérico da Ciências e Comunicação, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Cachim, A. Eurípedes (1967). A Pesca do Bacalhau nos Mares da Gronelândia, separata “Aveiro e o seu Distrito”, dezembro, Revista n.º 4, pp 29.

Campina, A. (2013). “António Oliveira Salazar: Discurso Político e “retórica” dos Direitos Humanos”. Ediciones Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha.

Candau, Joel (2013). *Antropologia da Memória*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 978-989-859-042-0.

Carmo, H., Ferreira, M. M. (1998). Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 978-972-674-512-9.

Cardoso, J.L. & Rocha M.M. (2002, Novembro). Corporativismo e Estado-Providência. Comunicação apresentada XXII Encontro da APHES, Contributos para a História do Estado-Providência em Portugal, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Castles, Stephen (2005). Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: Dos trabalhadores convidados às migrações globais. Lisboa: Fim de Século. ISBN 972-754-218-2.

Castells, Manuel (2007). O Poder da Identidade, Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 978-972-31-1194-1.

Collins, P. (2009). Newfoundland and the White Fleet/Remembering the Portuguese. In C. Teixeira & V.M.P. Rosa (Eds.), Diasporic Challenges and Adjustment: The Portuguese In Canada (2.<sup>a</sup> Edição). Chap. 5 (77-87). Toronto: University of Toronto Press Incorporated.

Consiglieri, Marília A. & Consiglieri, Carlos (1998). O Bacalhau: Na Vida e na Cultura dos Portugueses. Lisboa: Academia do Bacalhau. ISBN: (Brochado): Oferta.

Cruz, M. B. (1982). O integralismo lusitano na origem do salazarismo. *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982(1.º), 137-182.

Cruz, M.B. (1992). As elites católicas nos primórdios do salazarismo, *Análise Social*, Vol. XXXII (116-117), 1992 (2.º-3.º), 547-574.

Cruz, M.B. (1997). As Negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940, *Análise Social*, Vol. XXXII (143-144), 1997 (4.º-5.º), 815-845.

Cruz, M. B. (2004). Pedro Theotónio Pereira, Embaixador Português em Espanha Durante as Guerras. In Silva F. R. (Eds.). Estudos em Homenagem a Luís António Oliveira Ramos. (pp 429-440). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. ISBN: 972-9350-74-4.

Cuche, Denys (1999). A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. Brasil, SP: Editora USC.

Cunha, L., J. (2001). *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Porto: Afrontamento.

Cunha, Paulo (2001). O Pescador. Representações do homem e do seu meio no Cinema Português. *Revista Oceanos*, n.ºs 47-48, julho-dezembro 2001, 200-212.

Cunha, Paulo (2003). A Pesca do Bacalhau e o Cinema – Construções ideológicas no documentário e na ficção. *Separata do Museu Marítimo de Ílhavo*, 5-16.

Doel, Priscilla A. (1992). *Port O'Call: Memories of Portuguese White Fleet in St. John's Newfoundland*. St. John's Newfoundland: Institute of Social and Economic Research, Memorial University of Newfoundland. ISBN: 0-919666-80-9.

Doel, Priscilla A. (2009). The White Fleet and the Iconography of Control. In C. Teixeira & V.M.P. Rosa (Eds.), *Diasporic Challenges and Adjustment: The Portuguese in Canada* (2.<sup>a</sup> Edição). Chap. 3 (45 - 60). Toronto: University of Toronto Press Incorporated.

Fentress, J. & Wickham, C. (1992). *Memória Social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda. ISBN: 972-695-213-1.

Ferro, A. (1941) *Homens e Multidões*. Lisboa: Bertrand.

Galope, Francisco (2012). "Nazis Infiltrados na Frota do Bacalhau", *Visão*, 2 de Agosto, Revista 1013.

Garrido, Álvaro (2001). Henrique Tenreiro - «patrão das pescas» e guardião do Estado Novo. *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 839-862.

Garrido, Álvaro (2003). Os bacalhoeiros em revolta: a «greve» de 1937. *Análise Social*, vol. XXXVII (165), 1191-1211.

Garrido, Álvaro (2009). *Henrique Tenreiro, Uma biografia política*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo dos Leitores. ISBN: 978-989-644-061-9.

Garrido, Álvaro (2010). O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau. Lisboa: Temas e Debates, Círculo dos Leitores. ISBN: 978-989-644-111-1.

Giddens, Anthony (2007). Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 978-972-31-1075-3.

Gonçalves, Carla A. (2010). Para uma Introdução à Sociologia da Arte. Portugal: Bubok.

Hall, Stuart (2003). Da Diáspora, Identidades e Mediações Culturais. Brasil BH: Editora UFMG.

Gomes, Sérgio A. R. (2007). As identidades nacionais nos regimes ditatoriais. Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2006-2007, I Série vol. V-VI, pp. 189-224.

Kurlansky, M. (2008). O Bacalhau: biografia do peixe que mudou o mundo. Lisboa: Terramar. ISBN 978-972-710-278-5.

Laraia, Roque B. (1986). Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Madureira, Nuno Luís (Coord.) Amorim, Inês (Org.) (2001). História do Trabalho e das Ocupações: Volume II – As Pescas. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 972-774-127-4.

Milza, Pierre (2011). Mussolini. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. ISBN: 978-85-209-3381-7.

Moutinho, Mário (1985). História da Pesca do Bacalhau: por uma antropologia do fiel amigo. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN: 978-972-3300-3-1.

Neto, Félix (1998). Psicologia Social, Volume 1. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN: 972-674-269-6.

Nogueira, F. (2000). Salazar, a Resistência, Volume V. Lisboa: Civilização Editora.

Oliveira, Maria E. (2007). ORKUT; O Impacto da Realidade da Infidelidade Virtual. PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Pata, Manuel Luís (Coor.). (2000). A Figueira da Foz e a Pesca do Bacalhau: Achegas para a sua História – Vol. II (de 1934 a 1953). Figueira da Foz: Tipografia Cruz e Cardoso, Lda. ISBN: 972-9652-37-6.

Pata, Manuel Luís (Coor.). (2003). A Figueira da Foz e a Pesca do Bacalhau: Achegas para a sua História – Vol. III (de 1954 a 1977). Figueira da Foz: Tipografia Cruz e Cardoso, Lda. ISBN: 972-9025-32-0.

Peralta, Elsa (2008). A Memória do Mar: Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa. ISBN: 978-989-646-002-0.

Peralta, Elsa (2010), “Somos todos marítimos”: Uma etnografia das (in)visibilidades do poder na representação social do passado local em Ílhavo », *Etnográfica*, vol. 14 (3), 443-464.

Pinto, Amâncio Costa (2001). Psicologia Geral. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN: 972-674-339-7

Pinto, António C. (1982). A Formação do integralismo lusitano (1907-17). *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, 1409-1419.

Pinto, J. Nogueira (2013). Portugal: Ascensão e Queda-Ideias Políticas de uma Nação Singular. Alfragide: D. Quixote.

Quintas, J. Manuel, “O Integralismo face à institucionalização do Estado Novo: Contra a «Salazarquia» in História, Ano XXIV (III série), n.º 44, Abril, 2002).

Ramos, J. L. (2012). Dicionário do Cinema Português (1895-1961). Lisboa: Editorial Caminho. ISBN: 978-972-21-2602-1.

Ribeiro, Carla (2010). “O Alquimista de Sínteses”- António Ferro e o Cinema Português. Faculdade de Letras Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Ribeiro, Carla (2014) “António Ferro e a projecção Atlântica de Portugal Através do Cinema”. ANIKI, Revista Portuguesa de Arte e Cinema, Vol. 1, n.º2:151-175

Rocha-Trindade M. B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 978-972-674-162-6.

Rollo, Maria Fernanda (1994). Portugal e o Plano Marshall: História de uma Adesão a Contra Gosto – (1947-1952). *Análise Social* Vol. XXIX. (128), 1994 (4.º), 841-869).

Rondo, Cameron (2004). *História Económica do Mundo*. Lisboa: Publicações Europa-América. ISBN: 9789721044784.

Salazar, A. Oliveira (1936). *Discursos*. Coimbra: Coimbra Editora.

Salazar, A. Oliveira (1967). *Entrevistas a António Oliveira Salazar 1960-1966*. Coimbra: Coimbra Editora.

Salema, Álvaro (1967) “Salazarismo e Artes Plásticas” *Biblioteca Breve*, Volume 68, Outubro 1987, Série Artes Visuais.

Santareno, Bernardo (1997). *Nos Mares do Fim do Mundo*. Lisboa: Herdeiros de Bernardo Santareno e Parque EXPO 98, SA.

Santos, Boaventura S. (Org.). (2001). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.

Sena, Jorge (2003). *Sinais de Fogo*. Porto: Coleção Mil Folhas.

Simões, Jorge. (2007). *Heróis do Mar: Viagem à Pesca do Bacalhau*. 1.ª Edição, Lisboa: Caleidoscópio. ISBN 978-989-8010-89-6.

Teiga, Asdrúbal S. C. (1982). 30 Anos de Pesca do Bacalhau, separata “Aveiro e o seu Distrito”, junho, *Revista* n.º 30, pp 9.

Torgal, L. R., & Paulo, Heloísa (Coord's). (2008). “Estados autoritários e totalitários e suas Representações”. *Fundação Ciência e Tecnologia*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Vieira, Joaquim (1999), “Portugal século XX – Crónica em Imagens – 1930-1940”. Lisboa: Círculo de Leitores.

Villiers, Alan (2005). A Campanha do Argus. (1.<sup>a</sup> Edição). Lisboa: Cavalo de Ferro. ISBN 978-989-623-187-3.

Wolf, Mauro. (2009). Teorias da Comunicação. (10.<sup>a</sup> Edição). Lisboa: Editorial Presença. ISBN:978-972-23-1440-4..

## **Webgrafia**

Almeida, Onésimo T. (2010) Comunidades portuguesas nos EUA: Identidade, Assimilação e Aculturação: Vol. VIII. Acedido março, 3, 2016 em: [http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/4\\_PI\\_Cap8.pdf/bc98a866-ee3e-4878-a340-d6f965568952](http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/182327/4_PI_Cap8.pdf/bc98a866-ee3e-4878-a340-d6f965568952) .

Angeja, António (2007) “Aveiro e Cultura” Pesca do bacalhau na época das descobertas. Acedido junho, 27, 2014 em:

<http://www.prof2000.pt/users/hjco/hjco/diversos/bacalhaunaepocadasdescobertas.htm>.

Coentrão, Abel (2014) As Sepulturas esquecidas-Público. Acedido setembro, 20, 2015 em: <http://www.publico.pt/portugal/noticia/as-sepulturas-esquecidas-1634359>.

Dias, J. Ferreira, J. Cruz Filipe, Fernanda Guia, Rui Menezes, e Vivelinda Guerreiro, (2001). A saga do ‘fiel amigo: as indústrias portuguesas do bacalhau, *Global Economics and Management*, 1. Acedido setembro, 22, 2015 em: <http://www.cafeportugal.net/resources/3/files/a%20salga%20do%20fiel%20amigo.pdf>

Kuper, Adam (2002). Os Inuits “O Retorno do Nativo”. Scielo. Acedido setembro, 10, 2015 em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832002000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100011)

Library and Archives Canada: Archived Canadian Confederation. Joseph (“Joey Smallwood”). Acedido outubro 19, 2015.

<https://www.collectionscanada.gc.ca/confederation/023001-4000.72-e.html>

Moutela, H. (1990). Os Estaleiros de S. Jacinto – 50 Anos de História. Acedido outubro, 12, 2015 em: <http://esj.home.sapo.pt/histo.htm>

Museu Marítimo de Ílhavo – Homens e Navios de Bacalhau. Acedido março, 8, 2015 em: <http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/pages/232>

Navios e Bacalhoeiros – Bênção da Frota Bacalhoeira 1947 – Alocução de D. Manuel Trindade Salgueiro o “Bispo do Mar”. Acedido março, 5, 2016 em: <http://naviosenavegadores.blogspot.pt/2014/04/pesca-do-bacalhau.html>.

Pescado Controlado – Fileira do Pescado. Acedido setembro, 23, 2015 em: <http://www.fileiradopescado.com/noticias/127-industria-de-bacalhau-ainda-tem-peso-em-portugal.html>

Pinho, Filipa (2010), Na segunda metade do século XIX já a rede da imigração açoriana nos Estados Unidos era a mesma de hoje, os sítios onde há açorianos continuam a ser os mesmos. Entrevista a Onésimo Teotónio Almeida, Lisboa, Observatório da Emigração, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL e DGACCP. Acedido setembro, 17, 2015 em: <http://www.observatorioemigracao.pt/np4/1962.html>.

Pinho, Filipa (2010), A minha portugalidade está intrínseca nas minhas memórias. Entrevista a Anthony de Sá, Lisboa, Observatório da Emigração, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL e DGACCP. Acedido setembro, 17, 2015 em: <http://www.observatorioemigracao.pt/np4/2047.html>.

Ponta-Garça N. (2015) Portuguese in Califórnia. Ataque a Pearl Harbor levou EUA a recrutar atuneiros. Acedido março, 7, 2015  
<http://www.mundoportugues.org/article/view/62090>.

Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar, Brasília, 2014. Acedido abril, 14, 2014 em [http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao\\_do\\_Direito\\_do\\_Mar.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1091-Convencao_do_Direito_do_Mar.pdf).

Restos de Colecção - Exposição universal de Paris de 1937. Acedido setembro, 15, 2015, em <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/10/portugal-na-exposicao-internacional-de.html>

Restos de Colecção - Exposição Mundial de Nova Iorque de 1939. Acedido setembro, 15, 2015, <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/07/portugal-na-feira-mundial-de-nova-iorque.html>.

Restos de Colecção - Exposição do Mundo Português. . Acedido setembro, 16, 2015,

<http://www.padraodosdescobrimentos.pt/monumento/1940-a-exposicao-do-mundo-portugues/>

Pessoa, F. (1933). A Teocracia Pessoal. Acedido setembro, 7, 2015 em <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/1933-plebiscito-a-constituicao/>

Sena, Jorge (1970). “Noções de Linguística”, poema inserido no livro “Exorcismos”. Acedido setembro 19, 2015, em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/antologia/nocoes-de-linguistica/748>

Société des Oeuvres de Mer. Acedido setembro 4, 2015 em <http://ecole.nav.traditions.free.fr/pdf/societedesoevresdemer.pdf>

Webb, Jeff A. (2001) Government and Politics Bibliography; Impacts of the Collapse of Responsible Government, 1929-1934. Acedido outubro, 19, 2015, em <http://www.heritage.nf.ca/articles/politics/collapse-responsible-government.php>.

## **Filmografia**

A Bênção aos Barcos da Pesca do Bacalhau, produção Secretariado da propaganda Nacional, 1936. (documentário, preto e branco, 300 metros).

A Outra Guerra, Realização Sertório, Elsa & Shafer, Ansgar, produção Kintop, 2010. (Documentário, cores, 48 minutos)

Great White Fleet – De Novo na Terra Nova, produção CBC Canada, 1998. (documentário, cores)

Lançamento dos Barcos Bacalhoeiros, produção Secretariado da propaganda Nacional, 1938. (Documentário, preto e branco, 180 metros).

The Bankers – The Voyage of the Schooner Argus, de Alan Villiers, 1950. (documentário, cores, 60 minutos).

The White Fleet – Portuguese Fishermen on the Grand Banks of Newfoundland, anos 50-60, (documentário, cores, 27 minutos).

The White Ship, de Hector Lemieux, produção National Board of Canada, 1966. (documentário, cores, 17 minutos).

The Lonely Dorymen – Portugal's Men of the Sea, Produção National Geographic Society, 1968. (documentário, cores, 50 minutos).

1963-1965; Mar do Bacalhau, Mar da Terra Nova, autor desconhecido. (documentário, preto e branco, 18 minutos).

#### Filmografia Ficção:

Cais do Sodré, de Alejandro Perla, produção Artistas Unidos, direção de produção Costa Pinheiro, 1946. Estreia Capitólio e Trindade 30-V-1946. (Mono, preto e branco, 97m)

Captains Courageous [Lobos do Mar] de Victor Fleming, produção MGM, 1937. Óscar de melhor ator para Spencer Tracy. Estreia S. Luiz, 28-XII-1937. (Cores, 116 m)

Heróis do Mar, de Fernando Garcia, produção Cineditora, direção de produção de Constantino Esteves, 1949. Colaboração da EPA, Companhia Colonial de Navegação, Pilotos da Barra de Lisboa, Emissora Nacional. Grande Prémio SNI em 1949. Estreia S. Luiz, 14-III-1949. (preto e branco, 118 m)

## LEGISLAÇÃO

- Carta de lei de 6 de dezembro de 1830 que no seu Art.º 1 isentava os barcos portugueses com tripulações portuguesas de todos os “ [...] direitos, contribuições, [...]” ou seja, a pesca ficava virtualmente isenta de impostos.
- Carta de lei de 10 de julho de 1843 – Documento impresso na Imprensa Nacional, de autoria do Tesouro Público, que contém em apenso a Carta de lei de D. Maria a que se refere, de 10 de julho de 1843. – Informação não tratada arquivisticamente
- Decreto-lei n.º 13 441, de 8 abril. Diário do Governo n.º 73/1927, série I de 1927-04-08. Ministério do Comércio e Comunicação – Direção Geral do Comércio e Indústria – Repartição da Estatística, Informação e Exposição.
- Decreto-lei n.º 19 694, de 5 de maio. Diário do Governo n.º 104/1931, série I de 1931-05-05. Ministério do Interior – Direção Geral de Administração Política e Civil
- Decreto-lei n.º 23 968, de 5 de junho. Diário do Governo n.º 130/1934, série I de 1934-06-05. Ministério do Comércio e Indústria – Gabinete do Ministro.
- Decreto-lei n.º 23 054, de 25 de setembro. Diário do Governo n.º 218/1933, série I de 1933-09-25. Ministério do Comércio e Indústria.
- Decreto-lei n.º 26 106, de 23 de novembro. Diário do Governo n.º 272/1935, série I de 1935-11-23. Ministério do Comércio e Indústria.
- Decreto-lei n.º 31 892, de 25 de fevereiro. Diário do Governo n.º 45/1942, série I de 1942-02-25. Ministérios das Finanças e Economia.
- Decreto-lei n.º 31 990, de 29 de abril. Diário do Governo n.º 98/1942, série I de 1942-04-29. Ministérios das Finanças e Economia.
- Decreto-lei n.º 45 279, de 30 de setembro. Diário do Governo n.º 230/1963, série I de 1963-09-30. Ministérios do Interior, da Justiça e da Economia.
- Portaria n.º 20 443, de 17 de março. Diário do Governo n.º 65/1964, série I de 1964-03-17. Ministério da Economia e Secretaria de Estado do Comércio.
- Portaria n.º 22 790, de 22 julho. Diário do Governo n.º 170/1967, série I de 1967-07-22. Ministério da Economia – Secretaria de Estado do Comércio.



## **ANEXOS**



## Anexo 1



Monumentos à “White Fleet” e aos pescadores portugueses. Em cima Mural de April Norman e Dereck Holmes na Duckworth street - St. Jonh’s – Terra Nova. Em baixo monumento evocativo da “Cultural Connections” em St. Jonh’s – Terra Nova. Autor Luben Boykov.





Anexo 2



“White Fleet” aportada no Porto de St. John’s – Terra Nova. Foto cedida por Debbie Ryan



Oferta à Catedral de St. John’s da imagem da N.ª Sr.ª de Fátima em 1955 - Procissão



### Anexo 3



Monumento ao Pescador de Bacalhau na Costa de Lavos – Figueira da Foz. Foto original do autor, 10 agosto de 2015.



Monumento ao Pescador de Bacalhau e Família Nuclear em Ílhavo, defronte do MMI. Foto original do autor 27 janeiro de 2016.

# Portuguese fleet may move operations to St. Pierre

The number of desertions by Portuguese fishermen in this port may lead to the entire Portuguese fishing fleet quitting St. John's and using St. Pierre as its base of operations in the North Atlantic.

There are 26 Portuguese trawlers and about 40 handliners - known as the White Fleet - operating in the North Atlantic and these vessels often put into

St. John's for food, fuel and other supplies.

This seasonal activity places in excess of \$2,000,000 into the St. John's economy. But desertions by the Portuguese fishermen may bring this industry to a close.

For every desertion, the ship owners must pay \$1,000 in bond money. The Canadian government may keep this money if the de-

serter is not returned to his ship within a three-year period.

A spokesman for the Portuguese Consulate told **The Telegram** this morning there are a lot of Portuguese seamen deserting in this port . . . "and the number is increasing." The Consulate declined to comment on the possibility of the fleet moving to St. Pierre.

A spokesman for Blue Peter Steamships, one of the major agents for Portuguese ships, told **The Telegram** desertions could cause the fleet to go to St. Pierre. The White Fleet operated out of North Sydney three years ago, but moved to St. John's to operate as the result of desertions in North Sydney.

A spokesman for Furness Withy Ltd., another major ships' agent, told **The Telegram** that five Portuguese fishermen jumped ship "in the one day" recently.

Neither Blue Peter nor Furness Withy have been officially informed by the Portuguese authorities that

the fleet is to move to St. Pierre.

commercial aircraft or by rail.

In St. Pierre the seamen will find it more difficult to reach the Canadian mainland. Also, there's no immigration law - such as exists in Canada - which requires the posting of bond money by ship owners.

There's another reason why the Portuguese fleet may favor St. Pierre in the future. There's an \$8,000,000 fishing base and new harbor installation on the French Island. This base has been built by European Common Market Countries and will, it is reported, serve as a giant depot at which trawlers and handliners may deposit their catches for storage and refrigeration for later transshipment to Europe. This will give the fishing fleets more time on the Grand Banks and other fishing grounds in the North Atlantic.

Notícia veiculada na Imprensa regional canadiana, cedida por "Organização Bacalhoeiros de Portugal". Elevado número de deserções de pescadores em *St. John's* levaram a equacionar a mudança de "porto" de abrigo.



# White Fleet to leave port

AUG 25 1971

## Consul upset by criticism

By DAVE BUTLER  
Telegram Staff Writer

St. John's Port Manager Brian Higgins has discounted reports that the Portuguese fishing fleet may voluntarily abandon St. John's as a base of operations in favor of St. Pierre.

A delegation headed by officials of the Portuguese Navy and the country's fishing industry went to St. Pierre Sunday to open negotiations with French Government officials on the possibilities of moving the fleet's base of North West Atlantic operations to the French colonial port.

Mr. Higgins told *The Telegram* Tuesday night he felt the delegation was seeking out alternatives in case they were forced to leave St. John's and other Canadian ports by Canadian law.

St. John's and Sydney, N.S., are two of the Canadian ports which now have exemptions from Canadian law which prohibits the servicing of foreign fishing fleets in Canadian ports, except in emergency situations.

However, Mr. Higgins said that while the loss in revenue to the port would not be substantial, the loss to provisioners and repair companies and others who serve the fleet could run to \$4 million a year if the fleet did decide to leave for any reason.

He said that if Canadian law does not force the Portuguese out of St. John's, he could see no reason for them to leave as supplies and fuel are both better and cheaper here.

St. John's Mayor William G. Adams told this morning's regular weekly council meeting that the council's economic development committee headed by Deputy Mayor Leonard Stirling will make an investigation of the possibility that the Portuguese may leave the port of St. John's.

### CONSUL UPSET

Jaime Ferraira, Portuguese Consul in St. John's, indicated the French-Portuguese negotiations stemmed from Canadian criticisms of his country's fishing operations off Newfoundland coasts and Canadian indifference to the contribution the Portuguese make to the local economy.

"It seems like some people think it's a favor to allow Portuguese ships to take water, supplies and bait in St. John's," he said, adding that the Portuguese

grounds and then return to fish while a freighter picks it up and takes it to Portugal.

At least 10 other European countries are now using St. Pierre's big new refrigerated transshipment warehouses because the system is not permitted in Canada by law. No foreign ship in any circumstances is allowed to land fish or fish products on Canadian territory.

The Portuguese have been visiting St. John's and basing operations here since at least 1501 when Gaspar Corte Real first visited Newfoundland and some historians claim the Portuguese first worked out of St. John's as early as 1452.

Maurice Devine of Furness Withy Co. Ltd., which is the agent for most of the Portuguese trawler fleet, said his company has not been officially approached on the St. Pierre negotiations.

However, Mr. Devine said he was not surprised that the Portuguese are looking over the St. Pierre facilities and that there was no reason they should inform an agent of such action.

### MEETING SOON

John Walsh of A. Harvey Co. Ltd., president of the St. John's Port Association, said any move away from St. John's by the Portuguese would be a blow to the city's economy.

He said a meeting of the port association would be called as soon as possible, possibly today, to discuss the situation.

R.M. Clancy manager of Blue Peter Steamships Ltd., the agents for the White Fleet, had no comment on the Portuguese-French negotiations.

The Portuguese delegation left St. John's for St. Pierre by air Sunday and have spent the last two days inspecting the port's facilities there. They were being tendered a cocktail party by French government officials last night and were expected to return to St. John's by air today. A decision on whether a move will be made was expected to be made shortly after their return.

St. Pierre, with a population of just over 5,000, is the capital of St. Pierre-Miquelon, the last French possession in North America. It lies about 12 miles off the tip of Newfoundland's Burin Peninsula.

### IMPROVED FACILITIES

The French government, in co-operation